

MANDATO XII**ATA Nº. 8/2018****SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018**

*Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e do Senhor João Diogo Fernandes Ferreira, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula*

Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Maria Helena Fernandes Teixeira, Victor Bruno Machado Ferreira, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Daniel Pinto, Domingos da Silva Abreu, José Manuel Ferreira Gomes, Gélío Amílcar da Silva Mouta Marques, José João Pereira Gomes, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, Álvaro Veiga Fernandes, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, José António Castro Dias, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, Miguel António Carvalho Soares Caldas, António de Oliveira Braga, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Paulo Alexandre Lopes Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Augusto*

Gonçalves Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Márcio Alexandre Martins Ribeiro e José Pedro Gomes Bastos. **A SR^a. PRESIDENTE DA MESA** passou a ler o conteúdo do artigo septuagésimo do Regimento daquela Assembleia Municipal, que se referia à intervenção do público. Informou, ainda, terem surgido muitas inscrições do público. Tendo em conta que cada intervenção podia ter o máximo de cinco minutos, mas no total não podia ultrapassar os trinta minutos, o tempo não iria chegar para todos os que se inscreveram. Por isso, pedia que fossem comedidos nas suas intervenções. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a primeira intervenção pelo **SR. ANSELMO SILVA**, que estar desesperado pela forma como foi tratado por aquela Câmara, a quem tanto deu e que algo tinha recebido. Teve uma reunião há pouco tempo com o Sr. Presidente da Câmara, em que manifestou o seu desespero, exibindo a situação económica da sua empresa Nobel Wall – Imobiliária, que se encontrava em estado de pré-falência. Essa situação devia-se, não só, mas muito a um problema derivado a uma cedência de instalações para educação de alunos, em que não existia qualquer documento. Embora não tivesse ocorrido no tempo do atual Executivo, continuava a ser a Câmara Municipal de Braga. Em dois mil e catorze fez uma exposição à Autarquia, onde manifestou o seu desespero em reaver aquilo que era seu e da sua família, porque houve uma grande crise no imobiliário. Tinha aprovado dois prédios para aquele local, em Ferreiros, e acomodou-se um pouco, por haver uma crise. Mas, presentemente, precisava disso para subsistir, para tirar a sua firma da pré-falência. Deixava fotografias que comprovavam o que disse e demonstravam que não existia nenhuma entrada para a sua propriedade. Cedeu voluntariamente à Câmara, além do que fez

anteriormente, cedeu, também, o alargamento, para benefício de toda a sociedade, da estrada, duzentos e oitenta e oito metros e a Câmara aproveitou-se do dobro. Tinha todo o direito de pagar com a mesma moeda, porque tinha uma condicionante, tinha um projeto aprovado em dois mil e quinze, para dois prédios e que cancelaram o poder de construção. Tinha a licença para essa construção, condicionada a alguns requisitos que conseguia resolver. Na altura não insistiu muito, porque não necessitava disso para subsistir e agora precisava. Se quisesse entrar para a sua propriedade tinha que o fazer por cima de um muro. Não tinha acesso e existiam dois portões, o que poderia ser comprovado pelo anterior proprietário. Aquilo eram escombros o que a Câmara lhe queria entregar. Como poderia aceitar escombros, quando entregou instalações capazes de acolher alunos e onde estava o controle e um único documento da Câmara? A Câmara Municipal, supostamente, fez uma tomada de posse administrativa com um documento e quando questionou o Sr. Presidente não lhe foi nada devolvido. A Câmara deveria ter tido a preocupação de enviar alguém ao local para verificar o que se passava. Entregassem-lhe aquilo que era seu para o próprio e a sua família poderem subsistir. A segunda intervenção foi concretizada pelo **SR. FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS**, que disse que o assunto que o lavava ali, hoje, era o seguinte: residia numa casa na rua Costa Gomes, em Real e essa casa pertencia-lhe a si e aos seus irmãos. Acerca de dois meses recebeu uma carta registada da Agere, a dizer para ligar as águas pluviais, que tinha trinta dias para o fazer. Não sabia para onde. Morava no rés-do-chão e não conseguia ligar as águas. Já lá tinha ido o Sr. Administrador e um técnico da Agere, que comprovaram que não havia possibilidade de fazer essa ligação, tendo referido que ligasse para a rua, para uma travessa. Parecia que estava a ficar como a África. O Sr. Administrador da Agere, para ser mais barato e

*económico, mandou ligar as águas pluviais para a rua. Estava à espera da resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. MÁRIO LIMA**, para dizer que: “o assunto que me traz aqui hoje é, essencialmente, uma questão de cidadania, e por isso mesmo mexe com a cidade, com os cidadãos e com quem gere e comanda os seus destinos. São as chamadas “praxes académicas”, práticas exercidas por alguns grupos de estudantes universitários um pouco por todo o país, mas no caso que agora me preocupa, na cidade de Braga, uma das que partilha a Universidade do Minho onde fui professor, agora aposentado. Para introduzir o tema permitam-me que chame a vossa atenção para o seguinte curto extrato de um texto que em dois mil e dezassete foi distribuído aos novos estudantes de uma Universidade portuguesa, que designaram de “Manual de Sobrevivência do Caloiro”, e que continha um conjunto de normas a que chamaram “direitos, deveres e permissões do caloiro”. Algumas dessas normas, de um rol mais longo, eram as seguintes (sic): “O caloiro é incondicionalmente servil, obediente e resignado”; “Não é um ser racionar; “A espécie em questão não goza de qualquer direito, salvo o da existência (até por vezes questionável) ”; “Não é permitido pensar, opinar,...” Acredito que algumas atividades das chamadas praxes não passem talvez de brincadeiras, nem sempre inocentes, é certo, embora também me pareça que a Universidade não deve ser propriamente um espaço que privilegie o recreio de gente crescida. Contudo, a regra não é esta: A praxe que habitualmente presenciamos é, na maior parte dos casos, um aviltamento à inteligência e à dignidade, um exercício de humilhação roçando quase sempre a imbecilidade e a obscenidade. Os rituais de praxe promovem invariavelmente o seguidismo e a apatia, a total submissão e consentimento, onde os novos alunos são treinados a baixar a cabeça, a obedecer cegamente ao chefe, a vergar a espinha ao patrão, a*

não ousar duvidar ou criticar o mestre! Temos assim um conjunto de rituais baseados numa autoridade sádica, hierárquica e despótica, que tem como principal objetivo o aniquilar da liberdade e autonomia dos novos alunos, satisfazendo os caprichos de mentes sem causas nem criatividade, sem alinhamento com elementares princípios de respeito e cidadania, e até, por vezes, usurpando a essência da própria dignidade humana, que em alguns casos tem, infelizmente, resultado em incidentes com graves danos físicos e psíquicos e até com perda de vidas humanas. Desta forma as praxes não são apenas inúteis para a comunidade; são acima de tudo prejudiciais para uma cultura de progresso do conhecimento e de cidadania, constituindo de facto o primeiro treino para uma longa carreira de cobardia: nas escolas, incluindo as universidades, perante a verdade indiscutível dos mestres; na sociedade, perante o poder inalcançável dos políticos que alguns até ajudaram a eleger; nos serviços e nas empresas, perante a mão pesada de chefes e patrões. A praxe tem, assim, dado um contributo altamente deseducativo para os jovens que ingressam nas Universidades na medida em que lhes incute uma cultura de obediência e submissão, de ausência de espírito crítico, de valorização do ócio (que se estende normalmente por muitos meses) sobre o trabalho. O estudo metódico e organizado, a curiosidade científica, o espírito crítico, tão importantes para a inovação, para a criatividade e para o progresso do conhecimento são desvalorizados, esquecidos e até contrariados. O nosso ancestral atraso científico, cultural, industrial e económico tem aqui algumas das suas raízes já que é deste caldo que saem as nossas elites dirigentes, públicas e privadas. Os últimos reitores da Universidade do Minho, como aliás outros reitores de outras universidades portuguesas, proibiram, e bem, as praxes dentro dos campi universitários, certamente porque as consideraram degradantes e atentatórias da dignidade e integridade dos alunos

do primeiro ano e do prestígio das próprias instituições. Contudo, como consequência desta medida, temos vindo a assistir à transferência destas manifestações para os espaços públicos da cidade - praças, ruas, jardins -, incomodando cidadãos e envergonhando até quem não pode deixar de as presenciar. Neste sentido faz-se aqui um apelo às autoridades autárquicas, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, para, em conjunto e em sintonia com outras entidades que asseguram o Estado de Direito e o exercício da Cidadania, encontrarem formas de eliminar dos espaços públicos da nossa cidade estas práticas temporalmente anacrónicas, esteticamente ofensivas e eticamente obscenas. Os reitores já fizeram a sua parte. Saibamos nós, cidadãos e seus representantes, fazer a nossa. Obrigado”. Na quarta intervenção interveio a **SR. ALBINO FERNANDO SOUSA GONÇALVES**, para dizer que, mais uma vez, foi ali falar da proteção civil em Braga. No dia sete de outubro, tiveram mais um incêndio em Braga em que veio outra vez ao de cima a proteção dos Bracarenses. Estava plenamente de acordo com a crítica efetuada pelo Partido Socialista e pela CDU. Estava de acordo, mas não estava por quem a fazia, porque estiveram no poder trinta e tal anos. Foi bombeiro voluntário trinta anos. Os serviços que sempre estiveram ao dispor da cidade foi quase zero. A Corporação dos Sapadores chegou a ter dez ou doze elementos, para sustentar a segurança na cidade, quando os Voluntários tinham vinte e cinco, trinta. Pensava que a crítica era bem-feita, mas vinda donde vinha, pensava estar um bocado desfasada, porque o problema da cidade seria muito fácil resolvê-lo se ficasse pela compra de um carro ou dois, como pretendiam, esquecendo-se que quando ardeu o Mélia havia uma autoescada que estava avariada há mais de um ano e só quando houve esse incêndio se aperceberam que estava avariada. Como era que agora tinham o descaramento de pedir uma

plataforma, embora bem-vinda, mas hoje tinham uma, mas na altura não havia nenhuma. Estava a falar, porque calçou o terreno. Não dizia que estava tudo bem, nem estava a proteger a Câmara. A Câmara na oposição fez a mesma coisa. Agora, criticava era como se mudava, quando de estava no poder havia tudo, quando se estava na oposição, reclamava-se de tudo. “Senhor Presidente, nós continuamos com Braga insegura. Quando eu considero aquele incêndio da rua do Carvalhal, quando não temos capacidade com os meios próprios de Braga, conseguir resolver um problema daqueles, meus amigos, não temos para mais nada. Estamos a falar de um incêndio de rés-do-chão e primeiro andar, que deflagrou a um domingo no mês de outubro. Não há o escape de dizer que os bombeiros estão para o monte, estão para aqui ou para ali. Não há bombeiros em Braga. Há doze anos estive noutra local a denunciar, quando saíram cem bombeiros e que os que hoje estão na oposição nada fizeram, para que isso fosse revertido. Comunicamos ao Senhor Presidente da Câmara da altura, comunicamos ao Senhor Governador Civil, comunicamos ao Serviço Nacional de Bombeiros, comunicamos ao CDOS e não tivemos sequer resposta. E hoje estamos a pagar caro. Infelizmente, não queria entrar nisso, mas quando arde e há Pedrógão e há sessenta vítimas, não se vai saber porque é que morreram, nem o que é que aconteceu. Temos trinta aviões, para o ano vamos ter quarenta e resolve-se o problema. Nunca foram ao fundo da questão. O problema é muito mais grave do que as pessoas pensam. Nós Braga estamos com um deficit de pessoal. Estou cá para criticar o que está mal e elogiar o que está bem. Imaginemos que aquilo era um lar, estamos a falar de não sei quantas mortes. Como o Sr. disse e bem, nós não temos meios e nunca iremos ter, é impossível, reconheço isso. Nós temos meios no distrito, mas não os temos aqui. Estamos a falar de corporações voluntárias que não tem lá gente. Um apelo à imprensa,

vejam se um dia conseguem um debate aberto, para os Bracarense se poderem exprimir, porque aqui somos limitados”. Na quinta intervenção usou da palavra o **SR. ANTÓNIO PEDRO ALMEIDA FERRETE**, Presidente da Associação “Poder Viver na Sé”. Foi ali com o intuito de fazer passar a palavra da Associação e dos moradores da Sé, quanto à musealização das ruínas das Carvalheiras. Antes de mais queria felicitar a Câmara pela posição, porque aquele recinto já merecia uma intervenção há bastante tempo. Já deveria ter acontecido. Felicitava-o por isso. No entanto, foi-lhes dado a conhecer que para que o projeto entrasse em ação o ringue daquele recinto fosse demolido. Nessa questão gostaria de apelar à Câmara e dizer que o único ringue que existia no centro de Braga era aquele. Os moradores não tinham, se não aquele ringue para praticar o desporto e sempre foram impedidos de o praticar, porque ele estava vedado. Tinha dois portões e não permitia às pessoas praticarem lá o desporto e de certa forma aquele recinto tornou-se quase que como uma zona de droga, por falta de acesso e por falta de investimento da Câmara Municipal naquele recinto. Foi o único recinto onde não houve qualquer tipo de intervenção. A escola da Sé de certa forma saiu muito prejudicada por não haver esse tipo de intervenção, porque anteriormente esse recinto era onde as crianças praticavam o desporto. A partir do momento em que houve essas cancelas e a falta de investimento nunca mais a escola da Sé conseguiu fazer lá as aulas de educação física. Teve a oportunidade de reunir com a escola da Sé e disseram que não tinham condições neste momento, para providenciar às crianças a educação física adequada. Para além disso, acerca de um ano, a Associação apoiou um movimento jovem da freguesia, que tinha em conta o restauro do recinto, da toda a zona envolvente e também tinha em vista o restauro das ruínas, era um projeto muito interessante, criado pelo movimento jovem. A Câmara não disponibilizou os recursos

humanos, mas disponibilizou ferramentas, e estavam gratos por isso. Os moradores juntaram-se limpavam o recinto todo, trabalharam, porque acreditaram que o recinto fosse recuperado, mas, na verdade, aquilo que lhes fizeram transmitir era que o recinto iria ser destruído. Ou seja, no fundo, os moradores ficaram a creditar em algo que não iria acontecer. Aquilo que pedia à Câmara era que antes de tomar alguma iniciativa, que pensasse que se calhar poderiam conjugar as duas coisas, conseguiriam ter tanto o recinto, como a reabilitação das ruínas, era algo que os moradores queriam muito e já estavam a lutar por isso. Na proposta que foi apresentada à Câmara falava-se, também, na possibilidade do recinto não ser só para desporto, mas., também, para eventos culturais, por exemplo, teatro. Neste momento estavam a ser feitos à beira da Sé, com as ruínas ao lado seria um sítio excelente, para uma prática de cultura. Poderiam conciliar ali as duas coisas e gostava que tivessem isso em consideração. Registou-se a sexta intervenção pela **SRª. MAGDA RIBEIRO**, para dizer que os moradores da zona pedonal, a trinta de abril, entregaram na Assembleia uma petição assinada por mais de quarenta moradores, no sentido de não terem que pagar, para terem o acesso de carro à sua casa. O Código Regulamentar do Município de Braga mencionava que se tinha de renovar todos os anos a licença de acesso. No passado recente nunca foi preciso efetuar essa renovação, mas agora obrigavam-nos a essa operação, que se pagava duas vezes. Primeiro, ao fazer o requerimento. Segundo, a pagar a taxa. Pensavam que era uma medida discriminatória em relação aos demais cidadãos e como até agora, desde abril, não receberam qualquer contacto ou resposta, apelavam aos Senhores Deputados da Assembleia que resolvessem a situação. Entretanto, a Senhora Presidente da Mesa, entregou a resposta da Câmara Municipal. Seguiu-se a sétima intervenção, agora pelo **SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA**

SILVA DOBREIRA, que começou por revelar que foi ali como cidadão contestar o regulamento de apoio à vacinação infantil do Município de Braga número cento e oitenta, dois mil e dezassete, dez de abril. No seu artigo sétimo, nas condições de acesso ao apoio à vacinação infantil, esse regulamento destinava-se a todas as crianças até às cinquenta e duas semanas de idade, para o apoio à aquisição das vacinas contra o rotavírus. Nesse artigo sétimo as condições de acesso, na alínea d), havia quatro alíneas que eram cumulativas, referia que o agregado familiar tinha um rendimento de referência igual ou inferior ao valor estabelecido para o terceiro escalão de rendimentos. Essa era uma das condições cumulativas, para ter direito ao apoio na aquisição das vacinas. Contestava ali publicamente e também iria protestar por escrito de forma fundamentada, através de um consultório de advogados, ao qual solicitou um parecer, para além da sua convicção, que era plasmada no que iria expor, depois por via oficial para a Câmara e iria evocar que fosse depois utilizado o artigo décimo quinto desse regulamento que era a aplicação e integração de lacunas. Havia muitos motivos para contestar, iria só dizer dois. Afigurava-se-lhe contrariar ao princípio constitucional uma definição de condições que conduzia ao resultado de que um agregado familiar, que tinha um rendimento de referência igual ou inferior ao valor estabelecido para o terceiro escalão, que tivesse direito à totalidade do apoio e todos os outros sem distinção, desde aquele agregado cujo rendimento incidia apenas em um euro ao limite de escalão, até aos pertencentes a famílias multimilionárias, que nada receberiam. Ou seja, um agregado do quarto escalão, por ter mais um euro de rendimento, já não era considerado. Ao invés, afigurava-se-lhe muito mais justo e compatível com os princípios constitucionais, uma solução de comparticipação diretamente proporcional ao nível de rendimentos, ao respetivo escalão, ou, então, uma solução de comparticipação integral para

todas as famílias sem exceção. Política de natalidade. Como foi recentemente pai há um mês, e tinha em perspetiva aumentar depois a família, enviaria àquela Assembleia Municipal um pedido de criação de uma comissão ou de um grupo de trabalho, que se inteirasse da atual política de natalidade do concelho de Braga. Estava um pouco desorientado, porque não via, realmente, uma política de natalidade musculada. Estava no distrito de Braga, onde os primeiros dez meses de dois mil e dezoito nasceram cinco mil quinhentos e sessenta e três novos bebés. Havia um aumento da população no concelho de Braga. Havia um aumento de bebés no concelho de Braga e nos concelhos limítrofes, tinha que ser analisada essa situação. Dava algumas ideias, por exemplo, instalação de creches na periferia, a criação de subsídios e benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas e apoio pecuniário, porque merecia e justificava, não com os critérios idênticos ao regulamento do Município de Braga de apoio à vacinação, não achava justo. Tinha estado a estudar os regulamentos das atividades de animação e apoio à família, a componente de apoio à família, serviço de fornecimento de refeições a juntas de freguesia do concelho, tinha encontrado procedimentos diferentes em relação ao valor mensal de fornecimento de refeições, que podia ser cobrado quando o aluno almoçava, tinha direito a essa refeição, era cobrado, o pai pagava, ou então, havia sempre um valor fixo, quer comesse, quer não comesse. Depois, em três juntas diferentes, uma criança faltava por justificação médica, numa junta poderia ser dedutível, quando as faltas ultrapassassem os quatro dias, noutra poderia ser com cinco dias consecutivos e noutra seria objeto de redução e análise. Ou seja, em três juntas, havia três critérios diferentes. Também iria solicitar por escrito, a criação de uma comissão ou grupo de trabalho da Assembleia Municipal, para que se inteirasse da atual situação, a sua monitorização e a uniformização de

procedimentos. A oitava intervenção foi feita pelo **SR. JOAQUIM DA SILVA PEREIRA**, que se referiu a questões de segurança, concretamente à vedação das autoestradas da rua de Entre Muros, da Estrada Nacional e em Fradelos, União de Freguesias de Vilaça e Fradelos. Seria necessário haver alguma tragédia? Aconselhava o Sr. Presidente a passar na estrada ou rua do campo da bola em direção a Cunha, em que se iria deparar com uma autêntica lixeira que não ficava nada bem nem à Agere, nem à Câmara, nem à Junta, porque há vinte anos, quando estava no Executivo, a lixeira tinha desaparecido em quatro anos, porque era vigiada, tinha letreiros a proibir deitar o lixo. Anos depois, apareceu a lixeira e assim continuava sem nada se resolver. Apelava aos jornalistas que passassem por lá e tirassem fotografias, para incentivar a população, a não colocarem o lixo. Outro assunto prendia-se com o caminho, chamado rua da estrada, que ligava Vilaça a Sequeira. Vilaça, na altura freguesia, hoje União de Freguesias, tinha alcatrão até ao extremo e a partir daí estava em terra. Aquele lugar do Cruzeiro, era gente que pagava contribuições e era desprezada. Colocou o assunto à Junta e perguntou se eles passavam naquela rua e eles disseram que raras vezes. Foi oficiado para a Câmara e na altura o Sr. Presidente Câmara Ricardo Rio, disse que desde que as Juntas oficiassem para a Câmara aquela rua seria feita. Era bom que a Vereação passasse naquele caminho, rua da estrada, que ligava Vilaça a Sequeira e visse aquilo. Até havia muita utilidade para a gente de Vilaça circular para Martim, dava saída diferente da rotunda de Sequeira e era dinheiro bem gasto. A Câmara ganhava grandeza se o fizesse, porque a outra Câmara, nunca o fez. Aquela estrada foi por si feita em mil novecentos e oitenta, tendo pedido a vinte e três proprietários que cedessem o terreno gratuitamente e ficava revoltado por lá passar. “Bem-haja pelo mandato que estão a fazer”, concluiu o interveniente. A nona e última intervenção foi

protagonizada pelo **SR. FRANCISCO DA CONCEIÇÃO DA ROCHA VILAÇA**, que disse ser um cidadão de Tadim, que vivia na rua Dr. Domingos Braga da Cruz, número cinco, que não tinha saneamento. A esposa tinha que lavar a roupa em baldes, não tendo para onde mandar a água, sendo uma situação que o revoltava e o punha doente, porque andou no hospital de Braga quase seis meses e isso contribuiu para a sua debilidade física e psíquica. Construiu uma casa, seguindo os trâmites legais. Tudo aquilo que a Câmara de Braga lhe exigiu, tudo apresentou. Tinha em seu poder uma declaração da Junta de Freguesia de Tadim, que dizia o seguinte: “a conduta de saneamento que serve a habitação do Sr. Francisco da Conceição da Rocha Vilaça, foi mandada efetuar por esta Junta de Freguesia e está ligada à conduta geral”. Funcionou durante oito anos e ao fim desse tempo o seu vizinho entendeu que não deveria deixar passar ou então teria que ser remunerado para o efeito. Nunca pediu nada ao seu vizinho. Pediu aos SMAS, na altura, e à Câmara Municipal de Braga, que fizeram acordos e dos quais teve conhecimento, de que havia uma parceria entre a Agere e o antigo proprietário do terreno em que foram feitas as obras e o saneamento do mesmo, isento de taxas, enquanto que o interveniente teve que pagar, na altura, aos SMAS, conforme documentação que possuía. Pedia, então, ao Sr. Presidente e ao Presidente da Junta da Freguesia ali presente, que tivessem a dignidade de resolverem o problema, porque era inadmissível que em pleno século vinte e um não podesse ter uma máquina de lavar. E se alguns dos presentes quisesse comprovar a situação, convidava-os a passar por sua casa, como fez ao Sr. Presidente da Junta de Tadim. Agradecia que lhe resolvessem o problema. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação**, pelo **Sr. Deputado do P.S.D., AMÉRICO DOS SANTOS AFONSO** que dizia: “Na passagem do

octogésimo sétimo aniversário, e associando-se ao reconhecimento público da figura ímpar da Medicina e da Pediatria Portuguesa, personalizada no ilustre médico pediatra bracarense, Dr. Fernando Sá Meneses, os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Braga não poderiam deixar de, publicamente, e em sede deste órgão de representação do povo bracarense saudar o competente profissional e o excelente ser humano. Fazendo parte de uma geração de médicos, para quem a medicina era exercida com total empenho, dedicação e espírito de missão, e onde os doentes representavam o expoente máximo da essência da sua vida pessoal e profissional, o Dr. Fernando Sá Meneses possui um inigualável espírito de missão pública e de dedicação "aos seus meninos", que fica marcado nos tempos e na memória de todos quantos beneficiaram da sua competência e saber. Desempenhou vários cargos no Hospital de São Marcos, entre os quais, o de Chefe e Diretor do Serviço de Pediatria, mas também como Presidente da Comissão Instaladora e Primeiro Diretor do Hospital, em tempos difíceis. O seu carácter, vincado por firmes valores e convicções humanistas, associado a uma personalidade, dotada de coragem, firmeza e frontalidade, contribuíram para a afirmação do Hospital de São Marcos como unidade de saúde de referência no norte de Portugal. Assim, reunida a catorze de dezembro de dois mil e dezoito, a Assembleia Municipal de Braga, delibera: propor um voto público de saudação ao insigne médico pediatra bracarense, Dr. Fernando Sá Meneses, pelo seu exemplo de competência profissional e de dedicação aos doentes e à causa pública da saúde". Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado com uma abstenção**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para numa **Declaração de Voto** dizer que o Partido Socialista se revia em absoluto naquela homenagem que ali foi prestada ao Dr. Fernando Sá Menezes. Teve a felicidade de com ele conviver

durante muitos anos, foi seu pediatra e lembrava-se da sua mãe lhe contar muitas vezes a forma como há muitos anos, quase cinquenta anos, enquanto menina, vinda de uma freguesia na altura muito rural, em Gualtar, perante um problema que não se resolvia e que há muitos anos se arrastava relativamente à sua saúde, após lhe levarem aquela questão, pegou nos pais e meteu-os no carro dele e levou-os ao Porto a um especialista dos pulmões, ajudando-os a procurar e a encontrar uma solução. Esse gesto marcava muito da forma de ser do Dr. Fernando Sá Menezes, apesar de todos, também, lhe reconhecerem o outro lado, o lado irascível, o lado absolutamente colérico, que tantas vezes punha quando os recebia. Mas era um coração de ouro, era um homem que marcava a história de medicina, era um homem que deixou de uma forma muito particular uma marca em muitos jovens da cidade e, naturalmente, o Partido Socialista não poderia, por esse motivo, deixar de se associar àquele voto de saudação pela carreira do Dr. Fernando Sá Menezes. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para, noutra **Declaração de Voto**, destacar que o Sr. Dr. Fernando Sá Menezes foi uma pessoa ímpar da sociedade Bracarense, nomeadamente, porque foi, não estaria enganado, por dizer que teria sido o grande pediatra da segunda metade do século vinte e do princípio do século vinte e um. Para si era difícil estar ali, pela simples razão que conviveu com ele desde miúdo. Era sabido que era monárquico e era um dos fundadores do Partido Popular Monárquico. Era difícil separar as águas. Mas, na realidade, conhecendo muito bem o Dr. Fernando Sá Menezes, sabia muito bem que se fosse o interveniente a apresentar, como do Grupo Municipal do PPM, o voto de saudação, seria um oportunismo político da sua parte por pertencer ao seu partido. Portanto, ficavam agradecidos pelo PSD ter tomado essa iniciativa. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.,**

PEDRO FILIPE MAGALHÃES RORIZ, para apresentar um **Voto de Congratulação**, salientando que: “Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal não podem deixar de afirmar a sua satisfação por Braga ter recebido, no passado dia quatro deste mês, no Parlamento Europeu, o prémio de melhor Cidade Europeia do Desporto dois mil e dezoito. É um prémio justo para todos os bracarenses e suas coletividades que se empenharam com dedicação no engrandecimento do concelho de Braga aos olhos da comunidade internacional. Concordamos com Ricardo Rio quando ele disse que foi fantástico para a cidade e que todos se divertiram. No entanto Ricardo Rio tem que olhar para o passado quando afirma que esta “é a cereja no topo do bolo de um ano extraordinário para a cidade a todos os títulos, com um conjunto de atividades intensíssimo”. Usando os seus números, o PS lembra que só foi possível realizar quinhentos e setenta eventos porque existe em Braga um tecido associativo fortíssimo que foi criado e dinamizado desde o vinte e cinco de Abril até aos nossos dias nas áreas do lazer, do recreio, do desporto, da cultura e da solidariedade social. Braga acolheu este ano mais de setenta modalidades e milhares de participantes do mais alto gabarito porque possuía equipamentos que fazem de nossa cidade um concelho com uma área desportiva “per capita” superior à média portuguesa e semelhante aos maiores rários europeus. Os números são como o algodão e não enganam. Os socialistas recordam que, já em dois mil e treze, o Concelho de Braga possuía mais de quatro metros quadrados de área desportiva por habitante, num total de setecentos e trinta e quatro mil metros quadrados em todo o concelho. Já em dois mil e catorze, a atual vereadora do Desporto, Professora Sameiro Araújo, reconhecia que Área Desportiva Útil por cada bracarense, “se encontra acima do valor de referência delineado a nível europeu” e, por isso, “Braga consegue proporcionar as condições de prática ideais a todos os que

diariamente procuram no desporto e na atividade física um meio fundamental para melhorar a sua qualidade de vida" (cf. Carta Desportiva de Braga, página nove – cento e sessenta e um cento e sessenta e dois). Já em dois mil e treze existiam mais de oitocentas e setenta instalações desportivas dos mais variados tipos, desde campos de futebol de onze, polidesportivos, piscinas, pavilhões gimnodesportivos, áreas de lazer e atletismo, parques infantis, áreas de fitness, sedes de clubes e associações desportivas e outros como parques radicais, praias fluviais, ecopistas, circuitos de manutenção, golfe, autódromo, kartódromo, etc. O PS aplaude o prémio atribuído a Braga como melhor Cidade Europeia do Desporto, mas a Justiça e a objetividade aconselham a dizer que ele é também "a cereja no topo do bolo" de décadas de gestão extraordinária dos socialistas no Concelho de Braga, com apoio intensíssimo ao desporto e suas associações". Posto à votação foi o referido voto de congratulação **aprovado com duas abstenções**. Prosseguindo, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para proceder à apresentação de um **Voto de Saudação** ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, vinte e cinco de novembro do seguinte teor: "Reconhecendo que a violência contra as mulheres é uma ferida que rasga a sociedade portuguesa e todas as sociedades sob formas diversas, nomeadamente o assédio, as violações e os assassinatos, e que essas feridas são mais profundas quando se fala nas mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres migrantes, mulheres pobres, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, e outras mulheres mais excluídas ou discriminadas pela sociedade. Considerando que, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna – ano dois mil e dezassete, oitenta por cento das vítimas do crime de violência doméstica são mulheres e oitenta e quatro por cento dos denunciados são homens. Quanto à relação de parentesco

ou intimidade com as vítimas cinquenta e três vírgula três por cento dos casos correspondem a cônjuges ou companheiros, dezassete vírgula dois por cento ex-cônjuges ou ex-companheiros, quinze vírgula um por cento a vítima era filho, filha, ou enteado ou enteada, em cinco vírgula dois por cento a vítima era pai/mãe/padrasto/madrasta e em nove vírgula três por cento dos casos correspondia a outras situações. Assinalando que, de acordo com o relatório preliminar do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, durante o ano de dois mil e dezoito (até vinte de novembro) vinte e quatro mulheres foram assassinadas em Portugal em contextos de intimidade ou relações familiares próximas, e outras dezasseis viram a sua vida ser atentada, e que em dois mil e dezassete se registaram vinte femicídios e vinte e três tentativas de assassinato de mulheres. Relativamente a dois mil e dezoito, as relações de intimidade, presentes e passadas, representam sessenta e sete por cento do total dos autores dos femicídios noticiados (sessenta e três por cento maridos, companheiros ou namorados, quatro por cento ex-maridos, ex-companheiros ou ex-namorados) e trinta e três por cento eram ascendentes diretos. Em pelo menos cinquenta por cento dos casos já havia um historial de violência doméstica nessa relação de intimidade ou familiar privilegiada. Relativamente ao local do crime, noventa e dois por cento destes assassinatos de mulheres foram perpetrados em casa e oito por cento na via pública. Ao nível das tentativas de assassinato, sessenta e nove por cento dos autores do crime tinham uma relação de intimidade presente com a vítima, e dezanove por cento eram ex-maridos, ex-companheiros ou ex-namorados, doze por cento são ascendentes diretos. Recordando, os nomes das mulheres assassinadas em dois mil e dezoito, Angélica, Céu, Margarida, Marília, Vera, Silvina, Nélia, Maria, Albertina, Maria de Lurdes, Ana, Arminda, Margarida C., Maria da Luz, Etelvina, Olga, Christine, Jaqueline, Alice V.

Amélia, Áurea e Alice, e todas as outras não identificadas nem não nomeadas nas notícias. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga reunida em catorze de dezembro de dois mil e dezoito, nos termos e para os efeitos do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, delibera: Saudar as iniciativas do dia vinte e cinco de novembro, nomeadamente as Marchas pelo Fim da Violência Contra as Mulheres realizada em vários pontos do país, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado e da autarquia que prestam apoio às mulheres vítimas de violência”. Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para proceder à apresentação de um **Voto de Pesar**, que dizia: “Faleceu no passado dia vinte e quatro de setembro, o Frei António Alves Sabino na Enfermaria Provincial do Convento de São Boaventura em Montariol, Braga. Tinha noventa e cinco anos de idade, setenta e sete de profissão religiosa e setenta e um de sacerdócio. António Alves Sabino, nasceu na Silveira, Torres Vedras a um de março de mil novecentos e vinte e três e tomou hábito franciscano a sete de setembro de mil novecentos e quarenta tendo recebido a Ordenação Sacerdotal a vinte e sete de julho de mil novecentos e quarenta e sete. Depois da Ordenação Sacerdotal, foi colocado no Colégio de Montariol em Braga, casa onde viveu sempre enquanto Padre tendo sido Perfeito do Colégio de mil novecentos e cinquenta e sete a mil novecentos e sessenta e nove e de mil novecentos e oitenta e um a mil novecentos e mil novecentos e oitenta e quatro. Foi também Guardião de Montariol de mil novecentos e sessenta e nove a mil novecentos e setenta e cinco. Foi responsável pela formação espiritual e catequética do Colégio Dublin em Braga de mil novecentos e setenta e cinco a

mil novecentos e noventa e três. Também prestou assistência ao Lar de Crianças dos Arcos de Valdevez e de D. Pedro quinto em Braga. Foi também confessor de diversas Comunidades religiosas”. Era um ser humano excepcional, um grande comunicador e muito adaptado aos tempos modernos e que acreditava profundamente na bondade humana! Por essas razões, o PPM propõe que esta Assembleia Municipal reunida dia catorze de dezembro de dois mil e dezoito aprove um voto de pesar, em memória de tal eminente figura!”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Passou-se à apresentação de outro **Voto de Pesar**, pelo **Sr. Deputado do P.S., EMILIANO RENATO ARAÚJO NOVERSA**, que dizia: “Faleceu no passado dia vinte e sete de novembro, Domingos Marques de Oliveira Maia, ex-presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo, logo nos primeiros anos da democracia, em meados da década de oitenta e década de noventa. Este antigo trabalhador da Grundig, nascido a dez de junho de mil novecentos e quarenta e sete, disse sim ao convite do PS para se candidatar e ser eleito Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo entre mil novecentos e oitenta e cinco e dois mil e um. Além de autarca, durante dezasseis anos, Domingos Marques de Oliveira Maia fica associado a marcas de progresso que ainda hoje são visíveis na sua terra, na rede viária e na construção de uma sede digna para o poder local e associações representativas de Figueiredo. A Assembleia Municipal de Braga aprova um voto de pesar pela morte de Domingos Maia, autarca socialista, e dirige sentidos pêsames a todos os seus familiares”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para apresentar um **Voto de Congratulação e Louvor**, referindo que: “No dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezassete, Braga conquistava o direito a ser Cidade Europeia do

Desporto (CED) em dois mil e dezoito. Na verdade, o título de CED consubstancia-se, em si próprio, numa distinção atribuída, por parte da Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europe), com o desígnio de reconhecer, desde logo, as administrações públicas locais europeias que se evidenciam pelo empenho e qualidade das respetivas intervenções no âmbito do desporto, promovendo na Europa as boas práticas neste domínio. Consequentemente, a Braga CED dois mil e dezoito assumia-se, nas palavras do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, como "uma oportunidade para mostrar à Europa todo o dinamismo de Braga em termos desportivos". A realidade é que, embalada pelo mote "Don't Stop Us Now!", nada nem ninguém parou a força, a energia e o ímpeto de Braga nesta CED dois mil e dezoito. Força, energia e ímpeto esses que conduziram a que a nossa cidade fosse eleita a melhor Cidade Europeia do Desporto este ano, um título oficialmente recebido no passado dia quatro de dezembro, no Parlamento Europeu, em Bruxelas. Esta distinção é, efetivamente, a celebração de todo o trabalho, imenso e extraordinário, desenvolvido por Braga, em dois mil e dezoito, no quadro do desporto. Esta prestigiante distinção é o mais do que justo reconhecimento do mérito e da excelência do trabalho efetivado nesta CED dois mil e dezoito. Com efeito, Braga mais do que cumpriu os propósitos estabelecidos no contexto da Cidade Europeia do Desporto dois mil e dezoito. As informações mais objetivas são categóricas e cabais. É de sublinhar que, neste momento, quando ainda faltam, aproximadamente, quinze dias para o final do ano, e realizando-se a Cerimónia de Encerramento da CED no próximo dia vinte e dois de dezembro, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Fórum Braga -, estão registados quinhentos e noventa e cinco eventos desportivos levados a efeito, com cerca de duzentos mil participantes e quatrocentos mil espetadores, abrangendo oitenta

modalidades, e em colaboração com duzentas e trinta e quatro entidades desportivas, juntas de freguesia, escolas e associações. Além disso, realce-se o fortalecimento das infraestruturas no setor do desporto, designadamente o investimento de três milhões de euros efetuado na requalificação do Parque Desportivo da Rodovia, bem como a reabilitação do Fórum Braga que possibilita agora a concretização de grandes iniciativas desportivas. De facto, nesta CED dois mil e dezoito, Braga foi verdadeiramente Augusta. Ademais, da Cidade Europeia do Desporto dois mil e dezoito, ficam a consciência e a certeza essenciais - aliás, já expressas pelo Presidente da Câmara Municipal e pela Vereadora do Desporto e Juventude, Sameiro Araújo, de que este trabalho terá a necessária e devida continuidade no futuro. Este trabalho terá de ser um legado deixado para o futuro de Braga e dos Bracarenses, isto é, um trabalho de promoção da prática desportiva junto de toda a população, de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, e de promoção da saúde, da educação e da integração. Para que Braga, no futuro, continue a ser - como tem sido - uma cidade do desporto. Todos os dias. Todos os anos. Nestes termos, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, delibera aprovar um Voto de Congratulação e Louvor ao trabalho desenvolvido no âmbito da Braga CED dois mil e dezoito, bem como pela distinção de Braga como a melhor Cidade Europeia do Desporto em dois mil e dezoito, na certeza de que trabalho será um legado para o futuro de Braga e dos Bracarenses”. Posto à votação foi o referido voto de congratulação e louvor **aprovado com duas abstenções**. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** passou a ler um **Voto de Louvor**, subscrito pelo **B.E.**, do seguinte teor: “O professor, o atleta, o ativista? Qual destas facetas conhecemos melhor do José Alfredo Ribeiro, ou do Bya, ou do Cabeça Negra? Uns conhecerão mais uma

faceta, outros outra, outros, ainda, todas. Mas o que é mesmo difícil é não o conhecer, vê-lo passar, na cidade ou nos arredores, a pé, de bicicleta a correr, a conversar e a saudar meio mundo, sempre com aquele sorriso aberto. Podemos mesmo dizer que o José Alfredo Ribeiro é mesmo uma das figuras de Braga. Mais de trinta anos de ensino, passando por tudo o que era cargo diretivo (foi presidente do Conselho Diretivo da Escola Dom João de Castro), mais uns quantos na ginástica de adultos do Inatel, uns quarenta como dirigente associativo, outros tantos como atleta, e mais de cinquenta como ativista, antifascista na sua juventude, militante da UDP desde mil novecentos e setenta e cinco, e do Bloco de Esquerda desde a sua fundação, em mil novecentos e noventa e nove. Recentemente as páginas dos jornais voltaram a encher-se de referências ao José Alfredo Ribeiro pela conquista de mais uma Maratona em Toronto, na categoria de veteranos, onde se sagrou Campeão do Mundo. E a cidade encheu-se outra vez de orgulho e de simpatia, por este quase septuagenário (sessenta e sete anos) que já cruzou os cinco continentes para correr e que conseguiu fazer aqueles quarenta e dois quilómetros em três horas, trinta e quatro minutos e quarenta e três segundos! Hoje, continua com a mesma energia e empenho, a ser dirigente da Associação de Professores de Educação Física, a defender com unhas e dentes os interesses dos fregueses de São Lázaro e São João do Souto, e junta toda aquela chusma de gente, faça chuva ou faça sol no “Braga a Correr”, um exemplo singelo, mas bem emblemático do que pode e deve ser o desporto para todos. Em boa hora a Câmara Municipal de Braga, resolveu distinguir este multifacetado e exemplar percurso cidadão, tendo-lhe atribuído recentemente a Medalha de Mérito da Cidade. Por esta vida cheia, por tudo aquilo que aqui recordamos, e pelo tanto que ficou por dizer, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresenta nesta Assembleia Municipal de Braga

um Voto de Louvor ao José Alfredo Ribeiro, na certeza de que a nossa comunidade, a nossa vida coletiva se enriquece com cidadãos com este fôlego!”. Posto à votação foi o referido voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para apresentar uma **Moção** com o seguinte teor:” O país, e em particular o nosso distrito e o nosso concelho, teve conhecimento esta semana da decisão do Governo de não renovar a Parceria Público-privada para a gestão do hospital de Braga. Importa lembrar que a construção de um novo hospital moderno e funcional que pudesse servir os bracarenses e a região era uma ambição de há muito e de todos nós. Face aos constrangimentos financeiros crónicos do estado português, tal desiderato só veio a ser possível num modelo de parceria público-privada, cujo desenho e primeiros concursos foram lançados no tempo do então ministro da saúde socialista, Correia de Campos. O Hospital de Braga, com profissionais de excelência e com a sua abnegação, tem servido os utentes do serviço nacional de saúde de forma ímpar. Nos rankings que avaliam o serviço hospitalar, Braga deve orgulhar-se de ter o seu hospital sempre nos primeiros lugares. Mas nem tudo tem sido um mar de rosas. Sabemos bem das queixas do parceiro privado que anuncia prejuízos anuais nos seus exercícios face às transferências do estado; sabemos do racionamento, tantas vezes excessivo, que a gestão hospitalar impõe. Sabemos das queixas, recorrentes, dos profissionais. Mas temos uma certeza: Braga tem um hospital de referência e os utentes, na generalidade, estão satisfeitos. Acontece que, como se disse, soubemos, esta semana, de uma decisão que coloca em causa a gestão do Hospital de Braga e que cria a maior instabilidade quer aos profissionais da instituição, quer à população em geral. Não somos alheios ao facto de a governação assente numa maioria parlamentar com apoio comunista e bloquista ter um preço; um preço

ideológico. Também não olvidamos que a apresentação do projeto de lei de bases da saúde, esta semana, pelo governo, acentua essa viragem à esquerda radical do partido socialista. O mote é a diabolização do privado e da iniciativa privada. Não nos podemos rever e não nos revemos nesse modelo de sociedade. Mas sobretudo não podemos permitir que as populações saiam prejudicadas pela cedência ideológica de quem tudo faz para se manter no governo. Interessa, pois, colocar o interesse do cidadão no centro das nossas decisões. E é, por isso, que se impõe uma posição firme da Assembleia Municipal de Braga em defesa do Hospital de Braga. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a catorze de dezembro de dois mil e dezoito, delibera: Um - Exigir ao governo uma explicação cabal sobre as razões subjacentes à decisão de não continuar com o atual parceiro privado na gestão hospitalar do Hospital de Braga; Dois - Exigir ao governo uma decisão tão célere quanto possível sobre o futuro modelo de gestão do Hospital de Braga; Três - Exigir ao governo a garantia que o Hospital de Braga continuará a prestar serviço público de qualidade, como até aqui tem feito, e que o catapulta para os lugares cimeiros de todos os rankings de avaliação conhecidos”. Aberta a discussão, começou por usar da palavra a **Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA** para dizer que, face às últimas notícias vindas a público, referentes à passagem para a esfera pública do Hospital de Braga, entendia o Grupo Municipal do CDS-PP de Braga endereçar uma recomendação dirigida ao Ministério da Saúde. Considerado o melhor hospital do país, pela Entidade Reguladora da Saúde, nas duas últimas avaliações divulgadas em janeiro e em maio de dois mil e dezassete, o Hospital de Braga era uma unidade hospitalar em parceria público-privada com gestão do Grupo José de Mello Saúde. Recentemente foi considerado, pelo terceiro ano consecutivo, um dos melhores hospitais públicos do país. O Hospital

de Braga abriu portas em maio de dois mil e onze, para servir um vírgula dois milhões de habitantes dos distritos de Braga e Viana do Castelo e tinha um equipa multidisciplinar de mais de dois mil e seiscentos profissionais. De acordo com os dados da Administração Geral do Sistema de Saúde representava, em termos de Serviço Nacional de Saúde, quatro vírgula um por cento das cirurgias, três vírgula seis por cento das consultas médicas, três vírgula três por cento dos internamentos e três vírgula dois por cento dos atendimentos na urgência. Diariamente, o Hospital de Braga, realizava em média noventa e duas cirurgias, mais de mil e setecentas consultas e atendia mais de quinhentas e cinquenta pessoas na urgência. Era seu entender, que o modelo de gestão adotado tinha acautelado o interesse público, quando comparado com outras unidades hospitalares com gestão pública. Era seu entender que a excelência desse equipamento hospitalar contribuía em muito, para o benefício da qualidade dos serviços prestados no nosso concelho e no nosso distrito. Era, também, seu entender que o Governo não poderia continuar a ceder às pressões da esquerda, comprometendo todo o trabalho realizado pelos profissionais de saúde naquele hospital e teria que intensificar as negociações no prolongamento daquela PPP.

Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que era ali que as águas se separavam. A sua opção era sempre a gestão pública daquilo que era de interesse público. E achava que era errado ir ali dizer que uma gestão privada era melhor para o Hospital de Braga do que uma gestão pública. E dizia isso, porque era errado e porque indiretamente, estavam a acusar os profissionais de saúde, que eram aqueles que verdadeiramente engrandeciam e qualificavam aquilo que era a intervenção naquela área, fazer uma afirmação desse género. Portanto, acreditavam que a excelência dos tratamentos de saúde que eram dados no Hospital de Braga,

continuariam com uma gestão pública. E o Partido Socialista revia-se, exatamente, naquilo que tinha vindo a ser uma negociação, ainda que não estivesse concluída, mas que, efetivamente, alguns profetas da desgraça começavam, ali, a levar como um dado já encerrado. Pessoalmente e no entender dos socialistas de Braga, achava que uma gestão pública do hospital, iria continuar a ser boa para todos os Bracarenses, porque apostavam, efetivamente, na gestão pública. Aliás, havia exemplos de gestão pública de hospitais, que eram bons exemplos, também, neste país. Os grandes hospitais deste país São João, Santa Maria e outros, tinham uma gestão pública, que era uma gestão excelente. E assim deveria continuar e eram apologistas de que, efetivamente, a gestão do hospital pudesse ser inteiramente pública. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** passou a ler a parte deliberativa da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. O **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** questionou os proponentes da moção se, de facto, aquela redação de exigir o atual parceiro, se a Assembleia tinha legitimidade para uma coisa dessas. Teria entendido mal? E se fosse com outro parceiro? Com aquela formulação a ideia que dava era que estavam a defender o atual parceiro. Para esclarecer a dúvida, entretanto, suscitada, voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, realçando que a sua intenção, ali, não era defender, nem esse parceiro, nem outro qualquer. Só queriam perceber, de acordo com aquilo que tinham, se era uma avaliação positiva do que tinha ocorrido com a gestão atual do Hospital de Braga. E, portanto, a exigência ao governo era essa mesma de saber porque era que decidia não continuar com aquele parceiro. Era só isso. Posta à votação foi a presente moção **aprovada com quarenta e seis votos a favor, com quinze abstenções e com oito votos contra**. O **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** fez uma

***Declaração de Voto**, referindo que o PS não teria nenhum problema em votar a favor da moção pela componente deliberativa, que visava obter esclarecimentos e respostas, saber o novo modelo e garantir a qualidade da gestão. Naturalmente, o PS não poderia votar favoravelmente a moção, quando os considerandos falavam da esquerda radical do PS, da diabolização do privado e da iniciativa privada. Aquilo que o PS não podia, naturalmente, aceitar era a diabolização da gestão pública. E quando, ali, se falava da diabolização do privado, era a outra face da moeda. A direita tinha, muitas vezes, e por regra a diabolização da gestão pública. E, portanto, porque não embarcavam na lógica da diabolização da gestão pública e porque aquela era um questão que os preocupava, o Partido Socialista não encontrando nos considerandos uma leitura ideológica que se conformasse com a sua de pensar a sociedade e o mundo, não podia votar favoravelmente em favor dos esclarecimentos que os preocupavam, mas que enfermavam de um erro, na sua concessão, de partida que tinha que ver com a forma como entendiam o papel do Serviço Nacional de Saúde e o papel do serviço público em áreas estruturantes. E, portanto, não à diabolização do privado, mas não, muito menos, à diabolização da gestão pública. Outra **Declaração de Voto** foi apresentada, agora pelo **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, referindo que o BE votou contra aquela moção, por uma razão simples. O direito à saúde era um direito constitucional e não podia servir, nem devia servir e o interveniente, pessoalmente, não só como Deputado do BE, sentia vergonha pela posição que aquela Assembleia tomou, que viessem as águas que viessem, o que ali se decidiu foi se alguém podia ganhar muito dinheiro com a saúde do povo português. A questão era essa, chamassem-lhe o nome que quisessem. Quem suportava as parcerias público-privadas, que eram contestadas mesmo pelo atual Executivo*

em muitas outras áreas da sociedade, era, de facto, o erário público. Não havia ninguém que investisse e muito menos naquele nível de investimento, se o capital investido não gerasse grandes lucros. E a questão era essa. Não tinha a ver com a gestão pública ou a gestão privada ser melhor ou ser pior. Aliás, muitos dos que ali estavam, que eventualmente tinham cargos públicos, deviam demitir-se e por gente do setor privado a dirigir as empresas e as autarquias que dirigiam. Havia que ser honesto e havia que dizer que quando se geria bem, geria-se bem estando no setor público ou no setor privado. Mas havia setores que não podiam ser privados, porque, de facto, constitucionalmente, eram direitos dos portugueses e as pessoas estavam a pagá-los a preços que não deviam pagar, para suportar os juros dessa gente que fazia o investimento. Posteriormente usou da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para apresentar uma **Moção**, destacando que: “Esta semana, a propósito das declarações da Ministra da Saúde relativas à "possibilidade de o Hospital de Braga passar a ter gestão pública" a partir de agosto de dois mil e dezanove, surgiu um coro de protestos, liderado pelos defensores dos grandes grupos económicos que operam na saúde, contra tal possibilidade. Entre os vários defensores dos grupos económicos que operam na saúde e, muito concretamente do Grupo Mello, esteve o Presidente do Município- Ricardo Rio. As afirmações do Sr. Presidente tinham apenas um objetivo: pressionar o Governo para que este ceda à chantagem e pressão que o Grupo Mello tem feito e mantenha a gestão privada do Hospital e, claro está, nas mãos desta administração. As afirmações do Sr. Presidente, se dúvidas houvesse, tornaram bem claro de que lado está: não está ao lado da gestão pública, da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e dos utentes, mas do sim do grande capital. Esqueceu, no entanto, o Sr. Presidente do que representa a gestão do Grupo Mello para os profissionais

e para os utentes. Esqueceu dos constantes racionamentos dos medicamentos aos doentes, em particular, aos doentes com esclerose múltipla, como recentemente denunciámos! Esqueceu dos duzentos e sessenta e seis dias que um doente espera por uma consulta de anestesiologia, dos trezentos e quarenta e quatro dias de espera por uma consulta de cirurgia vascular, dos duzentos e treze dias que uma criança espera por uma consulta de cardiologia ou ainda dos quinhentos e três dias de espera por uma consulta de endocrinologia! Esqueceu que o Grupo Mello não está a descongelar as carreiras aos enfermeiros, não cumprindo a lei do Orçamento do Estado, sonhando um direito e não pagando o que lhes é devido! Esqueceu das várias multas aplicadas pela Administração Regional de Saúde do Norte por incumprimento do contrato, designadamente por não assegurar cuidados em especialidades que estão no contrato e, por isso enviar os doentes indevidamente para outros hospitais, como por exemplo para o Hospital de São João. Para a CDU o caminho a seguir é só um: o fim da PPP, em agosto de dois mil e dezanove, e a integração do Hospital de Braga na esfera pública. Só a gestão totalmente pública salvaguarda os direitos dos utentes, dos profissionais e o erário público. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida em sessão ordinária a catorze de dezembro de dois mil e dezoito delibera: Exortar o Governo para que ponha fim à PPP do Hospital de Braga e que o Hospital passe para a esfera pública e, por conseguinte, tenha uma gestão integralmente pública”. Posta à votação foi a presente moção **rejeitada com quarenta e quatro votos contra, com treze abstenções e com dezassete votos a favor**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para proceder à apresentação de uma **Moção**, subordinada ao tema “Pelo reforço da segurança no Campus de Gualtar da Universidade do Minho” e que referia que “A Universidade do Minho é uma das maiores universidades do

país. No Campus de Gualtar, em Braga, estima-se que a comunidade académica ultrapasse as quinze mil pessoas, entre estudantes, funcionários e visitantes. Os estudantes deslocados residem, habitualmente, nas freguesias de Gualtar e São Victor. Nas imediações da Universidade há um conjunto de cafés, restaurantes e bares, que os estudantes frequentam para períodos de lazer, normalmente, à noite. Nos últimos tempos, tem-se assistido a episódios frequentes de agressões e assaltos. Este clima de insegurança preocupa a comunidade, que se sentem limitados na fruição dos espaços públicos, com receio que algo de trágico aconteça. A PSP e a GNR já foram alertados para várias situações, tendo inclusivamente já detido pessoas por comportamentos violentos e roubos. Estas situações graves já levaram a que um grupo de estudantes promovesse uma petição, que conta já com mais de mil e oitocentas assinaturas, apelando ao poder autárquico, nomeadamente a Câmara Municipal de Juntas de Freguesia de Gualtar e São Victor, para que “possam ser repensadas e reforçadas medidas de policiamento da área em questão, sobretudo em horário noturno nos dias de maior movimento local, bem como pensadas medidas estruturais de reforço da segurança da área que circunda a Rua Nova de Santa Cruz, designadamente através da maior iluminação do espaço público”. Esta exigência é mais do que justa e cabe à Câmara Municipal de Braga dar resposta a este pedido e assegurar que todos/as os estudantes se sentem seguros. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária em catorze de dezembro de dois mil e dezoito, delibera: recomendar à Câmara Municipal de Braga que reúna com urgência com as forças de segurança, as Junta de Freguesia de São Vítor e de Gualtar e a Associação de Estudantes da Universidade e representantes do comércio local, de forma a que o policiamento e a iluminação naquele local sejam da forma mais adequada possível nas

imediações do Campus de Gualtar da Universidade do Minho”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. A este propósito registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, que disse, em **Declaração de Voto**, que se associavam, obviamente, àquela questão, mas tanto quanto sabiam, a Câmara tinha já agendada uma reunião, justamente com as forças de segurança e, por isso, estavam, também, tranquilizados, relativamente ao plano de ação da Autarquia e acreditavam que brevemente essa situação seria abordada entre as instituições devidas. Para deixar, ali, aquela nota. Associavam-se, mas tinham a certeza e a convicção e também, já, a confirmação de que haveria essa reunião. Foi, depois, presente, pela **Sr.ª Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, uma **Recomendação**, com o seguinte conteúdo: “O Bairro do Picoto, situado logo acima do sopé do Monte do Picoto, consiste num problema sério de degradação e de exclusão social. Construído em forma de gueto, com um único acesso aberto e afastado do resto da cidade, criou um ambiente de segregação e de exclusão da comunidade que ali habita até hoje. A construção das casas do bairro, com materiais de pouca qualidade, traduziu-se na falta das condições mínimas de habitabilidade, a que hoje se somam anos de utilização e deterioração. Visitando o local é possível confirmar infiltrações de água, humidade, falta de isolamento e, inclusivamente, grande perigosidade num dos blocos, que corre sérios riscos de poder vir a desabar. Embora não seja a primeira vez que é chamada a atenção para a necessidade de se pensar numa solução definitiva para o Bairro do Picoto, recentes visitas comprovaram que as condições de habitabilidade daquele local atingiram um ponto de não retorno, ou seja, de impossibilidade de continuar a empurrar qualquer decisão política para um futuro longínquo. Urge, assim, decidir resolver de uma vez por todas os vários problemas deste bairro, desde

logo pela garantia de condições dignas de habitação para os seus moradores, que pelas características da construção das casas e pela configuração do próprio local, terão que passar pelo realojamento daquelas famílias. No caso, nenhum projeto de requalificação serviria para resolver nenhuma das situações levantadas, já que para garantir condições aos edifícios significaria ter que demolir o que está construído e fazer tudo de novo e, mesmo nesse cenário, a configuração atual do bairro não teria muitas soluções para ser alterada, pelo que se perpetuaria um modelo de bairro habitacional segregado, ainda que as habitações pudessem ser novas. Acresce ao exposto que, para uma solução destas se enfrentaria a discussão que já veio também a público sobre a propriedade daqueles terrenos, pelo que a opção que o município deve tomar deve ir ao encontro de garantir verdadeiras condições de habitabilidade para aquela comunidade e a sua devida integração na sociedade maioritária, através também de uma estratégia e uma política social capazes de dar resposta a este acompanhamento. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a catorze de dezembro de dois mil e dezoito, recomenda à Câmara Municipal de Braga que:

Um - Assuma como única opção para o Bairro do Picoto o realojamento das famílias em condições de dignidade, ao abrigo de um plano estratégico, de acordo com os programas de apoio à habitação da Bragahabit; Dois - Acompanhe a Bragahabit nos esforços para recorrer a programas de apoio ao realojamento e na possibilidade de começar a realojar famílias, já em dois mil e dezanove, em fogos devolutos, sua propriedade, noutras áreas da cidade”. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com quarenta e dois votos contra, com uma abstenção e com vinte e sete votos a favor**. O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, apresentou uma **Declaração de Voto**, que dizia que o Grupo Municipal do PSD votou contra aquela

recomendação, por entenderem que ela estreitava os caminhos da Câmara Municipal, em vez de os abrir. E tinham, neste momento, que ter em conta outros condicionamentos, nomeadamente do ponto de vista do realojamento das famílias, que não eram imediatamente atendíveis do ponto de vista financeiro e o que tinham que garantir, atualmente, era a dignidade dessas famílias e dar-lhes condições de vida, independentemente donde fosse. Obviamente, que o objetivo a médio longo prazo era das duas uma, ou realocalizá-las, ou recuperar o bairro de forma a que, efetivamente, voltassem a ter a dignidade que mereciam em pleno. Aquilo que tentavam fazer no momento era serem pragmáticos e dar uma solução qualificada àquelas famílias e não as deixar sem rede, mas, com certeza, a trabalhar numa solução de médio a longo prazo, com sustentabilidade financeira e, obviamente, com esse grande objetivo em mente, que era devolver a dignidade e a qualidade de vida dessas pessoas. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para apresentar uma **Moção**, que salientava que: “No passado mês de novembro, a administração da empresa Jade Iberia comunicou aos seus trabalhadores que iria encerrar a empresa em fevereiro de dois mil e dezanove. No entanto, no dia três de dezembro, dispensou a esmagadora maioria dos trabalhadores mantendo apenas uma equipa mínima para, diz a administração, acabar as encomendas. Contrariando essa justificação, durante esta semana, os trabalhadores dispensados foram surpreendidos com o facto de a empresa ter recorrido a trabalhadores precários para terminar as encomendas, em substituição dos trabalhadores da empresa que foram mandados para casa, o que configura uma situação inaceitável! A Jade Iberia Produtos Metalúrgicos Unipessoal S.A é uma empresa do grupo Ideal Standard International Bvba, tem setenta e quatro trabalhadores e labora na cidade de Braga há mais de cinquenta anos, sendo uma importante empresa para

o tecido económico do concelho e da região. A empresa "justifica" o encerramento e o despedimento da totalidade dos trabalhadores com "o prejuízo em Portugal há alguns meses", todavia, e de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Norte, esta informação é contrariada com a leitura dos diversos relatórios únicos da empresa, os quais "desmentem que a empresa tenha prejuízos". O encerramento da Jado Iberia corresponderá a mais um passo para a destruição do aparelho produtivo nacional, agravando a situação de cada um dos trabalhadores e suas famílias e do tecido económico e social do concelho de Braga, pelo que importa que sejam tomadas todas as medidas que possibilitem a salvaguarda de todos os postos de trabalho e a laboração da empresa. Perante este cenário dramático, não se compreende que, desde o anúncio da intenção de encerramento da empresa, a maioria PSD/CDS no Executivo Municipal e designadamente do seu Presidente tenham pautado a sua conduta pela completa ausência de intervenção e absoluto desinteresse pela vida daqueles trabalhadores. Não se compreende e não se pode aceitar que perante o pedido de audiência dos trabalhadores ao Presidente da Câmara, este tenha num primeiro momento se escusado a recebê-los e, mais tarde, tenha encaminhado a solicitação para a sua chefe de gabinete. Não podemos, pois, deixar de registar a sua opção de classe, considerando que quando se trata de receber os donos de grandes multinacionais o Sr. Presidente lá arranja um tempinho para mais uns retratos. A situação na Jado Iberia pode ter um desfecho dramático para dezenas de famílias, o que exigia, e continua a exigir, uma ação determinada dos diversos poderes políticos, nomeadamente da Câmara Municipal. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária a catorze de dezembro, delibera: Um - Manifestar a sua solidariedade a todos os trabalhadores da lado

*lberia e suas famílias, face à situação iminente de desemprego; Dois - Instar a Câmara Municipal de Braga a atuar no sentido de defender todos os postos de trabalho e a laboração desta importante empresa para o tecido económico e social do concelho de Braga; Três - Reclamar junto do Governo, nomeadamente dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Adjunto e da Economia, para que intervenha no sentido de garantir a manutenção da laboração da empresa e salvaguarda de todos os postos de trabalho; Quatro - Enviar a presente moção ao Governo, designadamente aos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Adjunto e da Economia”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada com trinta e cinco votos a favor e com vinte e nove abstenções**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para explicar, desde logo, que relativamente aos considerandos da moção, se há pouco os acusaram de andar com o privado ao colo, o que dizer daquela moção, quanto aos papéis, ou à versão que tinham da sociedade e sobre quem devia sobrevir a quem. Não tinham visões de lutas de classes, nem de operariados contra patrões. Achavam que a sociedade tinha uma lógica funcional adequada e harmoniosa, que às vezes tinha solavancos, era a vida, eramos seres humanos, era assim mesmo, mas não era nisso que se reviam, era o que mais faltava reverem-se em considerados desse tipo. E, depois, na parte deliberativa, em primeiro lugar, não se metiam em assuntos de índole judicial, isso não era para aí chamado. Sabiam de fonte segura que nunca houve recusa de receber e de falar com essas pessoas e, portanto, era o que mais faltava aderirem a esse tipo de argumentário, quando o assunto era sério, essas pessoas mereciam o seu respeito, mereciam, obviamente, a sua solidariedade, porque com elas e como qualquer pessoa ou qualquer patrão que se encontrasse numa situação de infortúnio, tinham essa*

mesma solidariedade. Interveio o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, para apresentar outra **Moção**, que dizia: “No decurso desta semana, a Juventude Popular de Braga enviou uma carta a diversas autoridades nacionais e do nosso concelho, acerca do tema segurança e prevenção em Braga. Num contexto de sucessivos atos criminais nas imediações da Universidade do Minho, a comunidade académica tem demonstrado uma enorme preocupação com a eventual escalada do problema. Estes episódios não espelham a realidade que é marcada por uma taxa de criminalidade violenta reduzida, qualidade de vida e reconhecidamente acima da média das grandes cidades portuguesas. A cidade de Braga tem contrariado todos os indicadores nacionais no que diz respeito ao aumento da criminalidade num contexto de crescimento populacional e poucos recursos. Importa, deste modo, salientar o meritório trabalho das forças de segurança bracarenses e nesse sentido, solidarizamo-nos com o altruísmo de quem dispõe a sua vida ao serviço da comunidade. Todos estes resultados têm sido alcançados através de uma forte cooperação entre o município e as forças de segurança. No que à segurança dos estudantes diz respeito, esta cooperação manifesta-se nos avanços alcançados com o reforço da iluminação na residência universitária de Lloyd, bem como, no percurso entre este equipamento e a Universidade. No entanto, os mais recentes acontecimentos podem indiciar uma escalada da criminalidade violenta. É por isso, fundamental encararmos o problema da segurança em toda a sua dimensão. Só assim será possível preservarmos os resultados que a cidade tem alcançado. O contexto populacional e demográfico da cidade alterou-se consideravelmente nos últimos anos, sem que com isso, o reforço de meios de segurança e socorro tenham acompanhado esse crescimento, bem pelo contrário, tem diminuído drasticamente. Braga assume a dianteira nacional de crescimento e fixação de

novas pessoas face aos últimos censos, para além disso, ainda é de referir o aumento do número de turistas dois mil e catorze – duzentos e vinte e cinco mil duzentos e setenta e seis face a dois mil e dezassete – trezentos e vinte mil com um aumento de vinte e nove vírgula seis por cento), de dormidas (dois mil e catorze – trezentos e sessenta e sete mil e duzentos face a dois mil e dezassete – quinhentos mil com um aumento de vinte e seis e meio por cento) e também na presença de público em espetáculos ao vivo (dois mil e catorze – trezentos e setenta e dois mil trezentos e sessenta e um espetadores face a dois mil e dezasseis – um milhão novecentos e noventa e três mil cinco com um aumento de oitenta e um vírgula trinta e um por cento). Convém destacar, que perante estes dados de crescimento contínuo, está prevista uma redução do efetivo das forças de segurança em vinte por cento, explicado pela média de idades do mesmo que ronda, neste momento, os cinquenta anos de idade. Considerando, também, o facto de cinquenta por cento desse mesmo efetivo estar empregue em funções administrativas o quadro agrava-se. No que à segurança noturna diz respeito, o cenário não aparenta ser mais brando. Estão disponíveis, para cobrir cerca de duzentos mil habitantes, apenas duas viaturas no âmbito da patrulha noturna. Esta realidade afeta todos os bracarenses, mas sobretudo, os estudantes cuja vida noturna é indissociável da sua experiência académica, que merece ser vivida em condições de plena liberdade e segurança. Devemos prevenir, em nome dos estudantes e de todos os bracarenses, o escalar da criminalidade violenta. É essencial exigir, que a curto prazo, sejam redistribuídos os meios existentes em território nacional de forma a cobrir as falhas existentes na segurança da cidade, por consequência do aumento populacional. No entanto, é fundamental realizar investimentos para garantir a sustentabilidade da cobertura da rede de proteção dos bracarenses no longo prazo. A catorze de dezembro de dois mil e dezoito, o Grupo

*Parlamentar do CDS na Assembleia Municipal de Braga reuniu-se propor as seguintes recomendações ao Governo português: Um - A construção de uma nova esquadra central da PSP e da GNR, propondo que sejam partilhadas na antiga Quinta da Arcela, em Lamações, propriedade com cerca de cinco hectares e propriedade do Estado Português; Dois - O reforço do número de viaturas disponíveis para as forças de segurança; Três - Se priorize o concelho de Braga nos próximos concursos para a admissão de novos efetivos, combatendo a diminuição do número total de efetivos até dois mil e vinte; Quatro - A criação de uma esquadra de proximidade em parte do antigo edifício do Hospital Psiquiátrico de Braga, propriedade do estado, na rua do Vilar, junto à Universidade. Com esta proposta, duplicamos o número de esquadras existentes na capital do Minho e, por consequente, as respostas efetivas na prevenção, segurança e combate ao crime; Cinco - A passagem para domínio municipal da franja de terreno que permite formalizar a artéria de ligação entre a Quinta da Armada e a Rua de Vilar”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada com oito abstenções**. Apresentou uma **Declaração de Voto**, o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, no sentido explicar o seu voto, porque, de facto, podia deixar alguma dúvida, relativamente à moção que apresentaram e a sua abstenção na presente moção. Era que, de facto, não pretendiam transformar o Município de Braga num município policial e muito menos a academia numa esquadra de polícia. Entendiam que as forças e os meios deviam ser adequados. Relativamente à situação da nova esquadra, não tinham, ainda, opinião formada sobre isso e, daí, a sua abstenção. Duvidava muito que os estudantes quisessem ter a polícia quase dentro da universidade. Outra **Declaração de Voto** foi apresentada, agora pelo **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, salientando que o Partido Socialista votou*

a favor porque, efetivamente, era um drama a insegurança das pessoas, nomeadamente, estudantes que residiam nas áreas limítrofes à Universidade do Minho. Não era com o fortalecimento da iluminação pública, que esses problemas se resolviam. E ela, efetivamente, não existia, sobretudo nas áreas onde o número de estudantes residente era significativo. Aliás, a Junta de Freguesia de Gualtar, no passado, como no presente, tinha vindo a reivindicar uma maior iluminação pública não só pela questão de quem se deslocava a pé para Gualtar, como também, dos imensos estudantes que residindo tinham muita dificuldade, inclusive, na sua mobilidade, através das vias que ligavam a Gualtar. Era evidente que as questões de segurança eram para o PS muito importantes, por isso, votaram a favor. Entendiam que a implantação de uma esquadra num local que pudesse servir não só as áreas de crescimento, mas, também, para inibir aquilo que eram ataques, quase diários, aos estudantes, se pudesse fazer. E, portanto, denunciar ao mesmo tempo, e ainda bem que, agora, o CDS e presumia que também o PSD se tivesse convertido, para o desinvestimento feito no passado. Ultimamente tinha-se formado centenas de agentes de autoridade, para reforçar a segurança. Mas todos percebiam que, no passado, houve esse desinvestimento enorme e não viram essa preocupação nos anos anteriores, por parte da Coligação, relativamente àquela matéria. Era bom que viessem, agora, novamente, juntar-se àquilo que eram as suas preocupações, porque, efetivamente, tudo o que se pudesse fazer em termos de segurança para as pessoas e para os estudantes, era sempre bem-vindo. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que relativamente àquela recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP, reviam-se, obviamente, na preocupação com a segurança e naquele que era um ponto crítico, infelizmente, no concelho. Aderiram, obviamente, à boa vontade do

*Grupo Municipal do CDS-PP, em tratar daquele problema e em dar-lhe soluções. Tinham que dizer, ali, de todo o modo que, do ponto de vista operacional das questões que foram ali colocadas, nomeadamente, a criação de uma esquadra partilhada pela PSP e GNR, a definição de onde ou que podia ou não podia ser esse tipo de infraestrutura, havia questões operacionais, do ponto de vista da logística, da gestão das próprias forças de segurança, que lhes parecia que, malgrado aquilo ser apenas uma recomendação e ninguém ficar vinculado por ela, ultrapassava um bocadinho aquilo que lhes parecia ser a dinâmica entre as próprias forças de segurança e a dinâmica do próprio Ministério da Administração Interna, na forma como geria aquele tipo de espaços e de infraestruturas. De todo o modo, era o que mais faltava o PSD não se associar àquela recomendação e, ainda por cima, ouvindo o Deputado João Nogueira, parecia mesmo que as questões de esquecimentos e amnésias, seguramente não eram daquele lado, porque ainda se lembrava do tempo do governo do famoso e famigerado Passos Coelho, em que chegaram ao governo, depois do governo da bancarrota, ainda se lembravam desse, com certeza, o governo do PSD arranjou dinheiro para as promoções que o PS tinha aprovado, para as forças de segurança e que não tinha dinheiro para lhes pagar. E, portanto, eram desse tempo. Os tais que não tinham preocupações com a segurança e com as forças policiais e com as condições de trabalho das forças policiais, foram os mesmos que, num contexto de crise extrema e de bancarrota, foram arranjar dinheiro, para pagar as promoções que simpaticamente o PS definiu, mas não pagou. Registou-se, ainda, a intervenção da **Sr.ª Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para salientar que, obviamente, que a questão que ali foi tratada, era uma questão preocupante, séria e que urgia a tomada de medidas para colmatar essa situação. Era verdade que tinham instado e tinham defendido*

e era esse o caminho que tinha que ser feito, do reforço dos efetivos, dos meios, dos veículos e esse tinha, também, que ser, ainda, muito reforçado ali no distrito e muito em concreto no concelho de Braga. Mas gostaria de recordar ao Sr. Deputado do CDS, que foi, ali, tratar o assunto e, designadamente, relembrar a utilização dos terrenos de Lamações, mas recordar que foi precisamente no governo do PSD/CDS-PP, que foi desafetado esse terreno, pela então Ministra Assunção Cristas, colocando-o no banco de terras. E, portanto, tirando completamente a possibilidade de ser, ali, construído o comando. Na altura era Deputado e podia mostrar a resposta que então o Ministro Miguel Macedo lhes deu ao Grupo Parlamentar. E, portanto, era só para recordar essa questão. E dizer, também, bem percebiam a tentativa que o PSD e do CDS, mas, hoje, particularmente, o CDS, tinham feito de tentar branquear as suas responsabilidades na atual situação das forças e serviços de segurança. E veio, agora, o Deputado João Marques, falar das promoções. Só lhe recordava que o governo de então PSD/CDS-PP, deixou caducar, não providenciou uma lei de programação de equipamentos e de infraestruturas, para as forças e serviços de segurança e foi nessa solução política, que se arranjou, efetivamente, meios para que essa lei de programação dos edifícios dos equipamentos das forças de segurança entrou em vigor. Foram essas, de facto, as razões pelas quais se abstiveram. Obviamente que a situação era preocupante. Era preciso que se tomassem medidas, mas não embarcavam com branqueamentos de responsabilidades. Depois foi a vez da **Sr^a. Deputada do P.S., MARTA FILIPA AZEVEDO FERREIRA** apresentar uma outra **Recomendação** do seguinte teor:

“ Considerando que: o Código Regulamentar do Município de Braga, no seu capítulo terceiro, título um, parte D - um prevê a regulação do "Acesso automóvel à área pedonal", definindo as condições para permissão do acesso a

um conjunto alargado de artérias do Centro Histórico; os residentes permanentes que pretendam acesso automóvel têm que fazer, anualmente, esse pedido à Câmara, através de requerimento pago, no balcão único para fazer prova documental da qualidade de residente (com carta de condução, documentos do veículo, recibo da eletricidade ou água), após o deferimento têm que pagar a devida taxa e a revalidação da permissão implica o mesmo procedimento a cada ano; o incumprimento desta formalidade e as restrições no acesso automóvel às residências, provocam grande constrangimento às famílias residentes, quer para proceder a cargas e descargas do dia-a-dia, quer para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida e crianças; foi apresentada na Assembleia Municipal de trinta de abril dois mil e dezoito, uma petição subscrita por vários moradores a solicitar a correção de uma situação que consideram discriminatória face aos demais cidadãos do município, uma vez que têm que pagar para ter acesso à sua residência; o procedimento não foi até hoje revisto pela Câmara Municipal de Braga e os moradores já foram notificados para revalidar a permissão de acesso automóvel às suas casas para o próximo ano; O Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere recomendar à Câmara Municipal de Braga que, relativamente ao acesso automóvel à área pedonal, se altere o articulado em vigor, desburocratizando os procedimentos, desonerando as famílias que lá habitam das taxas anuais e intensificando a fiscalização para regular o acesso automóvel e o estacionamento abusivo na área pedonal”. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, que, a propósito, disse que tanto quanto sabiam, julgavam que aquele procedimento já tinha sido, entretanto, revisto. Por isso, relativamente ao efeito útil da recomendação, estavam com essa dúvida. Porque se, de facto, já foi revisto, não fazia sentido estarem a reponderar

essa questão. Se a Câmara Municipal pudesse dar algum esclarecimento, já não teriam que o discutir. A palavra foi dada ao **SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, JOÃO VASCONCELOS DE BARROS RODRIGUES**, para dizer que a Deputada que, ali, fez a intervenção, há pouco tempo teve a oportunidade de ver o esclarecimento que foi feito à moradora que foi falar em nome dos moradores do centro histórico. De facto, havia um controlo nos acessos automóveis ao centro histórico. Esse controlo exigia uma revalidação anual das licenças de acesso ao centro histórico e todo esse processo que muito incomodava e percebia por que incomodava e não iria convencer nenhum morador de que era mais fácil ter que entregar documentos do que não ter que os entregar, mas, infelizmente, naquele caso, tinha que haver um controlo que fazia parte da necessidade, de resto que achava que era solidária entre todos os membros do Executivo Camarário, de controlo dos acessos e, neste momento, o procedimento era apenas um, a junção de uma fatura da Agere, anteriormente não era assim. Basicamente as pessoas tinham que repetir todo o procedimento, todo os anos, a junção de uma série de documentos e, hoje, o processo não era assim. Bastava a junção de uma fatura da Agere e havia, de facto, a necessidade do pagamento da taxa para dar entrada do requerimento, de resto, como qualquer requerimento, à partida, que entrasse no balcão único, de acordo com o Código Regulamentar do Município de Braga. Portanto, o procedimento foi mudado este ano e estavam a ver, ainda, se para o próximo ano poderiam fazer isso tudo de forma digital, o que, infelizmente, até ao momento ainda não foi possível fazer. Mas essa necessidade de uma entrega de mais de cinco ou seis documentos, deixou de existir este ano. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com quarenta votos contra, com uma abstenção e com vinte e oito votos a favor**. Foi, depois, presente, pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-**

P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS, uma PROPOSTA, salientando que: “Considerando que: Os cuidadores informais são pessoas que cuidam de outra, numa situação de doença crónica, deficiência ou dependência, parcial ou total, de forma transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidado. O termo informal advém destes cuidadores ao contrário dos cuidadores formais, como os profissionais de saúde, não serem remunerados pelo seu trabalho e, na sua grande maioria, terem um percurso profissional que não lhes atribui competências específicas no domínio do cuidar; Cuidar de uma pessoa com algum nível de dependência exige lidar com uma diversidade de esforços, tensões e tarefas que podem superar as reais possibilidades do cuidador, podendo conduzi-lo à exaustão e ter um impacto a nível físico, psicológico, social e económico quer na vida do cuidador, como da pessoa foco dos seus cuidados; Sabendo que cuidar de outra pessoa cria situações de tensão e stress que comprometem a qualidade de vida do cuidador, é necessário encontrar formas de apoiar, mitigar o impacto e compensar a vida destas pessoas; Portugal é um dos países da União Europeia com maior envelhecimento demográfico; Uma intervenção multidisciplinar, no pleno respeito pela pessoa idosa ou dependente, composta por elementos formais e informais, que leve a um funcionamento articulado dos diversos agentes intervenientes no terreno, poderá fazer a diferença para muitas destas pessoas que vivem sozinhas em casa, sem possibilidade de sair, seja por motivos de saúde, seja porque as condições de acessibilidade não o permitem; A acção em rede concertada, que agregue todos os cuidadores, é uma resposta fundamental e Braga pode dar o exemplo e criar a primeira rede de cuidadores para que outras cidades a sigam. Nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Braga que delibere: Um - Que a Câmara Municipal de

Braga promova a criação de uma Rede de Cuidadores do Concelho, a primeira no País, com o objetivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões; Dois - Que esta rede de cuidadores inclua e enquadre os cuidadores formais e informais que, de modo informal e isolado, já prestam este serviço a muitos familiares, amigos e vizinhos e que seja um estímulo a que muitas outras pessoas assumam este papel; Três - Que esta rede de cuidadores trabalhe a capacitação e literacia dos seus membros para que a sua acção seja mais gratificante, legítima e eficaz; Quatro - Que a CMB reforce o seu papel dinamizador na articulação entre todos os organismos, públicos e privados, que já atuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objetivo de identificar as necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas; Cinco - Que a CMB estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais, a realizarem em conjunto um levantamento detalhado da situação de pessoas com dependência, seja pela idade, seja por deficiência, do município de Braga”.

Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade**. Passou-se à apresentação de uma **Declaração Política**, pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, que salientava que: “A última Assembleia Municipal de Braga ficou marcada pela discussão em torno da decisão do município de alienar a Fábrica Confiança. No sentido de promover o dialogo em relação ao futuro da Confiança o PS, a CDU e o BE apresentaram uma proposta de recomendação que baixasse o tema à Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, no sentido de aprofundar, densificar, organizar um conjunto de discussões, debates e intervenções com as associações, Junta de Freguesia de São Victor, instituições de cultura e património, académicos, com a Universidade e com a sociedade civil em geral. A

Coligação Juntos Por Braga optou, então pelo chumbo da proposta vedando à Assembleia Municipal a discussão séria e concreta sobre o futuro da Fábrica Confiança, mesmo perante os apelos dos cidadãos, dos partidos da oposição e perante o Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, escudando-se na necessidade de liquidez e num caderno de encargos que não é mais do que três paredes. Contudo, ao contrário do que aconteceu no processo de decisão da alienação, a sociedade civil tem promovido um amplo debate e auscultação de diversas entidades resultando no estabelecimento de pontes de diálogo e de alternativas à alienação que a Câmara Municipal de Braga continua a recusar aceder. Desde um Tribunal que aceita uma providência cautelar contra a alienação, à visita da comissão de cultura da Assembleia da República, ainda que com as limitações de acesso ao espaço pouco dignas da democracia, à publicação em Diário da República da Abertura do procedimento de classificação da Saboaria e Perfumaria Confiança por parte da Direção-Geral do Património Cultural, desde uma Secretária de Estado que apela ao diálogo entre município, Junta de Freguesia, Governo, Parlamento e cidadãos, passando pelo diálogo permanente dos partidos da oposição, das associações, dos cidadãos, tudo isto garante que a venda da Fábrica Confiança não é uma inevitabilidade concretizada por uma decisão unilateral do Executivo. Executivo esse que continua a falar consigo próprio, sem ouvir a voz da cidadania, sem considerar mais nenhuma solução. É de lamentar que, ao contrário do que aconteceu no processo de aquisição, a decisão de vender este centenário património industrial não resulta de um amplo processo de debate e auscultação, resulta apenas e só da vontade da Coligação Juntos por Braga. Seria a hora de assumir esta vontade de milhares de bracarenses, seria a hora de assumir uma governação feita pelas ideias de quem exerce poder, mas também pelas ideias de

quem exerce oposição. Continuamos a acreditar que é possível encontrar soluções que passem pela não alienação da Fábrica Confiança, emancipando o desenvolvimento da cidade, dinamizando a cultura preservando a memória. Continuamos a acreditar que o diálogo é a via preferencial para a reversão deste negócio. Continuamos a acreditar que defender a posse pública da Confiança é defender a cidade de Braga e os seus cidadãos”. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para apresentar outra **Declaração Política**, cujo teor referia que: “Esta quarta-feira, doze de dezembro de dois mil e dezoito, o concelho de Braga foi invadido por uma excelente notícia: a possibilidade, anunciada pela ministra da Saúde, do governo pôr um ponto final à parceria Pública Privada que gere o funcionamento do Hospital de Braga. Imediatamente Ricardo Rio se apressou a tocar a sua sineta neoliberal, para defender a continuidade desta ruinosa parceria, alegando que este modelo serve os interesses bracarenses. O que o Bloco de Esquerda pretende com esta intervenção é avivar a memória do Senhor Presidente da Câmara, desta Assembleia e dos bracarenses em geral, acerca do que têm sido estes oito anos de Mellos a gerir a nossa saúde pública. A nossa e a de centenas de milhares de concidadãos dos concelhos vizinhos. E fazemo-lo com a humildade e a convicção de termos tido entre as nossas hostes o mais esclarecido e competente crítico desta parceria, o médico, deputado e ex-coordenador do Bloco de Esquerda, João Semedo, ou não nos tivesse ele deixado, juntamente com António Arnault o seu testamento em defesa do SNS. Pois vamos então à memória: quando os Mello chegaram à gestão do ainda velho São Marcos, não tiveram pudor em começar a pôr a máquina de calcular a produzir lucro. Assim, milhares e milhares de doentes crónicos, seguidos há anos, há dezenas de anos, em especialidades como cardiologia, neurologia, alergologia, viram o seu

processo bloqueado nos computadores. E assim se fizeram milhares e milhares de primeiras consultas, com prejuízo evidente para os doentes e clínicos. Isto porque a primeira consulta é paga na totalidade pelo Estado. Aliás, ainda hoje, toda a gente minimamente informada na cidade nesta área sabe que as primeiras consultas são marcadas com bastante mais rapidez que as seguintes, porque nestas os Mellos faturam sempre mais. É isso a que o Dr. Ricardo Rio chama defender os interesses dos bracarenses? O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda fez, se bem contabilizamos, mais de quarenta perguntas aos vários governos sobre situações anómalas no Hospital de Braga. Mas talvez a mais caricata, ficou famosa: a de um tal turbo anestesista, um clínico que conseguiu marcar a sua presença em cinco salas do bloco operatório à mesma hora. E se tivesse corrido mal? E se fosse connosco ou com um familiar nosso? É isso a que o Dr. Ricardo Rio chama defender os interesses dos bracarenses? Continuando a reavivar a nossa e a vossa memória, recordamos também que em pelo menos três ocasiões o Hospital de Braga transferiu ilegítimamente doentes para hospitais do Porto, tendo chegado a ser multado por essa prática. E transferiu-os porque não tinha os recursos que estava obrigado a ter para tratamento desses doentes. Lembram-se quantas vez os doentes com esclerose múltipla se queixaram publicamente da não administração de medicação, ou de mudanças de medicação que os prejudicavam seriamente? É isso a que o Dr. Ricardo Rio chama defender os interesses dos bracarenses? Também foi, na altura, amplamente noticiado o facto do hospital de Braga ter um turbo diretor clínico, que não só assegurava a direção clínica do hospital em geral, como acumulava aquele cargo com a direção de nada mais nada menos com a direção de sete serviços! É isso a que o Dr. Ricardo Rio chama defender os interesses dos bracarenses? E já agora, Dr. Ricardo Rio quantas vezes esteve, como utente, na urgência do hospital de

Braga? Uma urgência caótica, que envergonha qualquer serviço público, ainda para mais num hospital novo, completamente desumanizada, onde os doentes de amontoam, quer na sala de espera, quer na sala de observações, não havendo o mínimo respeito pela privacidade e pela fragilidade das pessoas que ali se encontram! É isso a que o Dr. Ricardo Rio chama defender os interesses dos bracarenses? E o que nos diz o Dr. Ricardo Rio sobre a forma como os profissionais de saúde, nomeadamente os enfermeiros, são tratados pela administração dos Mellos. Parece que quem tem contrato individual de trabalho é aumentado de acordo com a sua cara ou com a sua infinita capacidade de fazer fretes, aceitar mudar escalas a toda a hora, ou fazer horas extraordinárias até cair para o lado? E lembra-se, Dr. Ricardo Rio, que logo em dois mil e dez a novel administração dos Mellos recusou renovar contrato a três enfermeiras que se encontravam grávidas? Uma situação escandalosamente discriminatória e ilegal. Certamente que o Presidente da Câmara de Braga não sabia, ou já não se lembrava desta e de outras histórias mirabolantes, porque está mais preocupado em convencer-nos que tratar bem doentes e proporcionar elevados lucros é uma equação possível. E é por isso, Dr. Ricardo Rio que esta parceria não pode funcionar bem porque para se ganhar dinheiro tem sempre que ser à custa dos doentes. E é isso que os Mellos têm feito à nossa cidade. Já agora, pode o Sr. Presidente revelar onde estão os números e a informação que todos desconhecemos, que lhe permitiu afirmar para um canal de televisão com a maior das convicções que existem dados comparativos que demonstram que “excelência clínica apresenta dados mais positivos nos hospitais geridos através de Parcerias Público Privadas”? Mas a que dados comparativos se refere o Dr. Ricardo Rio? Aos relatórios dos Mello? O que é que o Dr. Ricardo Rio considera excelência clínica, uma urgência caótica, a precariedade das relações laborais, despachar

doentes que ficam caros aos Mello, um anestesista para cinco blocos operatórios, fazer primeiras consultas depressinha para ganhar mais dinheiro e agendar a segunda, quantas vezes, para daqui a meio ano? Senhora Presidente, Senhores Deputados, mais valia que o Dr. Ricardo Rio se dedicasse a demonstrar a excelência da sua gestão, aqui mesmo, nesta cidade, neste concelho e começasse a diligenciar coisas tão mezinhas como ter ruas iluminadas e limpas”. Uma outra **Declaração Política** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, que dizia: “Costuma dizer-se que o poder é efémero. Talvez por isso, alguns políticos da nossa praça, apenas tomam posse, fazem questão de demonstrar aos eleitores, de forma, às vezes mesquinha, que o poder lhes pertence: por vezes até se reclamam com muito mais do que aquele que lhe foi conferido. Assim nascem os pequenos e grandes ditadores. Não consideramos que, no caso que pretendemos apresentar aos Membros desta Assembleia, se trate sequer de um pequeno ditador; em todo o caso, diz o povo, que “quem não quer passar por lobo, não lhe vista a pele”. Vem aqui ao caso a atitude do Senhor Presidente da Câmara aquando da visita da Comissão para os assuntos Culturais da Assembleia da República às instalações da “Fábrica Confiança”: O Sr. Presidente da Câmara resolveu impedir a entrada na fábrica, e, como tal, o acompanhamento da visita da Comissão da Assembleia da República aos Membros da Plataforma que pugna pela salvaguarda do património Industrial materializado na antiga Fábrica Confiança, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Vítor, e à deputada Municipal, membro desta Assembleia, Alexandra Nogueira. Reputamos esta atitude do Sr. Presidente da Câmara de grande gravidade: Embora contrariado, “esconde o rabinho entre as pernas” e permite a visita dos deputados da “Nação”! Aos munícipes que o elegeram e aos seus representantes no concelho

de Braga, no caso específico dos que lutam pela salvaguarda da Fábrica Confiança, o Sr. Presidente faz questão de mostrar que, “para cá de Famalicão, é ele quem manda nos que cá estão” ... Não lhe fica bem Sr. Presidente da Câmara! O Bloco de Esquerda apelidou o Engenheiro Mesquita Machado de “ditadorzinho de província” quando, ainda Presidente da Autarquia, ordenou à AGERE que impedisse o Sr. Presidente da Junta de São Vítor, atual Vice-presidente da Câmara, de entrar no complexo das Sete Fontes e de organizar visitas ao mesmo. O que mudou afinal? - Apenas o titular! Sr. Presidente da Câmara, compreendemos o desnorte, mas nem tudo fica justificado pela desorientação do Executivo Municipal. Assim sendo, para dignificar o cargo que lhe está conferido, e para prestigiar o Coletivo a que preside, Vossa Excelência deve vários pedidos de desculpa: Aos cidadãos que, com empenho, trouxeram à luz do dia a questão da “Fábrica Confiança” talvez uma das tábuas da jangada que conduziu Vossa Excelência ao poder da Autarquia. Ao Senhor Presidente da junta de São Vítor eleito pelos fregueses da maior freguesia do Concelho e que, relativamente a esta, os representa com legitimidade acrescentada; À Deputada Municipal Alexandra Vieira membro desta Assembleia e representante do bloco de Esquerda na Comissão de Educação. E não temos dúvidas Sr. Presidente da Câmara: o único poder que não é efêmero é o poder de povo porque ainda que o não exerça é sempre o seu detentor”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES** proferir outra **Declaração Política**, no sentido de dizer ao orador anterior o seguinte: sabia que o dono do poder era o povo. E o povo decidiu e escolheu quem o representava e o Deputado António Lima representava o povo. E representava bem, no exercício das suas funções de Deputado eleito pelo Bloco de Esquerda. O que não o legitimava de ir, ali, falar em nome de outros que, ali, não estavam e que, ainda por cima, e sabia

que o sr. Deputado António Lima era um Deputado cuidadoso, atento, lia a comunicação social e como lá não esteve, tinha a certeza que a leu ainda com mais cuidado, com mais particularidade. E leu de certeza, as declarações, ou ouviu, porque dava para ouvir, do Sr. Presidente da Junta de São Victor, dizendo que ninguém lhe barrou a entrada. “Veja lá, o Presidente da Junta que o Sr. veio, hoje, aqui exigir que a Câmara faça um pedido de desculpas, veio dizer, ninguém me barrou a entrada porque eu nem sequer pedi para entrar. Oh Sr. Deputado António Lima, quem é que deve um pedido de desculpas a quem? É o Presidente da Câmara ao Presidente da Junta de São Victor, sobre uma coisa que não fez, ou é o Sr. a esta Assembleia e ao público, porque veio cá dizer uma coisa que é mentira? É que é muito importante nestas coisas ter o registo como eles são. E o Sr. Presidente da Junta de São Victor não estava lá no momento em que os Deputados à Assembleia da República iniciaram a visita, nem pediu a ninguém para entrar. Eu não vou dizer que fulano, sicrano, beltrano se tivessem chegado antes ou depois entrassem, não faço ideia. Estou a dizer-lhe o caso concreto. Não estava. Não pediu para entrar. E mais do que isso, porque o Sr. Deputado podia não ter a obrigação de saber isto e não sabendo, também, não se devia arrogar de ir, ali, dizer o contrário. Agora, não sabendo e depois do Presidente da Junta ter dito, publicamente, que não pediu para entrar e que a sua entrada não foi barrada por ninguém, o Sr. Deputado cabe-lhe, agora, no tempo que iria deixar, ir ali pedir desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, à Câmara Municipal e àquela Assembleia Municipal, por ter faltado à verdade. E só mais uma nota, porque o Sr. Deputado também não sabe, não tem a obrigação de saber, poderia ter procurado ler, ouvir, perguntar, mas não. Quis vir aqui falar, com a superioridade moral, com toda aquela coisa que nós já conhecemos, de quem tem a razão toda. Oh Sr. Deputado, a Sr^a. Presidente da Comissão de Cultura,

convidou, e bem, todos os Deputados eleitos pelo círculo distrital de Braga à Assembleia da República, para a acompanhar. O Sr. Deputado também não sabe, podia saber, não quis procurar saber, mas foi assim que aconteceu. Também não sabe que os Deputados podem participar nas reuniões das comissões, mesmo não fazendo parte delas. Não sabe, mas, também, não procurou saber. Mas foi nessa qualidade, de Deputado eleito pelo círculo de Braga, que participei na visita. Participei na visita com os Srs. Deputados à Assembleia da República, com a Sr^a. Deputada Carla Cruz, nessa qualidade. Não faço sequer ideia, nem procurei saber, se faz parte daquela comissão, mas, evidentemente, e desde logo por que é Deputada eleita pelo círculo do distrito de Braga, e ainda que não fosse, podia sempre participar nessa reunião. É verdade. O Sr. esqueceu-se de dizer, não sei porquê, mas eu vou-lhe dizer. As únicas pessoas que não puderam entrar, mas o Sr. não disse, e eu nem percebo porquê, foi a plataforma “Salvar a Confiança” e não entrou porque a plataforma solicitou à Assembleia da República poder acompanhar a visita. Agora para o Sr. ficar a saber a história toda. A Assembleia da República determinou, numa deliberação da Comissão, que não era dona do edifício e que tinha que perguntar aos donos do edifício quem podia entrar. E como os donos do edifício somos nós, todos nós representados nos Senhores que foram eleitos para nos representar, os donos do edifício entenderam que se a plataforma quisesse visitar a fábrica Confiança podia fazê-lo, quando quisesse, num momento único, com toda a disponibilidade da Câmara Municipal, mas não no momento em que os Deputadas da Assembleia da República o faziam. E isso foi transmitido aos Senhores membros da plataforma, que mesmo sabendo desta posição, que lhes tinha sido transmitido por escrito, preocupados, provavelmente, com os Senhores da comunicação social que ali estavam e com a fotografia e com o retrato, apareceram todos à porta a dizer que queriam entrar. E sabe quem

pugnou pela entrada deles, mesmo sabendo dessas respostas todas? Também é muito curioso, foi precisamente o Deputado da Assembleia da República do Bloco de Esquerda”. Posteriormente usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que o orador anterior não fez nenhuma declaração política. “O Senhor dirigiu-se a mim diretamente e eu tenho direito de resposta. Porque o Senhor não fez uma intervenção política. O Senhor dirigiu-se a mim diretamente, para vender a banha da cobra. Porque é assim, aquilo que o Senhor diz, na minha intervenção, o nome do Senhor não é citado. Eu só falei no nome do Senhor, porque o Senhor interrompeu a minha intervenção. A qualidade em que lá estava, a mim não me diz respeito. Sei que o Senhor não é daquela comissão. Isso sei que não é. Se o Senhor acha que é, diga, aqui, ao público e aos membros que é daquela comissão. Também sei, por exemplo, que o Professor Lopes Cordeiro só entrou, porque a Deputada Edite Estrela fez questão de dizer que era convidado dela. Ou seja, aquilo que eu disse, aqui, não é mentira. O que o Sr. Presidente da Junta de São Victor possa vir dizer e se eu tiver que pedir desculpa ao mesmo, eu peço. Ao Presidente da Câmara não tenho que pedir desculpa. O Sr. Presidente da Câmara ao impedir uma Deputada desta casa de entrar na Confiança, através de um polícia, quando, inclusivamente, o artigo décimo quinto do estatuto dos eleitos locais, permite que os Deputados desta Câmara entrem em locais públicos, embora se pudesse discutir se aquilo era um local público ou não. O que pode levar um Presidente da Câmara a impedir que um Deputado desta casa entre na Fábrica Confiança? Há alguma justificação? Algum mesmo desta Assembleia encontra alguma justificação para isso? Se encontrar eu peço desculpa ao Sr. Presidente da Câmara. Agora, duvido que encontrem, a menos que estejam a despromover-se a si próprios, que é o que se tem feito há muito

tempo, que é desconsiderar esta Assembleia. Isso é que é lamentável”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO SETE BARRA DOIS MIL E DEZOITO, DE QUATRO DE OUTUBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número sete barra dois mil e dezoito, referente à sessão ordinária de quatro de outubro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA DOIS MIL E DEZANOVE E MAPA DE PESSOAL**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, relativa às Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Braga para dois mil e dezanove e Mapa de Pessoal, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que: “Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, admirando a capacidade de se apresentar um documento extenso e pormenorizado quanto a inúmeras atividades e objetivos dentro das mais variadas áreas de atuação da Câmara Municipal, encontramos várias incoerências face ao que tem vindo a ser o discurso repetido por esta maioria. Começamos por incidir, mais uma vez, nas receitas geradas pelas taxas dos impostos cobrados aos bracarenses (que aumentam dois por

cento), e cujo peso continua a ser crescente. Só do IMI, taxa que temos vindo a propor que seja diminuída, o peso orçamental é de vinte e cinco milhões de euros – o que vem, mais uma vez, confirmar que a nossa proposta é mais do que viável. Estranhámos, até, que a previsão de receita tanto de IMI, como da Derrama, do IUC e do IMT seja idêntica à do ano anterior, quando nada aponta para que haja qualquer decréscimo no que a estas taxas diz respeito; questionamo-nos se não será esta cautela nas previsões forma de não expor o contínuo crescente do aumento de receitas que daí provêm. Em sentido oposto parecem ir as transferências correntes para as freguesias que, neste orçamento, sofrem uma ligeira redução (menos cem mil euros do que para dois mil e dezoito) e as transferências de capital, que decrescem significativamente, em dois ponto seis milhões de euros, o que não se compagina com as declarações de intenções que foram feitas ao longo deste ano, e que indicavam uma valorização crescente do seu papel, do seu trabalho e da necessidade de se reforçarem os apoios para as mesmas. Mantêm-se, por outro lado, os acordos de execução com as Juntas de Freguesia tal como iniciaram, sem qualquer tipo de balanço ou revisão. Sabemos que há variadas lacunas e insuficiências nos acordos inicialmente feitos com diversas freguesias, em que as áreas não estavam totalmente contabilizadas ou, noutros casos, onde aumentaram responsabilidades sem o devido ajuste no acordo de execução. Conhecemos as dificuldades que as Juntas de Freguesia encontram no exercício das suas funções e do seu trabalho junto das populações, pelo que não compreendemos que, mesmo com os vários contratos interadministrativos e apoios financeiros que vão sendo aprovados ao longo de cada ano de exercício de mandato, não se encare o reforço orçamental das transferências diretas para as freguesias como prioritário na sua capacitação e valorização. Outra incoerência que encontrámos nestes documentos prende-se

com o alarmismo que se tem vindo a fazer da dívida provinda do Estádio Municipal, que depois de utilizada por diversas vezes no decorrer dos últimos meses, verte-se logo no enquadramento geral destes documentos. Não querendo menorizar esta dívida, o seu valor e as irresponsabilidades que levaram à sua existência, não compreendemos, por outro lado, que uma Câmara que nos últimos cinco anos insistiu numa estratégia de poupança máxima – estratégia que serviu para, variadas vezes, para não dizer quase sempre, justificar toda e qualquer falta de investimento fosse onde fosse – faça uma campanha de vitimização em torno de uma dívida de quatro milhões de euros depois de mais de cem milhões de euros que teria poupado desde dois mil e treze. Nem tampouco conseguimos compreender a manobra de anunciar a morte da SGEB muito antes de esta se concretizar, espalhando aos sete ventos uma poupança de noventa milhões de euros para reforçar os cofres municipais, que hoje fica longe de se conseguir concretizar. No entanto, o espírito da boa poupança, em detrimento muitas vezes de tudo o resto, foi servindo para justificar a falta de investimento próprio até em projetos e medidas consideradas prioritárias, para avançar apenas com as que foram ou serão comparticipadas por fundos comunitários. Aliás, mais uma vez, consultando o Plano Plurianual de Investimentos, podemos perceber que vários projetos continuam a depender da aprovação de candidaturas a estes fundos; reforçando a ideia de que as estratégias municipais vão a reboque das prioridades estabelecidas lá fora, e não de acordo com as respostas que mais urge dar no concelho. Ora tudo isto confirma duas premissas que nos parecem perigosas para a governação do município: uma primeira que é estar-se a abrir caminhos que as orientações dos planos de financiamento comunitário apontam, e apenas esses, sem se partir para um objectivo aproveitando e procurando oportunidades, mas antes de aproveitar

oportunidades e definir, entretanto, que objetivos podem servir; a segunda, que uma Câmara que apostou a sua responsabilidade financeira num plano de poupanças tem que as ter gasto todas para hoje, por uma dívida de quatro milhões de euros, chorar lágrimas de crocodilo como se estivesse perto da bancarrota, embora recorra a empréstimos na ordem dos dezasseis milhões de euros. O que serviu para justificar a decisão de vender a Fábrica Confiança, e que antes serviu para responder a qualquer proposta de investimento, já não se usa para outros investimentos em eventos como a Noite Branca, a programação de Natal a decorrer durante todo este mês ou outros eventos de carácter recreativo que, embora louváveis e com potencialidades várias, porventura não se poderão considerar absolutamente prioritários quando confrontados com investimentos no parque escolar, nos transportes públicos ou no património da cidade. Não que consideremos que Braga tem que seguir uma política do “ou, ou”, pelo contrário; no entanto, se o cenário é negro e de grande contenção financeira como se anuncia, então não deveriam existir dois pesos e duas medidas para a atividade do município. Como, por exemplo, teimar em aceitar competências que não são do município, quando em detrimento delas ficam projetos e opções por financiar e por arrancar. A resposta do “não há dinheiro para” é justa, mas apenas na medida em que seja verdade; mas pelos vistos há velhos hábitos de coligações entre PSD e CDS que parecem ser difíceis de abandonar. Voltamos ao PPI para questionar alguns cortes orçamentais, como na educação (de trezentos mil euros), no ordenamento do território (de novecentos mil euros), ou no Desporto e Lazer (de três ponto sete milhões de euros). No final da Cidade Europeia do Desporto, não deveria o município apostar em manter a capacidade de organização e de concretização de iniciativas desportivas, para não deixar cair a dinâmica criada durante dois mil e dezoito?

Chegará guardar, de futuro, a requalificação do Complexo Desportivo da Rodovia? Numa altura em que estará em fase de conclusão a revisão da Carta Educativa Municipal e a elaboração do Projecto Educativo Local, não haverá medidas a tomar para iniciar o longo caminho de objetivos para cumprir nesta área? Já para a cultura, que tem vindo a ser o parente pobre dos orçamentos bracarenses, o reforço de investimento é de apenas de oitenta mil euros. Isto, para quem quer ser Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, parece-nos ser um valor irrisório e que diz bem sobre a falta de noção que esta maioria tem acerca de cultura, de política cultural e de investimento cultural! Entendemos a aposta na promoção da cidade no exterior, nomeadamente através de eventos internacionais e de outros investimentos para atração de turistas, no entanto sublinhamos a necessidade de se tratar com o mesmo grau de relevância a qualidade de vida no município para quem cá vive e trabalha, e não apostar apenas na imagem que pretendemos dar a quem nos visita e nos vem conhecer. A propósito de quem cá trabalha, continuamos a estranhar não conhecer ainda – embora por diversas vezes tenhamos endereçado o pedido – os números das empresas e empregos criados nos últimos anos através da intervenção da InvestBraga, bem como a qualidade dos postos de trabalho no que diz respeito ao tipo de vínculo (precário ou efetivo) e à retribuição salarial (salário mínimo ou competitivo). Estes resultados práticos do impulso financeiro na área das empresas e da indústria não nos parece de somenos importância, dado que só se reforça verdadeiramente a economia local caso quem trabalha adquira, pelo seu trabalho, poder de compra para investir em habitação, em cultura, em educação, em transportes ou no comércio local. Caso Braga tenha apenas para oferecer trabalho precário e mal pago, a dinamização económica fica-se pelos lucros gerados pelas empresas, com pouco ou nenhum retorno para a cidade enquanto

comunidade. Sobre as respostas sociais do município, destacamos a promoção de iniciativas de inclusão social, cujo único projeto apresentado é o (Re) Escrever o nosso bairro, projeto que, sabemos, acaba por aproveitar muito do trabalho que é realizado por escolas e associações que trabalham nesta área, significando pouco investimento por parte do município em ações concretas e concertadas entre a Rede Social – que não integra todas as associações no terreno – e o executivo municipal. Aliás, estando prestes a requalificar dois dos bairros sociais da cidade, exigia-se que houvesse uma política municipal de inclusão que estivesse preparada para acompanhar estas requalificações do edificado e espaço público para poder promover, de facto, um acompanhamento sério e continuado às famílias alvo de exclusão social. Ainda que importante, o apoio à habitação é apenas um dos muitos fatores passíveis de intervenção municipal. A inclusão social faz-se, a nosso ver, com uma articulação estreita da estratégia global do município com a Rede Social e a política educativa municipal, encontrando respostas multidisciplinares capazes de acompanhar as populações em todas as esferas que possam dificultar ou impedir a sua verdadeira integração. O mesmo vazio encontramos no que diz respeito à política municipal para a igualdade, cujos objetivos não conhecemos e não constam deste Plano de Atividades para dois mil e dezanove. Tivemos conhecimento da realização de uma semana temática, com várias iniciativas em redor da igualdade, no entanto não compreendemos porque não se determina um Plano para a Igualdade capaz de integrar as várias associações e plataformas que trabalham nesta área – que não passa apenas, ainda que também, pela violência doméstica – e com o qual a própria Câmara Municipal seja capaz de promover a igualdade no município. Terminamos com uma insistência também antiga, que se prende com o Transporte Escolar – que, permitam-nos, não está corretamente tipificado nesta

Plano de Atividades, porque este entende-se como transporte para e desde as escolas, e não apenas para apoio às escolas de atividades extracurriculares. Conhecemos o recente projeto do Scholl Bus, que nos parece meritório, mas, ao mesmo tempo, redutor, dado que, para já, responde apenas a parte da rede escolar – e com uma incidência maior em algumas das escolas privadas da cidade. No entanto, lamentamos informar esta maioria de que a ideia subjacente a esta “inovadora” opção é antiga...e chama-se, precisamente, Transporte Escolar. Existem há dezenas de anos, inclusivamente, normas para a circulação de autocarros específicos para o transporte de alunos, com exigências de segurança e acompanhamento apropriadas às várias idades escolares, e cuja execução dependeria apenas da vontade desta maioria em criar uma rede, em parceria com a empresa municipal de transportes públicos, que servisse todas as escolas do território municipal. Admitimos que esta opção, como outras, possam estar a ser acauteladas no Plano de Mobilidade Integrada e Gestão do Tráfego para o Concelho de Braga, sobre o qual ainda não conhecemos nada, a não ser que continua a ser elaborado, com a devida dotação orçamental. O que este orçamento, aliás, adianta acerca de urgentes soluções para problemas de engarrafamentos constantes por toda a cidade é que existe uma dotação orçamental para o Nó de Infias, de cinquenta mil euros em dois mil e dezanove e de um milhão e duzentos mil euros em dois mil e vinte; o que continuamos sem saber é que projeto sustenta este orçamento e que solução foi encontrada para aquele local. O que sabemos é que, para qualquer uma das áreas que decidimos aqui sublinhar, poderão ser, no próximo ano, alocados cinquenta mil euros, já que o município poderá prescindir da comparticipação na vacina Rotavírus, visto que, por proposta do PCP, esta foi integrada, a par da vacina da Meningite B e do HPV para rapazes, no Plano Nacional de Vacinação. O que sabemos também

é que Braga precisa de um orçamento capaz de estabelecer as prioridades às quais urge responder em primeiro lugar, ousando optar pelo que, embora possa parecer menos popular e menos atrativo, mais diferença faz na vida das populações. Uma política municipal voltada para aquilo que é essencial, desde uma política fiscal mais amiga das famílias a uma rede de transportes públicos à altura do valor do seu tarifário, passando por soluções atempadas para gerir o tráfego na cidade, uma aposta séria na dinamização cultural, uma oferta a custos controlados de habitação, integração e inclusão social das comunidades minoritárias, resposta próxima aos anseios e problemas das populações, diálogo com as forças vivas da cidade, mesmo quando elas discordam de determinadas opções. Aqui está outra incoerência visível: Juntos por Braga não tem sido com todos juntos; falta perguntar Juntos por quê e para quê?”

Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para destacar que: “após uma análise cuidada do Plano de Atividades, o PPM verificou que existe uma pretensão deste executivo, em ter um Concelho mais inovador, mais empreendedor e mais talentoso para que possa ser atrativo aos investidores com a consequente criação de emprego! A inauguração do Altice Fórum Braga e a requalificação do Parque Desportivo da Rodovia foram passos importantes numa evolução qualitativa que este executivo pretende para o nosso Município. Os próximos investimentos como são a requalificação do Mercado Municipal de Braga, a renovação da Pousada da Juventude e a criação de um espaço para investimento de base tecnológico a criar entre a Universidade do Minho e o Instituto Ibérico Internacional de Nanotecnologia, serão passos determinantes para o desenvolvimento do nosso Município e mais uma contribuição para essa evolução qualitativa da nossa Urbe! A aposta deste executivo em eventos internacionais, com vista à captação de investimento

externo, será para continuar em dois mil e dezanove! Não deixa de ser mais um sinal animador, já que essa aposta teve resultados muito positivos nos últimos anos! O sector do Turismo é de tal forma uma prioridade deste executivo, que só assim se explica o objectivo, de seguir em contra corrente com as previsões nacionais deste sector! A Câmara Municipal de Braga sabe que tem margem de progressão nesta área e tem vindo inteligentemente, a criar atratividades para que nos visitem e revisitem! A abertura da loja no posto de Turismo na Estação de Caminhos-de-ferro será, no nosso ponto de vista, um excelente investimento para melhor servir os visitantes da nossa Cidade. A própria pretensão da geminação com a Cidade de Santiago de Compostela, e que vai ser votada nesta Assembleia Municipal, demonstra a vontade em melhorar e ampliar o Turismo Religioso! A preparação de merchandising e o investimento nas plataformas interativas serão outros dos investimentos previstos por este Município! A promoção da gastronomia e dos produtos regionais tem cada vez mais um papel preponderante e tem vindo a ser potenciada com uma série de eventos que constam neste Plano de Atividades. Equaciona aqui o PPM se não seria de idealizar um evento na denominada Época Baixa que desse a conhecer os sabores dos diversos vinhos verdes e a combinação desses mesmos vinhos verdes com os pratos típicos minhotos! Deixamos aqui o nosso repto! A continuação de um novo modelo de desenvolvimento urbano é outro dos pontos importantes neste Plano de Atividades! Percebe-se aqui, a sensibilidade deste Executivo para os problemas das denominadas grandes cidades. Destacamos aqui, entre vários temas, a promoção da habitação no Centro Histórico, a política de valorização das Zonas Rurais do Concelho e o estudo de requalificação e valorização da margem do Cávado! A preocupação com o Trânsito também é uma prioridade deste Plano de Atividades que reconhece a existência na cidade, de dois grandes

problemas por solucionar sendo que, um deles ligará o nó do “Nova Arcada” a Ferreiros com um ponto intermédio no Estádio Municipal e que ficará concluído em dois mil e dezanove, dois mil e vinte. A concretização desta obra diminuirá o trânsito no centro da Cidade! O outro problema é o crónico Nó de Infias, do qual espera o PPM que seja intervencionado até ao fim do mandato já que se estão a encetar esforços e estudos para uma melhor resolução desse ponto negro! A aposta na rede ciclável no centro urbano, as novas faixas BUS e o início da implementação de novos semáforos “inteligentes” são mais algumas das preocupações deste executivo Municipal para o novo ano que aí vem! Todas estas implementações irão, certamente, potenciar ainda mais a diminuição do trânsito no centro da Cidade. Por fim, e não menos importante, vemos uma preocupação social na Câmara Municipal de Braga Destacamos aqui a vontade: em eliminar as barreiras urbanísticas e arquitetónicas de praças em zonas residenciais e que é de enorme importância para as pessoas com mobilidade reduzida; Em criar o Gabinete Municipal de Saúde que servirá as classes menos favorecidas; Em promover uma ainda maior interação entre jovens e mais velhos numa época em que muitas vezes se vê a sociedade a despreocupar-se com os mais idosos; Em reabilitar bairros sociais, defendendo uma maior inclusão Social das pessoas desses mesmos bairros; Em promover hábitos de exercício físico nos munícipes que apesar de desportiva, não deixa de ser também uma questão social; Em apoiar e incentivar o orçamento Participativo; Em requalificar o Parque Escolar mas sem entrar nos excessos de outros tempos em que se faziam escolas com equipamentos de hotéis de cinco estrelas! Podemos dizer que findo este ano, muito haverá por fazer neste Município. Podemos dizer que nem tudo ficará bem na Câmara Municipal. Mas ao ler este Plano de Atividades e tendo em conta o que este executivo fez no passado, ficamos com a certeza de que teremos uma

*Braga muito melhor e com visão de futuro! O PPM encara, portanto, o próximo ano como um ano em que a Câmara Municipal de Braga irá certamente atingir os objetivos a que se propõe neste Plano de Atividades e por essa razão iremos votar favoravelmente”. A palavra foi dada à **Sr. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para salientar que: “O executivo municipal submete à aprovação a proposta do orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dezanove. Pela análise dos diversos documentos que instruem as propostas apresentadas, o Bloco de Esquerda conclui que, não obstante uma roupagem diferente, não há alteração significativa no que respeita à obtenção de receita e à despesa que a mesmo suporta. Foi dito que o rigor e a exigência nortearam a elaboração da programação de atividades e do planeamento. No nosso entender, é mais um conjunto de enunciados sem uma visão integrada de uma ideia de cidade como um todo vivo e dinâmico. Pelo contrário, vislumbramos muita ambição numa uma espécie de promoção permanente da cidade, ou da ação do Presidente, apenas. Vejamos. No domínio da educação, continuamos sem carta educativa e sem projeto educativo, que está numa construção permanente há cinco anos. O conselho municipal de educação não tem reunido e, logo, não é auscultado. As atividades de enriquecimento curricular têm dado problemas quer no tipo de contratos quer na seleção de pessoas para as dinamizar. Nas políticas sociais são as sobejamente conhecidas medidas penso rápido que não resolvem os problemas estruturalmente. Na política para a habitação, de novo, registamos as revisões da estratégia a desenvolver em dois mil e dezanove e apenas se regista a iniciativa governamental, que é a possibilidade de investimento em habitação para rendas a custo controladas, assim como o “Primeiro Direito” – Programa de Acesso à Habitação que, depois de múltiplas chamadas de atenção e da recente visita do*

Bloco de Esquerda ao Bairro Social do Picoto, vai ser, finalmente, acionado. Mais uma vez, este ponto ainda se fala em diagnóstico da situação para desenhar uma estratégia e não de ação concreta. Sobre a importância da juventude, nada se refere sobre apoios às famílias jovens e ou com um filho. Aliás, a juventude é tratada como um assunto à parte e não devesse estar integrada também nas políticas sociais e educativas. Pretende-se no programa desenhar, ainda, um novo modelo de desenvolvimento urbano, continuamos, pois, à espera dele. Afinal esperança é a última a morrer e o plano parece que está a ser desenhado. Neste domínio, congratulamo-nos com a geminação com Santiago de Compostela e a com a curiosidade por Pontevedra. Finalmente, uma proposta do programa e da campanha autárquicos do Bloco de Esquerda fez eco no executivo municipal. Querer observar como os outros resolvem problemas há muito identificados é um bom sinal. No entanto, o plano integrado de transportes para o concelho continua a ser uma miragem. Apenas se conhecem iniciativas avulsas, como o autocarro escolar. A circulação rodoviária, ciclável e pedonal são cruciais nesta cidade e um dos seus pontos críticos. Não encontramos uma visão concreta sobre este assunto. Apenas a intenção de fazer mais um plano... Uma cidade que quer ser amiga das crianças, não se limita aos parques infantis, alguns chegam a ser perigosos, e não estão adaptados a todas. Uma cidade amiga das crianças é, na sua essência, aquela que promove, por exemplo, a circulação dos mais novos autonomamente. Como já afirmamos nesta assembleia, deve ser uma preocupação, até porque, circulando as crianças, circulam todas as outras pessoas como já o dissemos há um ano. É anunciada a aposta na reabilitação de edifícios no centro histórico, mas nada se diz sobre o combate à gentrificação (saber-se-á o que isso é?), nem ao controlo das rendas. No domínio do ambiente, não encontramos nada sobre a floresta e a sua gestão, de novo. O descuido atual

visível no crescimento desenfreado de árvores juvenis nas zonas ardidas, é interpretado mais como uma fatalidade do que como um problema a merecer uma solução urgente. Quanto aos rios do concelho, ainda estamos na fase de elaboração dos planos, pelo quinto ano consecutivo. Mais estudos para a margem do Cávado, mas para quando o substantivo implementação. Para quando o verbo concretizar? Concretize, Sr. Presidente. Faça obra!! Finalmente, no domínio cultural, pelo anúncio público recente percebe-se que tornar Braga na capital europeia da cultura em dois mil e vinte e sete tem de ser o elemento aglutinador da generalidade do plano de atividades. Veremos. O Bloco de Esquerda já disse que a oportunidade capital europeia da cultura não pode ser desperdiçada. É um fator de dinamismo económico, criador de emprego, e é uma oportunidade de proceder à regeneração e a arranjos infraestruturais no concelho, nomeadamente, transportes, reabilitações urbanísticas dos espaços públicos e criação de novos espaços culturais. Assim dizem os exemplos mais recentes. Basta visitá-los. Do ponto de vista da cultura, continua a haver, neste plano, um problema de conceito e de significado. Sabemos que o pós-modernismo trouxe a polissemia, mas, de facto, cultura não é o mesmo que animação cultural, dirigida a muitas pessoas. Parece-nos que uma candidatura a capital europeia da cultura não pode apresentar quase exclusivamente festas populares e eventos no exterior, destinados a multidões. A capital da cultura serve de mote para criação de projetos culturais de maior envergadura como orquestras sinfónicas ou filarmónicas, entre outros. Porém, as estruturas e equipamentos atuais não chegam e, proclamamos aos quatro ventos, manter a Saboaria Confiança no domínio público é essencial e deve ser um equipamento a incluir no projeto Braga Capital da Cultura. Porém, a teimosia em manter a intenção de alienar, à revelia de todos os argumentos e de todos, amputará a candidatura a capital

européia da cultura, e por isso, não a podemos permitir. Não se trata de uma questão de opinião a favor ou contra. As visões que são contra a alienação estão muito mais fundamentadas do que a visão que defende a alienação sustentada apenas na necessidade de obter liquidez, sem que outras formas de financiamento tenham sido perseguidas. Que erro trágico se preparava este Presidente de Câmara para cometer! Felizmente, as forças de oposição e a cidadania envidaram esforços e congregaram energias para o impedir. Aliás, esperamos a reabilitação dos outros espaços: Carvalheiras, teatro romano, Sete Fontes, Casa dos Crivos. Mas não se esqueça Senhor Presidente que a História não acabou no século dezoito e que os séculos dezanove e vinte integram a História Contemporânea de Braga que o Senhor tanto quer esquecer. Muitas vezes nos interrogamos em que gaveta arruma a iniciativa das lojas históricas? Talvez no pelouro do turismo? Ora se quer preservar as lojas centenárias, porque que não a última fábrica, com mais de cem anos? Não se percebem estas contradições. No entanto, lembrando o plano anterior e as suas intenções, os munícipes referem que viram a sua qualidade de vida regredir: a cidade transformou-se numa bolha de calor, devido ao corte de árvores indiscriminado e às podas severas, o trânsito está caótico, há, sem margem para dúvidas, uma “invasão automóvel”, o ar é irrespirável na hora de ponta, há acidentes como nunca se viu e insegurança, as ruas estão sujas e o lixo acumula-se nos passeios, há ruas sem iluminação, faltam passeios, passadeiras, corredores de circulação suave, baías de paragem de autocarros. É este o cosmopolitismo bracarense? Não basta uma qualquer sucursal de uma multinacional de café ou de hambúrgueres para fazer de Braga uma cidade cosmopolita. Alertam os cidadãos para o triste Rio Este, transformado, com frequência e impunemente, em esgoto a céu aberto. Alertamos nós para a Ribeira de Panoias e Rio Torto, transformados em constantes

sumidouros de uma estação de tratamento que há muito atingiu o limite, enquanto se distribuem dividendos na respetiva empresa municipal. Mais uma evidência de que privatizar serviços públicos nunca significa melhoria do serviço, mas apenas enriquecimento à custa dos habitantes e dos dinheiros públicos. Por isso, no Bloco de Esquerda sempre alertamos para as intenções menos claras na criação de empresas municipais. Continua sem solução o problema dos feirantes, a legendagem do ponto de vista histórico de todas as estátuas e monumentos, assim como continua sem resposta a petição dos fregueses de São José de São Lázaro e São João do Souto sobre o acesso ao centro histórico, bem como o estacionamento. Os bracarenses anseiam por respostas rápidas e minimamente eficazes para os seus problemas. Será que as festas e os floreados serão suficientes para enganar os munícipes da falta de ação na resolução dos problemas concretos? Começamos a ter dúvidas. Por falar em festas, Sr. Presidente, a um custo médio de duzentos mil euros por cada uma lá se vão gastando os quatro milhões, em artistas e músicos que raramente são de Braga. Para uma cidade que quer ser capital europeia de cultura, isto não augura nada de bom. Pois bem, comentado o Plano de Atividades, passemos os olhos pelo orçamento: não pelos milhões que os diários do burgo já anunciaram em grandes parangonas com direito a fotografia do Sr. Presidente da Câmara. Falamos, isso sim, da vida real dos cidadãos bracarenses que o orçamento devia contemplar e não contempla, como já demonstramos. Mais uma vez, são documentos que espelham a governação virada de costas para as pessoas. Não há qualquer empenho no desenvolvimento de políticas sociais concretas, principalmente relacionadas com a habitação. Apesar da Câmara reconhecer a necessidade urgente de habitação para as famílias bracarenses, não há qualquer política de investimento para a reabilitação e a dinamização do arrendamento a preços

controlados. Apenas são dedicados trinta mil de euros para um “plano estratégico para a habitação” e a atribuição de um milhão e cem mil euros à Bragahabit. Parece insuficiente. Destacamos que mais de setecentos e trinta mil euros são para a aquisição de serviços. Para quê? Estes serviços não deveriam ser prestados por pessoas que deveriam estar integradas nos quadros do município? Ou são para as empresas que fazem projetos a pacote, sobre tudo e mais alguma coisa? Em ação social, os gastos são de apenas quatrocentos e noventa mil euros e em software informático são gastos quatrocentos e vinte mil euros! Não era possível obter uma poupança, recorrendo a software livre? Já há soluções de software aberto para todas as necessidades do município. Em resumo, o plano de atividades e orçamento revela muita ostentação e pouca substância. Sobra-lhe imaginação e criatividade, mas é parco na capacidade de concretizar. Não se vislumbram sinergias, charneiras, nem verdadeiros polos aglutinadores, mas apenas fronteiras, separações de pelouros estanques, sem se perceber que a noção de ecossistema que se aplica a uma cidade e a um concelho. Fundamentalmente, falta a este plano e orçamento a definição das linhas de progresso estratégico, que seja, por sua vez, o reflexo de um pensamento estrutural que defina o tipo de desenvolvimento em que deve assentar o concelho e que tenha subjacente uma ideia de cidade. Concluímos, pois, que a proposta de plano e orçamento aqui apresentada não corresponde ao plano de atividades que gostaríamos de ver implementado no concelho de Braga, razão pela qual, é intenção do Bloco de Esquerda abster-se na votação do mesmo”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, que disse: “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Braga para dois mil e dezanove, estão desde logo condicionadas por um fator que não tem sido estranho aos anteriores

orçamentos e planos, que é a herança da gestão socialista; tais como, o pagamento de uma dívida de quatro milhões à ASSOC, o consórcio construtor do novo estádio municipal de Braga, ou a célebre parceria público privada dos "campos sintéticos". Não deixando de assumir as suas responsabilidades e mantendo a contínua política de desenvolvimento do Concelho, o Executivo Municipal, continua a manter responsabilidade e rigor, procurando elaborar orçamentos e planos que cumprem as suas obrigações, em matérias humanas, sociais, infraestruturais e de organização do território. É neste sentido que vemos o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Braga para dois mil e dezanove, através de uma gestão competente, perspicaz, eficaz e eficiente, com a qual nos identificamos e solidarizamos. Ficámos perto dos cento e vinte milhões de verba a gerir durante o ano de dois mil e dezanove, prevendo várias intervenções de envergadura para o Concelho, tais como a requalificação do edifício multiusos Dr. Francisco Sanches, a renovação do Mercado Municipal, a requalificação do Bairro de Santa Tecla e a intervenção de requalificação da Pousada da Juventude. O Município de Braga reduziu significativamente, ao longo dos últimos anos a dívida, através de uma política de gestão de grande controlo e equilíbrio de contas, aproveitando ao mesmo tempo e de forma estratégica, as condições económico-financeiras que o mercado proporciona, aliviando a carga fiscal sobre os bracarenses. Importa lembrar que em dois mil e dezassete o Município reduziu o passivo de médio e longo prazo em cerca de sete ponto seis milhões de euros e que, em dois mil e dezanove, serão concluídos três financiamentos bancários cuja amortização anual representa um encargo anual aproximado, na ordem dos oitocentos e cinquenta mil euros. Temos de fazer notar que os bons resultados do Município, são obtidos num contexto em que a taxa de IRS e de IMI aplicada é a mais reduzida. Não ignorando os quarenta por cento

da despesa corrente dirigida às despesas com pessoal, os juros da dívida e as "surpresas" da anterior gestão socialista, que lamentavelmente vão crescendo. Fruto desta gestão rigorosa, merece destaque o facto do Município de Braga investir no próximo ano na requalificação do antigo Cinema São Geraldo, que será transformado no Media Arts Center, na requalificação da Casa dos Crivos e do Museu da Imagem, bem como a intervenção para o Teatro Romano e a musealização da Insula das Carvalheiras, um projeto estruturante para a preservação do património romano bracarense. No seguimento deste investimento no património cultural, Braga é candidata a Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, candidatura que muito complementa a evolução e a dinâmica deste sector, implementada desde dois mil e treze por esta maioria. Este orçamento contempla ainda verbas destinadas às aquisições os terrenos das Sete Fontes, o que representa um passo sério para fazer cumprir um compromisso eleitoral inalienável. O ano de dois mil e dezanove terá diversas intervenções destinadas a melhorar a mobilidade de Braga, com especial destaque para a eliminação de barreiras arquitetónicas na cidade, com mais de quatro ponto dois milhões de euros orçamentados ou um ponto oito milhões de euros para a inserção urbana de rede ciclável, nomeadamente na Ciclovia da Variante da Encosta de Lamações. Tal como tem sido política dos últimos anos, o Município vai continuar a apostar na requalificação dos edifícios escolares, nomeadamente na requalificação da Escola Secundária de Maximinos (três milhões de euros nos próximos dois anos), Escola de Esporões (quatrocentos mil euros), EB um de Fraião (seiscentos e dez mil euros), EB um do Bairro Económico que irá integrar o JI Bracara Augusta (trezentos e sessenta mil euros), EB um de Este São Pedro (seiscentos e dez mil euros) ou a Escola de Figueiredo (oitocentos e sessenta mil euros). A remodelação e conservação da

rede viária, terá um valor de três milhões de euros, com intervenções como na da Rua Costa Gomes, em Real, na rua de São Martinho, em Tibães, na rua dos Presidentes, em Lomar ou na Rua da Escola, em Escudeiros, entre outras. Os parques infantis do Concelho, têm com este Orçamento mais de quatrocentos mil euros para intervenções, que incluem a aquisição de novos equipamentos. Haverá também um forte investimento na margem do Cávado, como na requalificação das praias do Cavadinho, de Navarra e do Parque de Lazer e Merendas de Merelim São Paio, bem como a regularização do Rio Torto/Variante do Cávado. Em relação ao desenvolvimento social, o plano prevê dois ponto quatro milhões de euros para o regime de apoio direto ao arrendamento (RADA), assim como cinco ponto quatro milhões para o contrato-programa com a TUB e um ponto um milhões com a Bragahabit. As Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho irão ser contempladas, quer em acordos de execução, delegação de competências ou apoios financeiros, com uma parte significativa deste Orçamento com o Município a transferir mais de nove milhões de euros. Existe ainda uma potencial margem de crescimento, pois ainda não estão refletidos os valores relativos à venda da Fábrica Confiança e ao empréstimo de médio e longo prazo de oito ponto cinco milhões de euros, que servirá para reforçar vários investimentos do Plano Plurianual de Investimentos. Este é um orçamento de equilíbrio, responsável e de rigor, que salvaguarda a sustentabilidade financeira do Município, onde a forma equilibrada com que se executa a despesa pública, aliada à racional gestão dos recursos municipais, asseguram a qualidade e a confiança no futuro do Concelho de Braga. Assim, o Grupo da Assembleia Municipal de Braga do CDS-PP, reunido na Assembleia Ordinária no dia catorze de dezembro de dois mil e dezoito, vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Braga para o ano de dois mil e

dezanove”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que por deliberação da Conferência de Líderes e por dificuldade de marcarem uma data de continuação, tendo em conta que havia várias impossibilidades, nomeadamente, várias Assembleia de Freguesia que estavam marcadas nas próximas semanas e a impossibilidade, também, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, iriam continuar os trabalhos. O **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** interveio, posteriormente, para dizer que: “O Plano de Atividades e Orçamento do Município de Braga para dois mil e dezanove são um precioso exercício de ironia: Ao nível mais estruturante da democracia, as Juntas de Freguesia, atrasam-se os pagamentos e corta-se no orçamento; para a Cultura, que Ricardo Rio quer elevar a Capital Europeia cortam-se as pernas e os sonhos de ser maior; e ao Desporto, que acaba de eleger Braga, como a Melhor cidade Europeia de dois mil e dezoito, esvaziam-se os meios financeiros ao seu dispor. Desta situação confrangedora de desinvestimento em áreas vitais para a afirmação de Braga no contexto nacional e europeu, resta apenas, a enorme atração que o atual Executivo continua a revelar por microfones, certames, festas e demais eventos. Os Bracarenses, revelam-se cada vez mais desiludidos com a postura irresponsável do seu Presidente e demais Executivo, revelada ao longo de todo este ano, e profundamente marcada pelo abandono dos grandes projetos eleitorais estruturantes como a Fábrica Confiança, o chamado Monumental Eco Parque das Sete Fontes, as dezenas de quilómetros de ciclovias, etc. Mas, na antecâmara deste Plano de Atividades e, até, porque marca a negro a Assembleia Municipal de hoje, está a ideia peregrina de ceder uma propriedade do Município de Braga, com seis mil quatrocentos e setenta e seis metros quadrados, numa zona já de grande pressão urbanística e de enorme pressão de tráfego rodoviário, entre o Braga Parque e o Retail Center, para um privado ali

construir um ginásio. É o exemplo acabado de falta de planificação e a ausência cabal de uma estratégia municipal de desenvolvimento, numa área urbana que não tem espaços verdes para os vários milhares de pessoas que ali moram. A que propósito, no âmbito da sua atividade, se lembra um presidente de Câmara Municipal de aprovar um concurso público para privados montarem um ginásio num terreno público? A que propósito? Haverá, em Braga, falta de ginásios? É esta uma necessidade premente da cidade e dos Bracarenses? E qual é o interesse público que justifica esta solução tão específica? A Câmara Municipal quer, pelo período de quarenta anos, concessionar a exploração deste terreno para aí ser montado um edifício com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação, etc. Pela utilização do espaço ao longo desses quarenta anos, o concessionário pagaria setecentos mil euros, não em dinheiro, mas em obras noutros locais, tendo, também, a obrigação de facultar às escolas, gratuitamente, o uso da piscina durante umas longas seis horas por semana! Toda a oposição, clamou e a venda em espécie transformou-se, num ápice, numa transação a dinheiro. Na verdade, até foi bom, porque Ricardo Rio vinha-se queixando de ter um problema financeiro e, nunca o admitindo frontalmente, nos corredores do município, e à boca pequena, corria que a venda da Confiança, essa aberração que marca o mandato, se devia à frágil situação financeira do Município. Assim, chegamos ao fim e a proposta sobre a qual somos chamados a pronunciar-nos coloca o concessionário a pagar, na melhor das hipóteses, uma renda de mil e quatrocentos euros por mês, pelo espaço, exíguo, pequeno, apertado, de seis mil setecentos e setenta e seis metros quadrados! Também na antecâmara destes documentos, é importante lembrar a derrapagem financeira de milhões de euros no novo Parque de Exposições de Braga, no Altice Fórum Braga. Convém dizer, que no teste da primeira grande

obra assumida por este Executivo e, diga-se, perante uma reabilitação absolutamente necessária, o executivo de Ricardo Rio não ficou nada bem na fotografia. Aliás, a ligeireza com que Ricardo Rio refere o alegado incumprimento do vencedor do concurso é extraordinária. Então não há mecanismos legais para responsabilizar o ou os culpados? Tudo acontece, apontam-se culpas e responsabilidades e nada se faz para ressarcir o Município dos "eventuais" prejuízos causados pelos referidos incumprimentos? Não nos parece adequado, que se fale em incumprimento, aliás em incumprimentos e não se despoletem os mecanismos legais adequados para, caso assim se justifique, ressarcir o Município e defender o interesse público. Forte com os mais fracos e fraco com os mais fortes. Mais uma assinatura deste executivo municipal. Também na antecâmara deste plano de Atividades e deste Orçamento está o adiamento, urgente, de uma solução para o Nó de Inflas, intervenção central da tão propalada estratégia de mobilidade para Braga, mas sobre a qual nada se vê. Aliás, aquilo que se vê e se sente, todos os dias, com grandes prejuízos para a sanidade, para o bem-estar e para a qualidade de vida dos bracarenses é um trânsito cada vez mais insuportável, próprio de uma grande metrópole, com tempos infindáveis para nos deslocarmos, por vezes, pouco mais do que dois, três quilómetros. Durante muitos anos, o slogan “É Bom Viver em Braga”, tinha uma lógica, a lógica de que não sendo uma grande metrópole, tínhamos tudo o que de bom tinham as grandes metrópoles e não tínhamos as coisas menos boas, que tinham as grandes metrópoles, nomeadamente, trânsito infindável, poluição acima daquilo que é aceitável e outros problemas graves, preços absolutamente loucos no mercado da habitação. Todos problemas, hoje, que marcam a realidade e o dia-a-dia da nossa cidade e do nosso concelho. Infelizmente, os problemas de trânsito da Cidade não se resumem ao Nó de Inflas, porque se

repetem na Rua Padre Cruz, em Maximinos e Ferreiros, em direção ao E. Leclercq ou na Rua Cidade do Porto, de Ferreiros até Celeirós. Já para não falar da Avenida Dr. António Macedo onde, todos os dias, nos deparamos com múltiplos estrangulamentos. Como é que Ricardo Rio, após ter anunciado, em dois mil e catorze, que, em dois mil e vinte e cinco, Braga ia ter menos vinte e cinco por cento de carros na Cidade, em linha com as recomendações europeias, justifica ainda nada ter feito? Como explica aos bracarenses que andemos de estudo em estudo, isto apesar de ter prometido duplicar para vinte milhões os passageiros dos TUB e ter dez mil utilizadores de bicicleta em Braga com recurso a cerca de oitenta quilómetros de via cicláveis para as quais nem sequer projetos há? A inação de Ricardo Rio toma-se um problema de saúde pública para os bracarenses. Vamos então procurar explicar: Ricardo Rio prometeu reduzir em vinte e cinco por cento o número de carros a circular, mas ainda nada está a fazer a esse respeito, sendo, por isso, o responsável maior por muitos dos problemas de tráfego, sendo, também, responsável por não conseguir a redução do inadmissível do nível de sinistralidade e da poluição muito acima da média nacional e dos níveis máximos recomendados. Aqui há uns anos, e através de grandes fotos nos jornais, foram anunciados monitores da atmosfera. Impõe-se, por isso, perguntar ao Executivo Municipal o porquê de Braga ser uma das cidades mais poluídas do país e de nada estar a ser feito a este respeito? Já agora, explique-nos também, senhor Presidente, o que vai fazer em dois mil e dezanove para reduzir a sinistralidade, a poluição e melhorar a qualidade de vida dos Bracarenses de acordo com os compromissos internacionais a que Portugal se comprometeu em dois mil e quinze quando o Senhor já era Presidente da Câmara Municipal de Braga? O PS não pode, perante tudo isto, deixar de lamentar a escassez de investimento transversal bem patente no Orçamento da

Câmara de Braga para o ano de dois mil e dezanove. Este orçamento cava, mais fundo, as nossas diferenças ideológicas e deixa bem claras as diferenças de prioridades. À imagem dos anos anteriores, o Executivo Municipal parece, sempre, mais interessado em divertir, em distrair os bracarenses, do que em ter um plano estratégico claro, corajoso, estruturado e inclusivo, para o desenvolvimento, para o progresso e para o futuro de Braga. O Orçamento para dois mil e dezanove para o município prevê a gestão de cento e vinte milhões de euros, menos cerca de três milhões de euros, com cortes substanciais no desporto e na educação. Enquanto aqui ao lado, já depois da Capital Europeia da Cultura, esta área cresce dos dez milhões para mais de quinze milhões de euros anuais, em Braga, a Cultura é, a par das freguesias e do Desporto, o trio mais pobre da gestão do PSD/CDS. É preciso mais, muito mais, para quem diz sonhar ser Capital Europeia da Cultura. Ademais, este orçamento e a tentativa, que jamais esqueceremos, de procurar vender a Confiança depois de tudo o que defendeu e de tudo o que fez para a adquirir, diz muito da coerência e da sustentabilidade desta vontade. Mas o PS não pode aceitar o corte nas transferências para as freguesias, que estrangula financeiramente as Juntas e Uniões de Freguesia, que já enfrentam muitas dificuldades com os sistemáticos atrasos nos pagamentos das refeições escolares e dos acordos de execução. Só para que os bracarenses percebam, trata-se de um corte de dois vírgula seis milhões de euros nas transferências para as freguesias em dois mil e dezanove. Se o Orçamento é menor em três milhões de euros, face a dois mil e dezoito, as freguesias são o parente pobre para a maioria PSD/CDS. Temos desinvestimentos em áreas cruciais como as áreas sociais; como a educação, o desporto e lazer. Alias, no desporto e lazer, temos um desinvestimento de cerca de trinta e cinco por cento. O que é extraordinário, para uma cidade que veio de se sagrar a melhor cidade

européia do desporto do ano, de entre outras dezoito cidades, e que, no ano a seguir, após algo que já, ali, reconheceram e que foi um projeto bandeira e um projeto que foi, enquanto corolário, daquilo que foi uma história de investimento de valorização do desporto no concelho de Braga, vemos esta queda abrupta numa aposta que nós entendemos que pode ser uma imagem, um selo, uma prioridade no desenvolvimento da cidade e num modelo de desenvolvimento da cidade, é algo que, naturalmente, também, nos preocupa. Fica, pois, claro e distinto para todos, um desinvestimento fortíssimo e transversal na área das freguesias, tanto ao nível do investimento como das transferências. Nós, PS, não podemos deixar de repudiar a supressão das transferências para as freguesias, uma opção política da maioria. Ao longo dos últimos cinco anos, foram gastos milhões de euros em eventos. Muitos deles de qualidade duvidosa e de interesse duvidoso, para o desenvolvimento da cidade e do concelho. E, portanto, quando deixamos que questões estruturais, que no passado mesmo quando havia atrasos do governo, com outros governos de todas as cores políticas, nomeadamente, ao nível do pagamento das refeições nas escolas, que foram sempre cobertas e assumidas pelo Executivo Municipal, tenhamos andado seis meses, até agora terem pago o mês de maio e o de junho ou de julho, mas andamos com as Juntas em dificuldade, com o garrote na garganta a assumirem um papel que o Município, por se estruturante e por ser prioritário, nunca deveria ter desacomodado. Do ponto de vista da apresentação do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, entendemos que a Câmara e as empresas municipais devem ter uma linguagem transversal para apresentar os documentos. São documentos para os bracarenses e a transparência merece-o. Quase que se cumpriu um formalismo democrático, de apresentar alguns números, e pouco mais. Os orçamentos de algumas empresas, nomeadamente, apresentam dados

incompletos, nos quais faltava a assinatura do Revisor Oficial de Contas, informações insuficientes e, em alguns casos, martelados, com dados que se projetam igualmente, enquanto dados provisionais, de uns anos para os outros, dezoito, dezanove, vinte, com os mesmos valores, o que demonstra muito bem do pouco cuidado do ponto de vista dos instrumentos de gestão, que foi posta na elaboração destes documentos. Os eleitos do PS ainda estão, também, surpreendidos com uma das mais recentes decisões de Ricardo Rio - aquela em que, a descoberto da lei, recusou dar informações aos vereadores que não integram o seu grupo político - facto que configura gravíssima violação dos direitos da oposição e coloca em causa os princípios de transparência que devem nortear a gestão pública. Continuamos e continuaremos, sem cessar, a bater-nos pelo conhecimento dos contornos do negócio do Altice Fórum de Braga. Os eleitos do PS não encontram justificação para esta postura arrogante, altiva, que se repete com uma frequência assustadora e que não é compaginável com uma liderança democrática. Os eleitos do PS sabem que Coligação PSD/CDS vive dias difíceis. Por causa da falta de palavra de honra no processo de venda da Confiança, e das trapalhadas na precariedade dos docentes das AEC, bem como da urgente monitorização da sustentabilidade ambiental em várias freguesias do concelho; os eleitos do PS entendem que Coligação PSD/CDS viva dias difíceis que podem explicar o arranque tremido do serviço de refeições no início do ano letivo, a evidente necessidade de uma política cultural renovada, a situação caótica do trânsito; os eleitos do PS sabem que Coligação PSD/CDS vive dias difíceis, que ajudam a perceber a falta de higiene e limpeza em redor da cidade que resvala para a sofreguidão de querer dar a imagem de uma Braga de títulos para os jornais em que tudo é à grande mas, na verdade, é pouquinho e apenas pouco mais sobra que uma rede hidrográfica com focos de poluição e de uma

premente reflexão sobre a política de apoio à natalidade e às famílias. Naturalmente, nem tudo vai mal e não seríamos sérios de o disséssemos. Há coisas boas e há coisas que nós reconhecemos como boas e que ao longo destes cinco anos nós somos perfeitamente capazes, aliás, eu faço-o com regularidade, quando entendo que devo elogiar a governação municipal, não só em opinião pública, como em opinião publicada, também, ma há muitas coisas que carecem de intervenção urgente e de resolução urgente do atual Executivo Municipal. O balcão único tem imensas queixas dos cidadãos que lá passam demasiado tempo e que não encontram soluções para os seus problemas. O trânsito é o problema, a chaga terrível que hoje marca o dia-a-dia da cidade. Na habitação e no urbanismo, depois da Quinta das Portas, depois da rua vinte e cinco de abril, a tentativa de venda da Fábrica Confiança, diz muito, também, daquilo que são as prioridades, para a cidade, de uma cidade, que como disse, há imagem do que aconteceu noutras, fez com que o parque habitacional de Braga explodisse, em termos de preços, e que um dos maiores fatores de crescimento desta cidade foi a capacidade de fixar pessoas, porque havia habitação a custo, que era muito mais competitivo do que as cidades da mesma dimensão e que fazia com que as pessoas cá viessem estudar e cá quisessem ficar, quando, hoje, são muitos os estudantes da universidade, que vão procurar alojamento aos concelhos vizinhos, a Amares, a Vila Verde, por não conseguirem arranjar habitação, casa a custos que sejam aceitáveis para quem cá vem estudar e para quem queria construir aqui a sua vida. Mas, também, o descuido, o desmazelo, a falta de investimento na imagem da cidade em coisas que são caras a muitos autarcas, a questão da varredura, a questão de mantermos, em termos de acordos de execução, os mesmos preços que foram negociados dois mil e quinze, quando não se acomodou o custo da inflação e, hoje, muitos dos Presidentes de Junta têm dificuldades em

encontrar quem lhes preste, aos preço contratualizados, os serviços que precisam para manterem o desenvolvimento e o progresso das suas comunidades em níveis que consideramos aceitáveis. A alimentação nas escolas, que já, aqui, referi. O atraso nas licenças. Há muita gente a querer fazer habitação em Braga. Mas, hoje, em termos de serviço municipal de urbanismo, as licenças arrastam-se meses, anos, sem obterem uma resposta, quando há problemas gravíssimos de habitação e de oferta ao nível do nosso parque habitacional. Eu entendo que há muitas coisas para fazer e que não se justifica num orçamento que tem esta realidade, que outras apostas e outras respostas não sejam dadas. Claro que se justifica desvalorizarmos a estrutura técnica da Câmara e a estrutura técnica do Município, que tem tanta gente competente e tanta gente boa e tenhamos que gastar cerca de sete milhões de euros do orçamento em consultorias, estudos e outros serviços. Em dois mil e dezassete para dois mil e dezoito, este valor aumentou três vírgula quatro milhões de euros. Foi-nos dito, na altura, que esta aumento de três vírgula quatro milhões de euros, de cerca de quatro vírgula três milhões, para sete vírgula sete milhões, tinha que ver com a aposta no projeto da cidade europeia do desporto. Pois bem, não há projeto de cidade europeia do desporto, para dois mil e dezanove, mas mantém-se um valor enorme, abusivo, excessivo de sete milhões de euros, que estão muito pouco explicados e muito pouco de talhados no orçamento para dois mil e dezanove e que dizem muito o quanto esta Câmara desvaloriza e o quanto esta Câmara pouco se apoia nos serviços municipais, que deveria ser a centralidade e consistir a centralidade da sua ação e da sua intervenção. Eu quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que havendo muitas áreas onde reconhecemos progresso, há muitas outras em que a cidade e o concelho estão pior. E que, por isso, como um dia disse alguém, é possível governar a cidade sem ser a gerir a sua decadência. É possível mais e

melhor e, por isso mesmo, o Partido Socialista, votará contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano aqui apresentados”. Prosseguindo, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que sabia que era mais hábito do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda usar, ali, os adágios populares, mas gostava de ser, hoje, o primeiro, ali naquela intervenção, sobre o Orçamento e o Plano, a fazer uso desses mesmos adágios, e começava por dizer, exatamente, isso que “diz o povo que ‘há mais marés que marinheiro’ e tem inteira razão. Na política é exatamente assim. Os protagonistas ficam no passado e as suas políticas mantêm-se, refletindo-se no tempo, mesmo quando não era esse o seu desejo. Julgo, por exemplo, que não seria intenção do Partido Socialista e de Mesquita Machado perdurarem tanto tempo nos orçamentos do município. E, no entanto, as opções truncadas do presente demonstram as marcas claras desse passado. Escuso de voltar à imagem do fantasma do Natal passado para que percebam que esse regresso se faz não sobre a capa de saudável memória, mas de assustadora assombração. Isto não é o constante e repetitivo lamento sobre os culpados do costume. Isto é a mera constatação dos ressurgentes esqueletos que, a cada a no, em vez de permanecerem enterrados, insistem em vir à superfície. Esse é, seguramente, o maior lamento que esta bancada tem e que jamais calará. Votar favoravelmente um orçamento que, em boa verdade, se encontra grandemente condicionado por compromissos do passado é um ato difícil, mas imprescindível. Ricardo Rio disse, em dois mil e treze, que o orçamento de dois mil e catorze não seria claramente o seu orçamento. Bem sei que estamos em dois mil e dezoito e que discutimos o orçamento para dois mil e dezanove, mas não tenho dúvidas em dizer que, apesar dos muitos avanços e conquistas, este ainda não é o nosso orçamento. Os condicionalismos legados por dívidas antigas contraídas pelo Partido Socialista

para responder aos desvarios que marcaram os seus últimos anos de mandato, são a garantia disso mesmo. As Convertidas, a concessão do estacionamento pago à superfície e a SGEBS são exemplos claros do que digo. Mas são também a marca da mudança. Se é verdade que nem sempre conseguimos atingir os cem por cento de sucesso, o facto é que lutámos por esse sucesso cem por cento das vezes. Conseguimos reverter o negócio das Convertidas. Conseguimos, também, recuperar a gestão do estacionamento à superfície para a Câmara Municipal. Não conseguimos, ainda, reverter o desastre da SGEBS e das rendas alucinantes que o município tem de pagar mensalmente pelo desvario do milagre da multiplicação dos sintéticos, mas tentámos. Tentámos e continuaremos a tentar. E era bom que desse lado, onde reside o apoio político e sustentação do atual Governo central que houvesse a mesma vontade e entrega para tornar real uma aspiração que deveria ser a de todos. Extinguir a SGEBS é uma prioridade municipal, mas deveria ser mais, deveria ser um desígnio nacional. Persistir num modelo que nos custa, a todos, mais dinheiro do que aquele que deveríamos pagar não é apenas a definição de um erro, é a materialização da loucura orçamental. E insistir nesse erro para salvar a face, ainda que formal, das contas públicas, ao invés de garantir a saúde real das mesmas, ultrapassa esse limiar da loucura e coloca-nos bem perto do patamar da má gestão da coisa pública. Os culpados pelo erro têm aqui uma responsabilidade acrescida que é preciso denunciar. Não só nos legaram este verdadeiro pesadelo orçamental como não conseguem, agora que estão no Governo, ajudar a solucioná-lo. Mas também é preciso não esquecer que são os outros grupos da esquerda quem finge indignação, mas demonstra muito pouca ação. Já sabíamos que a NATO e a Europa não eram razão para se chatearem com o PS. Entretanto ficou-se a saber que quase nada é razão para se chatearem, desde que se garanta a sobrevivência

de um modelo político e económico que tem como único objetivo a autossustentação dos seus protagonistas. Vejam bem que nem a sustentabilidade das finanças locais e a sanidade orçamental é motivo bastante para os chatear. Quem com isso sofre, Senhoras e Senhores Deputados, é Braga, são os bracarenses. São as freguesias que não vêm aumentar na proporção desejada os apoios e investimentos que tanto reclamam. É o município que se vê de mãos atadas e sem meios para concretizar pequenas e grandes medidas de que o concelho precisa. São os cidadãos que merecem que o seu dinheiro seja bem gerido e não esbanjado em prestações mensais de mais de meio milhão de euros. Já se sabe que "em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão". Mas em casa onde não há razão, por muito que ralhem, dificilmente haverá pão. Quer dizer, onde não há gestão cuidada e racional dos recursos disponíveis, mais tarde ou mais cedo haverá rutura dos serviços. Foi assim no país e é assim a nível autárquico. É, por isso, com agrado, que o grupo parlamentar do PSD nota a continuação do equilíbrio na gestão do executivo. Contas certas e um excedente orçamental de dezoito milhões de euros são a garantia da saúde financeira do município e da continuação do investimento relevante. Apesar das quebras nos apoios comunitários, fruto da concretização, no presente ano, de obras muito relevantes, como o Fórum ou a requalificação de várias escolas, o volume total de investimento mantém-se elevado. O ano de dois mil e dezoito foi, a esse nível, e como é sabido por todos, um ano excecional. Em boa verdade e se compararmos o orçamento de dois mil e dezassete com o de dois mil e dezanove, porque mais semelhante, verificamos que continua a existir um aumento muito significativo em matéria de despesas de capital. E não é só a anunciada desgraça de quatro milhões de euros que explica este aumento face a dois mil e dezassete. É, aliás, importante não confundir pessimismo orçamental com operações orçamentais. E

uma coisa é a Câmara Municipal prever pessimisticamente que vai perder uma ação que lhe vai custar mais quatro milhões de euros. Outra, bem diferente, é ver-se diante da sentença final do tribunal que efetivamente a condena ao pagamento dessa quantia e, portanto, a cabimentar essa despesa. Mas como dizia, se em dois mil e dezassete a aquisição de bens de capital representava vinte e dois por cento do orçamento municipal, em dois mil e dezanove crescerá para vinte e seis por cento. Estes dados traduzem a solidez do exercício e a vontade de continuar a apostar no investimento público de qualidade. É por isso, aliás, que neste orçamento existem conquistas históricas, inscritas a tinta permanente, como é o caso da musealização das Carvalheiras. Um objetivo repetidamente reclamado por todos, e nunca cumprido pelo PS, vai ver agora a luz do dia. De resto, e como a oposição bem sabe, há outros investimentos que não estão plenamente cabimentados porque dependerão de operações financeiras já anunciadas. É, por isso, falacioso, dizer-se, por exemplo, que o orçamento para as juntas de freguesia não aumenta. Ele aumenta e aumentará mais ainda, assim que os apoios europeus forem desbloqueados, como se prevê. O trilho da descentralização de competências continuará, assim, a ser real e não cosmético ou problemático, como se vem assistindo noutras esferas. Graças a uma política de responsabilidade, tem sido possível conjugar a gestão das dívidas passadas com a realização de obras e iniciativas de grande monta. Neste quadro, a reorganização dos serviços e a crescente racionalização das despesas é uma dimensão essencial para que se continue a crescer sustentadamente. É através de poupanças estruturais nessa despesa corrente que se pode vir a criar ainda maior margem de manobra para tornar o orçamento num exercício de projeção do concelho e não, como infelizmente ainda vai acontecendo, como a assombração de um passado que se quer distante. Hoje, aqui, perante os bracarenses, podemos-

nos orgulhar de tudo quanto já fizemos. Podemos olhá-los nos olhos e dizer que foi possível baixar o custo da água. Foi igualmente possível manter os tarifários dos transportes públicos e aumentar a sua frequência, ao mesmo tempo que os modernizámos, trazendo-os para o século vinte e um. Podemos hoje dizer-lhes que a Bragahabit está ao seu lado e de forma cada vez mais próxima e mais atuante. Para além da requalificação de vários bairros sociais do concelho, vamos ser nós a resolver o problema do bairro do Picoto, assegurando a melhor solução para os moradores. Seremos nós a devolver-lhes a dignidade de vida e a esperança que merecem, como qualquer cidadão. Podemos, ainda, dizer aos bracarenses que o Theatro Circo cresceu e é já mais do que uma sala de espetáculo para alguns. Ele é o motor da política cultural do concelho e o principal elemento da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura. Olhos nos olhos, podemos dizer-lhes, sem receio, que tudo fizemos sem aumentar a carga fiscal que sobre eles impende, algo que nem todos nesta sala podem garantir, pelo menos noutros contextos. É verdade, este ainda não é o nosso orçamento. Mas ele é mais um contributo para a reorientação estratégica do concelho, para a valorização do território e para a afirmação de Braga como um polo apetecível de gentes, empresas e capital. Temos a esperança de poder, até ao final do corrente mandato apresentar um orçamento verdadeiramente nosso. Sem esqueletos, assombrações ou outras aparições de um passado que Braga e os bracarenses rejeitaram clara e repetidamente nas urnas. Se não o pudermos fazer, estaremos cá, ainda assim, com toda a tranquilidade do mundo, a assumir as nossas culpas, mas a sublinhar também as que são de outros. Estamos muito serenos quanto à avaliação que os bracarenses fazem do nosso trabalho e julgamos que o orçamento para dois mil e dezanove é mais um passo no sentido certo. Por tudo isto continuamos a poder olhar este executivo nos olhos e a dizer

que nele confiamos. Votaremos, por isso, favoravelmente este documento”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para lembrar, antes de mais, ao Deputado João Marques, um termo que ele gostava muito de usar, que era a amnésia. E caso não estivesse lembrado, o Sr. Presidente da Câmara, em dois mil e quinze, disse que o orçamento de dois mil e quinze era o seu orçamento. E, portanto, entendessem-se relativamente àquela matéria, porque era um discurso diferente daquele que era usado ali. Depois o PSD, na pessoa do Deputado João Marques, foi, ali, efetivamente, dar alguns cenários, que iria também tentar ilustrar. Fez o papel de juiz. Fez o papel de cangalheiro. Fez, também, papel de um menino da escola. E, portanto, cangalheiro, quando estava continuamente a falar em esqueletos e um dia destes, o PSD arrisca-se a transformar-se numa empresa funerária. Começava a ser já um assunto estafado, porque a dívida era como aqueles meninos, que arranjavam sempre uma desculpa para não fazerem aquilo que deviam, porque estavam sempre a dizer que era a dívida que não os deixava fazer. Mas a Câmara também tinha feito alguma coisa, porque pelos vistos andou aí a JSD a distribuir os papéis a dizer que a dívida era de cento e oitenta milhões de euros, ou que o estádio custou cerca de cento e oitenta milhões de euros. Já desafiou e gostava de um dia ver essas contas direitinhas, porque havia ali um grande embuste e continuavam a desculpar-se com a dívida, para não fazerem aquilo que se comprometeram fazer com os Bracarenses. Alguma coisa foi feita, naturalmente. Fazia-se sempre alguma coisa, mas a verdade era essa. Aliás, O Deputado João Marques, naquilo que foi o juiz, vinha todos os anos, nesta data, ali julgar o Partido Socialista. E lembrava-lhe, o Partido Socialista foi julgado em outubro de dois mil e treze e aceitaram o veredicto que lhes foi dado, de dar oportunidade ao PSD de poder governar juntamente com o CDS. Aceitaram isso

de forma humilde e democrática. Agora, não podiam estar a cobrar sempre, porque, se não, começavam a ser usurários da política. Ou seja, continuavam, constantemente, a cobrar e a encapotar aquilo que podia ser uma incompetência com a desculpa, como fazia o menino da escola, quando era apanhado a não fazer o trabalho de casa. Isso era importante que se dissesse, porque nas palavras do Deputado João Marques e do PSD, se calhar aos anos, que esperava não fossem muitos, iria continuar a haver a mesma desculpa. E tinham que assumir, como o PS também assumiu, humildemente, a derrota, o veredicto dos Bracarenses. E queria dizer que todos os dias queriam ser uma oposição construtiva, com um projeto, com propostas válidas. E era nesse contexto que, muitas vezes, a crítica encerrava, também, uma proposta que era válida. E lembrar aquilo que era a falha dos compromissos, era, também, um papel importante da oposição. E dizer que aquele orçamento era um orçamento de algum desinvestimento, de algum desequilíbrio, onde o planeamento, de uma forma geral, falhava. E falhava logo na mobilidade. Não tinham um plano de mobilidade e o Sr. Presidente da Câmara e os eleitos do PSD que, às vezes, iam falar dessas questões, gostavam de comparar Braga com outras cidades. Orgulhavam-se que Braga, como aconteceu com o voto que aprovaram há pouco, fosse longe, fosse dignificada, fizesse coisas boas, tivesse boas práticas e boas políticas. Mas, por exemplo, ao nível da mobilidade, faltava um plano de mobilidade e o que se fazia era de uma forma casuística, resolvendo de uma forma muito casuística aquilo que eram os problemas. E todos sabiam que uma cidade, que não tivesse uma boa mobilidade, não era atrativa e precisávamos que Braga continuasse atrativa, como até aqui. Era muito importante a resolução desses problemas. De há cinco anos a esta parte, não se construiu nem mais um metro de vias estruturantes, nesta cidade, que precisava dessas vias como quem

precisava de pão para a boca, porque se não, os problemas da poluição iriam aumentar e isso era um problema que era preciso combater. Estavam de acordo que aos transportes públicos fosse dada aquela que era a oportunidade. Um plano de mobilidade que incluísse aquilo que era importante para as pessoas, que era a segurança, e essa segurança tinha vindo a ser descurada. E com ela algumas pessoas que não podiam continuar a viver nesta cidade. Reparassem no que se passava com as passadeiras, com a sinalização, com aquela ideia, que presumia ter sido abandonada, de retirar as passagens aéreas, que, concordando que num ou noutro caso, pudesse fazer, mas tinha que se fazer com muito cuidado. E não era colocando pilaretes por toda a cidade, como o menino que na escola ia bordando ou ia cortando figuras, picotando-as, ali era a mesma coisa. Não era com isso que se resolvia. Resolviam-se as passadeiras com acréscimo de medidas de segurança, pintando-as com tinta fluorescente ou massa fluorescente, com iluminação focada, com olhos de gato. Esteve há duas semanas em Vila Real, e tendo dificuldade de visão, via perfeitamente os locais onde estavam as passadeiras, porque havia foco a incidir diretamente, havia tinta ou massa fluorescente, estavam devidamente sinalizadas e alguns dos nossos cidadãos iam perdendo a vida, muitas vezes não viam e não eram vistos. Parecia haver um projeto, relativamente a essa matéria, e esperava que a segurança não passasse só por bordejar os nossos passeios com os tais pilaretes. Na mobilidade havia muito a fazer, porque todos queriam que Braga continuasse a ser uma cidade atrativa, amiga do ambiente. Não iria tecer grandes considerações sobre as questões da educação, mas que a educação, durante este ano, deu um mau exemplo daquilo que devia ser o seu planeamento, a sua organização e o seu funcionamento, era bem verdade. Desde aquilo que foi o problema com as auxiliares, que ainda hoje subsistia em muitas escolas, escolas que funcionavam

mal, que ficavam inseguras, pela inexistência de funcionários, que não eram inclusivas, porque não havia funcionários para os alunos com necessidades educativas especiais. A questão da falta de planeamento. A Carta Educativa, o Projeto Educativo Municipal, que poderiam ajudar a resolver algumas questões e poderiam evitar, até, que fossem fechadas algumas escolas, como aconteceu. Queria dizer ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, que havia e conhecia duas escolas, que tinha uma turma com nove alunos e outra com oito alunos e a sua com vinte foi ao ar. E não fora a ação do Partido Socialista, também a escola do Coucinheiro em Palmeira, também tinha voado. Era, por isso, que a existência de planeamento e de uma Carta Educativa, era de vital importância, para que aquilo que podiam ser políticas municipais em prol da educação, realmente, pudessem valorizar e qualificar aquilo que era o papel da educação. Não iria pronunciar-se muito mais sobre a questão das escolas, mas dizer que havia escolas, onde os acabamentos eram de melhor qualidade e havia outras, onde as questões eram de fraca qualidade. Até havia sifões feitos com plástico, que serviam para outras coisas, menos para serem sifões. Havia escolas que tinha cento e sessenta alunos a almoçar e havia só uma pia para lavar. E havia uma escola, recentemente inaugurada, já apresentava alguma degradação e até os elevadores não funcionavam. Essas eram pequenas coisas, para não falar no irritante que apareceu no início ou antes do início do ano letivo, que complicou, e de que maneira, aquilo que foram alguma organização e alguma harmonização das refeições escolares e dos seus custos. E muita mais coisa poderiam falar, inclusive, nos transportes escolares, que não serviam a totalidade das escolas, serviam algumas, muito poucas e algumas delas, se calhar, só privadas. Falar das freguesias, todos se lembravam que Ricardo Rio disse “para as freguesias vai haver um tempo novo. Nunca nenhuma obra vai

passar de um ano para o outro. E só assumiremos obras, se tivermos a certeza que elas são executadas e que há dinheiro para que elas possam ser executadas”. E a que assistiam? Assistiam a que, numa manobra de engenharia financeira, não havia autos de medição, que fossem assumidos e que iam para a contabilidade. As Juntas de Freguesia viviam, hoje, momentos dramáticos, porque já pararam, muitas delas, as obras e algumas não tinham meios, para as fazer continuar, porque eram os próprios empreiteiros que se recusavam e era preciso resolver isso. Na altura alertou e disse “Sr. Presidente, as coisas não são bem assim. Muitas vezes há esta necessidade de poder contemplar algum tempo, porque isto acaba por se repetir” E isso repetiu-se. Hoje, as freguesias viviam situações muito complicadas e para honrar a sua palavra iam buscar dinheiro, que serviria para outras questões, para pagar aquelas dívidas que deviam já estar pagas. Os acordos de execução, acreditava e continuava a acreditar na capacidade de uma dinâmica que permitisse que as Juntas fossem cada vez mais órgãos que acabavam por fazer o trabalho, que o Município poderia fazer de forma mais próxima, numa política de proximidade. Mas, a verdade, foi que estagnaram desde dois mil e catorze. E era importante que houvesse uma nova dinâmica, relativamente a essa matéria. E também podiam falar em desequilíbrio e era importante que esses desequilíbrios entre as freguesias, fossem corrigidos, porque não era bonito que algumas freguesias, e bem, recebessem forte investimento, fortes apoios, sob o ponto de vista dos subsídios e houvesse, por acaso, uma freguesia, que durante dois mil e dezoito, recebesse, apenas, seiscentos euros, para uma reparação no abastecimento de água ao cemitério. E isso era um desequilíbrio que não era justo, que acabava por atraiçoar aquilo que era um compromisso que o Sr. Presidente assumiu com as Juntas de Freguesia. Era isso que importava, também, contemplar e estarem atentos.

Muitas vezes a realidade traía-os e era importante que centrassem a sua intervenção naquilo que era o seu compromisso. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar umas notas muito breves, porque lhe parecia ser redundante e, até, despropositado, naquele momento, ir, ali, prestar loas àquilo que tinha sido a governação municipal, tanto mais que o único desafio que poderia fazer a alguns dos intervenientes naquela Assembleia, era que não se circunscrevessem àquilo que eram os resultados claros dos atos eleitorais, mas que saíssem um pouco mais à rua, que falassem com os Bracarenses e que percebessem, realmente, qual era a opinião que tinham, sobre a atual governação municipal, antes de se arrogarem usar a sua opinião, como sendo representativa desses mesmos Bracarenses. Dito isso, obviamente, que havia aspetos que lhe cumpriam, ali, esclarecer, sobretudo, relativamente àqueles documentos, não tanto ao nível das políticas, em que eles eram, julgava, que bastante eloquentes, mas, sobretudo, do ponto de vista orçamental. E a primeira nota que, ali, queria deixar e que, aliás, quiseram, também, dar oportunidade aos Senhores Deputados, aos vários Grupos Parlamentares, de esclarecerem, cabalmente, com os serviços de contabilidade, porque aquele era um orçamento especial, embora fosse um orçamento, que seguia a linha do ponto de vista das suas políticas de gestão, dos anteriores, era um orçamento que, pela primeira vez, tinha fatores que não estavam diretamente refletidos na contabilidade. Nomeadamente, os empréstimos de médio longo prazo que estavam a ser contraídos pelo Município e que tinham a ver com o financiamento de alguns projetos de investimento. Que tinha a ver, também, com a contrapartida nacional dos projetos que eram financiados por fundos comunitários e que tinham recurso ao crédito do BEI e que pelo facto de não estarem, ainda, contratualizados, não

foram, ainda, refletidos nas contas. Essa não reflexão desses valores nas contas, tal como não estava, ainda, o valor da alienação da Fábrica Confiança, que esperavam se materializasse, também, em dois mil e dezanove, representava uma suborçamentação de verbas que, naturalmente, tinham uma contrapartida do lado da despesa. E a contrapartida, além dos projetos de investimento que nalguns casos tinham rúbricas residuais, tinham valores inscritos residuais, era, precisamente, no conjunto das despesas do Município, a alocação a algumas das áreas. Teve a oportunidade de explicar aos Senhores Vereadores, na Câmara Municipal, que uma das áreas em que os dados concretos que estavam no orçamento eram enganadores, era, precisamente, o que dizia respeito aos acordos de execução e às delegações de competências nas Juntas de Freguesia. Ao contrário do que, ali, foi dito, o orçamento real de dois mil e dezanove previa um reforço substancial das verbas alocadas aos acordos de execução, na ordem do meio milhão de euros, face aos três milhões que vinham sendo transferidos, através dos acordos de execução. Também no domínio das prestações e dos apoios recordava que, ainda, recentemente, ao nível das refeições escolares, a Câmara Municipal estava, neste momento, a investir quase um milhão de euros, a expensas próprias, para reforçar as condições de financiamento do fornecimento de refeições em todo o contexto municipal. E, portanto, havia, ali, assim, não uma diminuição, mas sim, uma valorização e substancial daquilo que tinha sido a relação de confiança estabelecida entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e, inclusivamente, o compromisso que assumiram, oportunamente, de que no início do novo mandato iriam rever os acordos de execução, fazer um ajuste daquilo que eram as suas dimensões quantitativas e financeiras, para corresponder aos anseios de todos e aquilo que todos pretendiam, quando faziam uma operação e descentralização, que era servir melhor as populações. Depois

dizer, também, que lhe parecia um pouco leviano desvalorizar, como, ali, foi feito por alguns dos intervenientes, aquilo que eram os impactos que vinham do passado. E não apenas aqueles que eram estruturais e que estavam, praticamente, diria, assumidos como compromissos permanentes da Autarquia, mas sim aqueles que tinham, ano após ano, surgido como surpresas desagradáveis, os famigerados esqueletos, que, ali, já foram referenciados, que passaram ao longo daqueles cinco anos, por coisas tão diversas, como terem que devolver quase um milhão de euros de fundos comunitários da Escola Francisco Sanches. Quatrocentos mil euros de fundos comunitários do parque de Lamações. De terem que pagar algumas verbas acrescidas em vários processos judiciais. Terem que pagar trabalhos a mais em algumas obras. Inclusivamente, agora, como era sabido, neste orçamento, terem que incorporar, relativamente a uma obra que estava concluída há quase quinze anos, mais quatro milhões de euros de trabalhos a mais, do estádio municipal. E, inclusivamente, também para que não pensassem que a história iria terminar por ali, e esperava que fosse excelente notícia que terminasse por ali, recordava que já foram condenados em primeira instância a pagar outros quatro milhões de euros ao arquiteto Souto Moura, pelo projeto de arquitetura e, inclusivamente, estavam, neste momento, já em disputa no Supremo Tribunal, mais dez milhões de euros de trabalhos a mais, também relativos ao estádio municipal. Portanto, os cento e oitenta milhões de euros, caro João Nogueira, poderiam ser uma estimativa por baixo, face àquilo que tinha sido ou que iria ser o custo real do estádio municipal. Mas, finalmente, e essa era a última nota que, ali, queria deixar em termos de esclarecimento, havia, ali, uma matéria, que para si, um verdadeiro nó górdio, quase tão problemático, como o trânsito na cidade e permitissem-lhe, também, um parêntesis mais de natureza política, achava que todos percebiam que, hoje, a cidade, se

confrontava com um problema significativo do ponto de vista do trânsito. Todos estavam empenhados em tentar resolvê-lo. Ainda ontem, tiveram uma sessão muito produtiva, juntando agentes de vários contextos da nossa sociedade desde responsáveis de agrupamentos escolares, a autarcas, à polícia municipal, às forças de segurança, à Câmara Municipal, a toda uma série de interlocutores, que tinham estado a trabalhar em soluções, para mitigar os problemas. Agora, não se podia era dizer que esta Câmara Municipal era responsável por esses problemas e que quem planeou e que quem construiu uma cidade que estava prevista para acomodar duzentos e cinquenta mil habitantes, não conseguia, sequer, acomodar aquilo que eram os impactos diretos da presença de quase duzentos mil, que era a população, para a qual se estava a caminhar a passos rápidos. E, portanto, havia, ali, problemas estruturais que, obviamente, cumpria resolver e que não eram responsabilidade desta Câmara Municipal, embora esta Câmara Municipal, como em tantas outras áreas, iria ser aquela que os iria resolver e muito brevemente. Depois, dizia, retomando aquela questão dos esclarecimentos, que havia, ali, de facto, um nó górdio com que se tinham deparado e que tinha um impacto direto na sua contabilidade e que tinha a ver com a parceria público privada. Todos sabiam e a verdade era que se há pouco o Deputado Pedro Roriz invocava as estatísticas de áreas desportivas de metros quadrados por habitante, que eram muito positivas, sabiam bem, que esse metro quadrado tinha, também, um custo por metro quadrado e um custo por cidadão, que não era nada despreciando. Por ano eram mais de seis milhões e meio de euros, que liquidavam de pagamento de rendas à SGEB, quando num modelo financeiro mais ajustado e com a liquidação da sociedade poderiam pagar menos de três milhões, com base nas condições financeiras, que foram apresentadas por várias instituições no processo de liquidação da sociedade. E para que isso fosse

viável, bastava que a legislação que neste momento impedia sobre a lei das finanças locais, lhes permitisse ter um agravamento formal do seu endividamento de um ano para o outro, superior áquilo que a lei, neste momento, restringia. A verdade era que ao contrário daquilo que todos gostariam, seguramente os Bracarenses, seguramente todos os que estavam, ali, presentes, ao contrário daquilo que gostariam muitas e muitos habitantes por todo o país de concelhos que, também, aderiram erradamente a esse modelo de parcerias público privadas, que não eram modelos de parcerias público privadas, aquilo eram modelo de financiamento encapotado que, na altura, teve única e exclusivamente esse fim específico. Se, ao contrário de todos esses protagonistas, havia quem entendesse que permitir a um Município como Braga, uma poupança anual de mais de três milhões de euros, seria quase o equivalente a uma venda da Confiança, que não era razoável e, portanto, os oitenta milhões de euros que estavam a perder por não se fazer a liquidação da SEGEB, não eram meritórios. E queria partilhar com os presentes, porque era desta semana, um email que recebeu do Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, que dizia basicamente o seguinte: "por referência à proposta que nos dirigiu no passado mês de outubro", aquando da revisão e discussão do orçamento de estado, para dois mil e dezanove e em que defendia a supressão desse limite "referente às PPP Municipais, encarrega-me o Sr. Ministro das Finanças de informar que tendo analisado o seu pedido, concluímos que não seria possível incorporar na proposta de lei do orçamento de estado para dois mil e dezanove uma norma com o teor pretendido, devido a restrições orçamentais, que se prendem, essencialmente, com o impacto que essa norma teria no saldo orçamental das administrações públicas ". Explicando aquilo que aquele email acabava de confirmar, o Sr. Ministro das Finanças que pertencia, como sabiam, ao Partido

*Socialista, pretendia e preferia meter debaixo do tapete a dívida que as Câmaras Municipais tinham, através das parcerias e que representavam uma perda de mais de três milhões de euros por ano para a Câmara Municipal de Braga, do que incorporá-la e suportar no défice da administração pública, a real dívida que seria substancialmente menor. Era uma política de faz de conta, que custava aos cofres do Município de Braga três milhões de euros por ano. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e cinco votos a favor e com dezanove votos contra.** A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** informou que a Conferência de Líderes iria reunir novamente e que foi decidido dar continuidade aos trabalhos.*

PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIO DE CONTAS SEMESTRAL DE DOIS MIL E DEZOITO - MUNICÍPIO DE BRAGA (PARA CONHECIMENTO). Para conhecimento da Assembleia Municipal, remete-se o Relatório de Contas Semestral de dois mil e dezoito, do Município de Braga, de acordo com o disposto na alínea d), número dois, do artigo setuagésimo sétimo da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA DOIS MIL E DEZANOVE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte e seis de novembro do ano em curso, relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil e dezanove, em zero vírgula vinte e cinco por cento, nos termos da alínea ccc), do número um, artigo trigésimo terceiro e nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e alínea o), do artigo décimo quarto, da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por

reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte abstenções**. **PONTO NÚMERO CINCO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA DOIS MIL E DEZANOVE – ANÁLISE DE PROPOSTAS**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e seis de novembro do ano em curso, relativa à adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta corrente para dois mil e dezanove, no valor de seis milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quinze abstenções**. **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS-PROGRAMA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS - EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZANOVE**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos-programa para o exercício de dois mil e dezanove, relativas às seguintes Empresas Municipais: Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.; TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga – EM; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM; IB – Agência para a Dinamização Económica – EM, para o ano de dois mil e dezanove, documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Postas à votação foram votadas da seguinte forma: **Theatro Circo de Braga, E.M., S.A, aprovada com dezasseis abstenções; TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga – E.M., aprovada com dezasseis abstenções; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – E.M., aprovada com dezasseis abstenções e IB – Agência para a Dinamização Económica – E.M., aprovada com um voto contra e com dezanove abstenções**. **PONTO NÚMERO SETE –**

PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, PORTUGAL E O CONCELHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, ESPANHA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea t), do número um do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e seis de novembro do ano em curso, relativa à geminação a celebrar entre o Município de Braga e o concelho de Santiago de Compostela, em Espanha, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO OITO – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO LOTEAMENTO TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO NÚMERO NOVE BARRA OITENTA E CINCO, SITO NO LUGAR DAS REGADINHAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de vinte e seis de novembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de oitocentos e setenta e três metros quadrados, situada no lugar das Regadinhas, União de Freguesias de Lomar e Arcos, no sentido do texto da minuta da reunião que aprovou a referida desafetação ser retificado, que o alvará de loteamento a que se refere a desafetação do domínio público é o alvará de loteamento número nove barra oitenta e cinco e não nove barra noventa e cinco, como por lapso fez constar, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com catorze abstenções.** **PONTO NÚMERO NOVE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA DE VÁRIAS**

EMPRESAS NO ÂMBITO DO RERAE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, as propostas do Executivo Municipal, apreciadas na reunião de um de outubro do ano em curso, relativas ao reconhecimento do interesse público municipal, nos termos do disposto na alínea a), número quatro, do artigo quinto, do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco barra dois mil e catorze, de cinco de novembro e da Lei número vinte e um barra dois mil e dezasseis, de dezanove de julho, das seguintes empresas: a) - Ponteiro de Cronos, Unipessoal, Limitada; b) - Judite Conceição Vaz Antunes; c) - José Alberto da Luz Ferreira; d) - Agostinho da Costa Ribeiro; e) - Pedreira de Montariol; f) - António Alberto Peixoto; g) - EGA – Extração de granitos e agregados, Limitada. **Foram retiradas, por proposta da Câmara Municipal, as alíneas d), e), f) e g).** As restantes foram aprovadas com cinco abstenções.

PONTO NÚMERO DEZ – CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e seis de novembro do ano em curso, nos termos do preceituado na alínea p), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa à concessão de exploração de um terreno municipal para construção e exploração de complexo desportivo integrado, bem como a alteração do programa do procedimento e caderno de encargos da mencionada obra, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o Partido Socialista não se revia

naquela proposta, porque todos se lembravam que, no passado, se dizia que Braga tinha falta de espaços verdes e que havia zonas, densamente, contruídas e que isso era mau para Braga. E o que assistiam hoje, numa zona densamente povoada, acabavam por verificar, que os espaços que o Partido Socialista pensava que ao passarem do domínio público municipal, para o domínio privado municipal, seria para construir um parque, para usufruto dos moradores e, também, para algum arejamento daquela zona, tendo em conta, também, a densidade construtiva, que, ali, existia. Mais, não existia, ali, nenhum espaço verde com relevo que, efetivamente, se destinasse ao usufruto das pessoas. E, portanto, o Partido Socialista não se revia nisso. Aliás, ainda há pouco ouviram dizer, na voz do Sr. Presidente, que o preço por metro quadrado ficava muito caro para os munícipes e que quatro metros seriam significativos e a verdade era que estavam a assistir, ali, a um projeto que iria repetir muito daquilo que havia em Braga. Até ouviram dizer, a Senhora Vereadora Sameiro Araújo, pessoa que respeitava e considerava, que Braga tinha fala de piscinas. Isso levava-os a pensar, que nem sequer sabiam, se o que fizeram, foi a mais, ou foi a menos, no dizer do PSD. E, portanto, o que queriam, ali, dizer era que trocar um espaço verde, por uma aposta que já existia, no domínio de um privado, para o PS não era muito aconselhável e, portanto, o Partido Socialista iria votar de conformidade com isso, não concordando com aquela proposta, por ser lesiva dos interesses dos Bracarenses. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, que disse irem votar contra aquele ponto, principalmente, porque estava tudo construído ao contrário. O equipamento proposto, não nascia de nenhuma estratégia, não nascia de nenhuma prioridade do Município, assim, aliás, foi assumido pelo próprio Presidente da Câmara. Mas nascia, ao contrário, de uma vontade de um

privado e aquilo que, ali, lhes aparecia, era um fato feito à medida de um só promotor, sem nenhuma flexibilidade, sem sequer esconder isso mesmo, nem sequer permitia nenhuma adaptabilidade. Era um fato feito à medida de quem, por sua necessidade, precisava de um terreno, para fazer o seu investimento, e foi bater à porta da Câmara. Portanto, não correspondia a uma necessidade de equipamentos desportivos, não aparecia em sítio algum, correspondia à necessidade de um investidor privado, à qual esta Câmara, corria a acudir. Como já, ali, foi referido, também, urbanisticamente, era uma aberração, no sentido em que estava localizado na zona mais densamente povoada do Município, em que não havia equipamentos, mas, mesmo que não fosse pensado como equipamento, para usufruto da população, só o simples desanuviar e manter a plantação que lá foi feita, aliás, pelo pelouro do ambiente, há algum tempo, simplesmente, para desanuviar, para não aumentar a carga, nem a pressão sobre aquele pedaço de território, fazia sentido deixar o terreno tal como estava. Só um terceiro aparte, que era, que para quem tanto se queixava da falta de recursos e do rigor das suas opções, aquela contrapartida financeira, dividida pelos meses, que iria durar a concessão, correspondia a uma renda de pouco menos de mil e quinhentos euros, por mês e pouco mais do que vinte cêntimos, por metro quadrado. Obviamente, um péssimo negócio, para a Câmara e um belíssimo negócio, para o investidor que se propôs e que tinha o fato feito, para que ganhasse o concurso público. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com uma abstenção e com dezoito votos contra.

PONTO NÚMERO ONZE – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO – EDIFÍCIO “PÉ ALADO”.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do

Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa ao contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, com vista à instalação da sede daquela União de Freguesias no edifício conhecido como “Pé Alado”, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do

PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO, SR. JOÃO JOSÉ DA COSTA PIRES,

para dizer que ninguém iria estranhar que o Presidente da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, sem pretender, aliás, antecipar-se à decisão daquela ilustre Assembleia, relativamente àquele ponto da ordem de trabalhos, subisse àquela tribuna, para dar nota do seu regozijo, que seria, também, o regozijo das cidadãs e dos cidadãos, que nela residiam, por ver concretizado um sonho de há anos e que iria criar novas condições de atendimento e de trabalho, para funcionários e eleitos da autarquia. Diria que aquele dia iria ficar na história daquela União de Freguesias, porque via cumprida uma promessa do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, feita, embora, há mais de quatro anos, no início do seu primeiro mandato, mas que só, agora, via a luz do dia, não por culpa da Câmara Municipal, não por culpa da Junta de Freguesia. Daí que dirigisse, ali e agora, um voto de profundo reconhecimento ao Executivo Municipal, que quis, com aquele contrato de comodato, presentear os munícipes de São Lázaro e de São João do Souto, naquela quadra natalícia. Diria, ainda, que, e perdoassem-lhe a imodéstia, aquele dia ficaria, também, na história do atual Presidente da Junta de

*Freguesia. Era que, em catorze de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, muitos lembrar-se-iam, outros não se lembrariam disso, foi eleito, pela primeira vez, para presidir aos destinos da freguesia de São José de São Lázaro, o que queria dizer que ia com vinte e um anos, a luta por uma nova sede da Junta de Freguesia. Como sabiam, a atual sede estava instalada no rés-do-chão de um prédio da avenida da Liberdade, que, outrora, foi um túnel de acesso à antiga escola primária de São Lázaro, e que desativado, por desnecessário, a Junta de Freguesia de então, adaptou-o e transformou-o em sede da freguesia. Só que em mil novecentos e oitenta e três, aquele mesmo espaço foi adquirido por um particular, que qual benemérito da causa pública, ali eixou permanecer os serviços da Junta, sem exigir qualquer contrapartida. Mas recentemente, porém, após decisão judicial, em processo de partilhas, o atual proprietário veio exigir a entrega do imóvel. Queriam com isso dizer, que as freguesias de São Lázaro e, também, de São João do Souto, beneficiaram, ao longo de trinta e cinco anos, da cedência gratuita e benemérita de instalações, pelo que seria de toda a justiça lembrar e agradecer quem prestou tão relevantes serviços àquelas comunidades. Aquela Junta de Freguesia fá-lo-ia, com certeza, em momento oportuno. Ali chegados, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, restava-lhe exprimir, de novo, os seus sentimentos de gratidão ao Executivo Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara, pelo cumprimento da promessa feita e deixar-lhes, também, ali, um convite, seria para si um prazer e uma honra recebê-los no edifício “Pé Alado” no largo Carlos Amarante, a nova sede da União das Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto. Interveio, depois, o **Sr. Deputado da C.D.U. JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para dizer que era conhecida a oposição da CDU ao contrato de arrendamento estabelecido entre o Município de Braga e o Seminário Conciliar, proprietário do edifício “Pé*

*Alado”, por considerar os valores do negócio extremamente elevados, nomeadamente, no que respeitava às rendas a ser pagas pelo Município, que totalizavam o valor de setecentos e sessenta e dois mil euros, em dez anos. Fazendo as contas, dava a renda progressiva de cinco mil euros, cinco mil e quinhentos e depois seis mil e quinhentos. Pegando nas palavras do Deputado Pedro Casinhas, a Câmara iria alugar a um privado, por mil e quinhentos euros por mês, um espaço de seis mil metros quadrados. Mas iria pagar ao Seminário, qualquer coisa como seis mil e quinhentos euros por mês. Não concordavam. Não poderiam subscrever a proposta em apreço, ademais, como já foi, também, manifestado, noutras ocasiões, a CDU reconhecendo e acompanhado a legítima aspiração, transmitida, ali, pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, de ter uma nova sede, também achavam que sim, uma sede num espaço digno, com melhores condições, para melhor servir a comunidade, entendia, no entanto, que deveriam ter sido exploradas outras possibilidades de localização e que não o edifício “Pé Alado”. Este, na opinião da CDU, devia integrar o projeto global de requalificação do cineteatro São Geraldo, destinado a atividades cultural e recreativa e, também, envolto num valor de aluguer diferente, porque seria um espaço, que era o mesmo proprietário, o Seminário Conciliar e seria nesse fim cultural que deveria ser aquele espaço, estudando-se um melhor espaço, para Junta de Freguesia, procurando na zona de São Lázaro ou de São João do Souto. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com oito abstenções e com seis votos contra**. Para apresentar uma **Declaração de Voto**, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, referindo que, da sua parte, confessar-lhes que estavam mais balanceados, para votar contra aquela solução, porque, aliás, fizeram-no, também, em diferentes momentos na Câmara*

Municipal, porque achavam que, de facto, aquela era uma má solução. Era uma solução que não era, do ponto de vista da gestão e que não era do ponto de vista de uma Câmara que, ainda há pouco, ali foi, na voz do Sr. Presidente, dizer que tinha problemas, que tinha dificuldades, que enfrentava, do ponto de vista orçamental, constrangimentos e que foi, numa decisão daquela natureza, pagar um valor, ao longo de muitos anos, de cerca de oitocentos mil euros em rendas, ficando, depois, com a opção de comprar o edifício, abatendo cerca de quarenta por cento dessa rendas. Por outro lado, e depois da intervenção do Sr. Presidente João Pires, por quem tinha muita estima e simpatia, ficaram mais balanceados e fizeram-no, para se absterem, porque, também, compreenderam a necessidade de haver uma sede condigna, para a Junta de Freguesia poder produzir e realizar o seu trabalho. E, portanto, ficaram assim um pouco no meio termo, não deixando de assinalar aquela chaveta de que eram decisões daquela natureza, decisões das quais tinham profundas dúvidas da utilidade e da eficiência financeira e económica, que presidiu àquela toma de decisão que, depois, o Município não tinha, para outras questões, capacidade financeira para enfrentar e para resolver outros problemas. Porque, quando se gastava mal numas coisas, faltava para outras, naturalmente. Era a história da manta, quando se puxava mais a manta, descobriam-se os pés e achavam, claramente, que aquele foi o caso em que isso aconteceu e não querendo estragar o Natal ao Sr. João Pires e aos fregueses de São Lázaro e São João do Souto, e não estragariam, porque a maioria aprovaria a solução e respeitavam isso. Mas, por não concordarem com a essência e com o espírito do negócio, não podiam de deixar aquela nota.

PONTO NÚMERO DOZE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do

artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de doze e de vinte e seis novembro e de dez de dezembro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Ramal de águas pluviais na rua da Mouta - Lomar”, no montante de cinco mil seiscientos e dezoito euros; Dois - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Alargamento da calçada do Moinho – Arentim”, no montante de catorze mil oitocentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Ramal de águas pluviais e repavimentação da travessa de São Brás”, no montante de quarenta e três mil cinquenta e cinco euros e nove cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Sistema de drenagem e águas pluviais, rua do Fontanário, rua de Quintela e calçada de Quintela”, no montante de oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e um euros e setenta cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Renovação da iluminação do jardim-de-infância de Sequeira”, no montante de mil seiscientos e setenta e três euros e quarenta e três cêntimos; Seis - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Espaço envolvente à sede da Junta de Freguesia de São Pedro d’Este”, no montante de oito mil e quarenta euros e dez cêntimos; Sete - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Obras nas ruas da freguesia de Este (São Pedro e São Mamede)”, no montante de vinte e quatro mil quinhentos e noventa e nove euros e noventa e cinco cêntimos; Oito - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo

Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e repavimentação da travessa das Quebradas – Escudeiros”, no montante de mil oitocentos e nove euros e catorze cêntimos; Nove - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “Repavimentação do piso da rua do Rio Torto e pavimentação da rua das Mimosas”, no montante de sete mil seiscentos e catorze euros e vinte e sete cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua da Igreja”, no montante de setenta e um mil duzentos e trinta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos; Onze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua do Passal à rua da Lardoeira – Passos São Julião, no montante de cento e cinquenta e oito mil seiscentos e trinta euros e vinte e seis cêntimos; Doze - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Requalificação e pavimentação da rua do Bárrio – Santa Lucrécia de Algeriz”, no montante de quinze mil setecentos e quarenta euros e vinte cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.**

PONTO NÚMERO TREZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.

Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de quinze e de trinta e um de outubro, de doze e de vinte e seis de novembro e de dez de dezembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado a apoiar a execução da obra “Adaptação de casas de banho para as

crianças do jardim-de-infância de Fraião”, no valor de novecentos e onze euros e sessenta cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a execução da obra “Parque de lazer de Esporões”, no valor de vinte e três mil quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e seis cêntimos com IVA; Três - Junta de Freguesia de São Victor, para reembolso das despesas de inscrição no décimo quinto Congresso Internacional das Cidades Educadoras, do Sr. Presidente da Junta da referida Freguesia, no valor de trezentos euros; Quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a execução da obra “Piscina de Celeirós – intervenções urgentes”, no valor de vinte e um mil quinhentos e quarenta e oito euros e vinte e seis cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra “Construção do Centro Cívico de Nogueiró”, no valor de oito mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a execução da obra “Instalação do sistema de iluminação LED no polidesportivo”, no valor de cinco mil oitocentos e setenta e dois euros e quarenta cêntimos; Sete - União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, destinado a apoiar a execução da obra “Demolição de casa em ruínas, situada na calçada de Cones, com vista á conclusão da terceira fase do alargamento do arruamento entre o viaduto da Maconde e Real”, no valor de sete mil cento e oitenta e seis euros e oitenta cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar a execução da obra “Projeto do caminho das Cangostas”, no valor de quatro mil seiscentos e sessenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a deslocação do Grupo Folclórico da Associação Recreativa e Cultural Hélios de Figueiredo, às festas de São Lucas em Mondonhedo (Espanha), no valor de quatrocentos euros; Dez - União de Freguesias de Este (São Pedro e São

Mamede), destinado a apoiar a realização da sexta edição das “Bruxarias do Vale d’Este”, no valor de dois mil e quinhentos euros; Onze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a execução da obra de “Reparação de interior da piscina e construção do parque de estacionamento”, no valor de dez mil quinhentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar as despesas de reparação e ampliação do sistema de aquecimento de água do polidesportivo Bracara Augusta e dos balneários do Clube do Movimento da Juventude da Póvoa, no valor de onze mil duzentos e vinte e oito euros e quarenta e dois cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar nas despesas associadas ao funcionamento da piscina de Tebosa, no valor de dezassete mil quarenta euros e cinquenta e nove cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a execução da obra de “Trabalhos diversos – manutenção nas piscinas de Merelim São Pedro”, no valor de dezanove mil setecentos e cinquenta e dois euros e onze cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a “Aquisição de terrenos para alargamento e apoio à praia fluvial de Adaúfe”, no valor de trinta mil euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.**

PONTO NÚMERO CATORZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS. Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

PONTO NÚMERO QUINZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção

da SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO, que disse não serem horas para isso, mas o compromisso estava assumido com a Comissão e, portanto, tinha que ser cumprido. Queria, muito sinteticamente, prestar a seguinte informação, dar conta, àquela Assembleia que decidiu que o Regulamento dos Apartamentos de Transição baixasse à Comissão, para ser enriquecido. Assim o fizeram e remeteram à Assembleia, que já remeteu a sua proposta à Câmara Municipal. A sua proposta tinha duas diferenças estruturais. Uma diferença estrutural tinha a ver com o seguinte: os apartamentos de transição, estavam a falar de vítimas de violência doméstica, era uma resposta muito importante. Visitaram, estiveram e acompanharam todo esse processo e era de louvar a existência dos apartamentos de transição. Os apartamentos de transição não integravam, no entanto, o edifício da rede nacional de proteção, de atendimento, de acolhimento e de proteção às vítimas de violência doméstica. Não lhes tirava a importância por isso. E uma diferença estrutural, tinha a ver com o acesso aos apartamentos de transição não devia, no seu entender, ficar condicionado à frequência de uma casa abrigo. As pessoas vítimas de violência doméstica, mesmo sem virem de casa abrigo, deviam ter acesso aos apartamentos de transição. Esta era uma diferente que propunham. Uma outra diferença que consideravam estrutural, tinha a ver com o acrescentar de uma norma própria, relativa aos voluntários. Os apartamentos de transição tinham a participação de voluntários, o que, de facto, era muito importante e achavam que o Regulamento devia ter um clausulado próprio, para os voluntários, a explicar os seus direitos e os seus deveres. Prestavam esse esclarecimento à Assembleia, dando conta do trabalho efetuado. Um outro aspeto que queria aproveitar para informar, apesar do adiantado da

hora, tinha a ver com o seguinte: no trabalho da Comissão, e era um privilégio para si, presidir àquela Comissão, pela qualidade dos membros, pela sua capacidade de participação e pelo seu espírito de trabalho em equipa e profundidade, a Comissão elegeu vários temas, que eram o seu foco, e o primeiro tema onde focaram o seu trabalho, foi exatamente a violência doméstica. Aproveitara, quando já, ali, foi dada a informação do início dos seus trabalhos, por audiências que tiveram com a Senhora Vereadora Sameiro Araújo e com o Senhor Vereador Firmino Marques, que, também, lhes falou, na altura, um e outro, de aspetos importantes, que tinham a ver com a prevenção e com o trabalho que era feito nessa área. A Comissão reuniu com várias entidades com responsabilidade nessa matéria, com a PSP, com a GNR, com a Câmara Municipal, com o GIAPI, com a Cáritas e com a APAV. Na sequência desse trabalho, a Comissão elaborou um relatório, que foi aprovado por unanimidade, pela Comissão e que não iria ler, estava assinado por todos os membros da Comissão, era um trabalho de toda a Comissão e permitia-se ler, apenas, as recomendações. Havia um conjunto de conclusões, que não iria ler, ficaria, depois, até solicitava a sua distribuição pelos grupos municipais, pelos membros da Comissão e também, pelas entidades com que reuniram e que lhes deram contributos muito valiosos, à Comissão, à Assembleia, ao Município e ao concelho, e no fundo, agradecer e fazer chegar a essas entidades esse relatório. Em termos de recomendações, foi dito que: a) - Continuidade e reforço das iniciativas de prevenção e sensibilização sobre a violência doméstica, junto de crianças e idosos, escolas, associações de pais, IPSS e Juntas de Freguesia; b) - Assim, desafiar as Juntas de Freguesia e as IPSS do concelho a integrarem nos seus planos anuais, ações de prevenção específicas e com intencionalidade; c - Organizar e proporcionar formação específica para os voluntários e para os

técnicos que atuam nesta problemática; d) - Capacitação contínua dos parceiros signatários da Carta de Compromisso. Valia a pena ler aquele relatório e entenderem a filosofia da Carta de Compromisso, que consideravam como uma boa prática importante em ser reconhecida como tal; e) - Proporcionar meios para a criação de uma resposta de acolhimento de emergência para as vítimas de violência doméstica, em estreita parcerias com as entidades comprometidas nesta problemática; f) - Promover reflexões sobre a intervenção especializada junto dos agressores; g) - Divulgação, como boa prática, do método colaborativo – Carta de Compromisso e Fórum Concelhio na área da igualdade de género, prevenção e combate à violência doméstica; h) - Analisar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (dois mil e dezoito-dois mil e trinta) e definir uma Estratégia Concelhia para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Apoio às Vítimas; i) - Articular e coordenar a obtenção, numa perspetiva concelhia, de informação estatística quanto ao atendimento especializado as vítimas de violência doméstica e aos apoios disponibilizados. O seu agradecimento muito especial aos membros da Comissão e iria fazer, em seu nome, a entrega do Relatório na Mesa da Assembleia. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para informar que a Comissão tinha reunido em três de dezembro, para analisar a Recomendação que o PPM tinha colocado, ali, na Assembleia Municipal e que baixou, para análise, à respetiva Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Foi elaborado um texto dessa reunião, que já foi partilhado por todos os membros da Comissão e recolheu o consenso, não obstante, a ata da reunião e os membros presentes, que representavam os partidos, poderem verter, de forma mais detalhada, as suas posições, para a ata da reunião. Relembrando essa

recomendação, que tinha quatro pontos: “Primeiro - Analisar a viabilidade da venda da Fábrica Confiança com a garantia de que não seja vendida por valor inferior ao valor da compra, com a manutenção integral da fachada e garantia de uma pequena unidade museológica da indústria da Saboaria de Braga; Segundo - Analisar a viabilidade de aquisição do edifício conhecido como Palácio Dona Chica e a possibilidade de instalar um museu de arte contemporânea (com ou sem auxílio de Fundações) até dois mil e vinte e seis; Terceiro - Analisar a viabilidade da compra do atual Quartel dos Bombeiros Voluntários para instalação das instalações da Assembleia Municipal de Braga; Quarto - Que existindo viabilidade dos três pontos anteriores, se analise possível compra e venda dos edifícios em questão”. A Comissão entendeu que aquela recomendação fazia tudo depender do ponto um, que era a análise da viabilidade da Fábrica Confiança. Vários membros da Comissão, nomeadamente os membros integrantes do Partido Socialista (PS), Coligação Democrática Unitária (CDU) e Bloco de Esquerda (BE), afirmaram que foram contra a proposta da venda da Fábrica Confiança, apresentada pelo Executivo Municipal na Assembleia Municipal, realizada no passado mês de outubro, referindo ainda que o processo foi sujeito a uma providência cautelar, aceite pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga; outros membros da Comissão, nomeadamente do Partido Social Democrata (PSD), entenderam que sobre o processo de venda existia um impasse em virtude da existência da providência cautelar. Também um membro do Partido do Centro Democrático Social (CDS) se pronunciou acerca da matéria afirmando que, não tendo votado contra a alienação da Fábrica Confiança, o ponto um comprometia toda a recomendação. Por conseguinte, a análise dos pontos da Recomendação ficou prejudicada por não haver, de imediato, viabilidade para aprovação do ponto um da Recomendação, o qual condicionava

os restantes pontos. Por unanimidade, entendeu-se que essa Recomendação, que tinha alguma validade, mas fazia depender tudo do ponto um, foi rejeitada. Não obstante se entender que os dois pontos apontados na Recomendação, que fosse a análise de aquisição do Palácio Dona Chica, quer a necessidade de existir a tal “casa da democracia”, poderia ser o Quartel dos Bombeiros Voluntários, como também foi afluído, que poderiam ser outras instalações, essa necessidade foi partilhada de uma forma muito unânime, que a Assembleia Municipal deveria ter instalações condignas, para reunirem, para existirem gabinetes, gabinete do Presidente, para atender munícipes. E que esses dois pontos deveriam merecer a atenção quer da Assembleia Municipal, no que competia à “casa da democracia”, quer da Câmara Municipal e que ambos os pontos poderiam ter a possibilidade de ser analisados, mas não nos termos daquela Recomendação. O **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, informou que no cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal e por respeito daquele órgão, a Comissão a que presidia elaborou um Relatório, que com a aprovação da Senhora Presidente, já foi distribuído a todos os Deputados. Na próxima Assembleia, analisariam em pormenor. **PONTO NÚMERO DEZASSEIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Usou da palavra o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para prestar dois esclarecimentos muito breves. Obviamente, a Câmara

Municipal não pode intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, na parte dos Senhores Deputados Municipais, e foram feitos, ali, alguns juízos, que não podia deixar de refutar de uma forma muito veemente. O primeiro dos quais tinha a ver com o processo da Jade Iberia. Foi dito, ali, que o Presidente da Câmara recusou, em primeira instância, atender os trabalhadores e, em segunda instância, encaminhou-os para a sua Chefe de Gabinete. O Presidente da Câmara recebeu no dia vinte e dois de novembro um email do Sindicato do CIT, da delegação de Braga, da região Norte, e nessa ocasião, pediam esses sindicalistas, uma reunião para discutir a questão da Jade Iberia. Essas pessoas, sindicalistas e trabalhadores, cara Deputada Bárbara Barros, que imediatamente, no mesmo dia, receberam uma resposta que dizia: “foi, naturalmente, com pesar que tomei conhecimento da decisão de encerramento da unidade da Jade Iberia em Braga. Em todo o caso, contactamos já, o que é de facto e é verdade, a Administração da Empresa, com vista a mantermos uma relação de proximidade e diálogo, com vista a minorar os impactos no futuro próximo, sobretudo para os seus colaboradores. Neste âmbito, segue cópia deste email, Dr^a. Olga Pereira, minha Chefe de Gabinete e a Dr^a. Ana Ferreira, responsável para área do desenvolvimento económico da Empresa Investbraga, com quem julgo ser útil estabelecer um contacto, tendo em vista o reencaminhamento dos colaboradores em causa, para outras empresas que estão a desenvolver processos de recrutamento compatíveis com os seus perfis de competências”. Essas duas reuniões, quer com a Administração da Empresa, quer com o Sindicato, foram realizadas por aquelas duas pessoas que referiu, a sua Chefe de Gabinete e a responsável pelo desenvolvimento económico da Investbraga. A primeira teve lugar na quarta-feira passada. A segunda teve lugar hoje mesmo. E, obviamente que era com apreensão, pelo facto da ocorrência se

ter verificado, do encerramento da empresa, mas com expectativa positiva, pelo facto de já, hoje, terem chegado à conclusão, nessa reunião, que havia vinte dos setenta e quatro colaboradores, que estavam em condições ou de solicitar a reforma, imediatamente, ou de se inscreverem no subsídio de desemprego e prolongarem esse subsídio de desemprego até ao momento em que poderiam solicitar a reforma. Portanto, não eram, neste momento, um problema do ponto de vista da sua colocação profissional e havia os outros cinquenta e quatro, que estavam, já, a ser encaminhados, para diversos pedidos de emprego e recrutamento de outras empresas, que estavam instaladas no nosso concelho e que, efetivamente, estavam disponíveis para promover recrutamentos dentro dessa área. Portanto, houve, ali, um tratamento perfeitamente equitativo entre o capital e o trabalho e todos aqueles que lhe solicitaram essa mesma interlocução, que eles próprios tomaram a iniciativa de desencadear, logo que souberam da notícia. Outra questão que não era de menor importância, tinha a ver com a questão do Hospital de Braga e daquilo que dizia respeito ao modelo de gestão futuro. O orador, ao contrário daquilo que, ali, foi dito por vários intervenientes, não tinha nenhuma preferência sobre o facto de ele ser gerido por este ou aquele interlocutor, o que o preocupava, verdadeiramente, era garantir que ele fosse bem gerido e que prestasse um bom cuidado de saúde à população de Braga. Era isso que julgava que todos deveriam defender e, também, lhe chocava um bocadinho, que alguns preferissem ter um pior serviço, para garantir, apenas, a obstaculização a um determinado modelo de gestão, do que, efetivamente, defender esse mesmo interesse da população. E como se calhar a sua opinião, pudesse ser tomada como parcial, ele que vinha do setor privado e que tentou introduzir na gestão pública os princípios de boa gestão do setor privado, assim dispensando que a própria Câmara tivesse que ser privatizada, segundo a

sugestão que alguém, também, ali, fez hoje. Queria invocar uma opinião de uma entidade que julgava que merecia o reconhecimento de todos e, curiosamente, no documento que iria citar muito brevemente, tinha na capa, precisamente, a legenda a dizer “ajudar o Estado e a sociedade a gastar melhor”. Essa entidade era o Tribunal de Contas, que produziu um relatório ao desempenho da parceria público privada do Hospital de Braga e ao respetivo contrato de gestão, em dois mil e dezasseis, que curiosamente, não viram alguns dos Deputado do nosso concelho, que estavam na Assembleia da República, a utilizar para fazer política, em prol dos cidadãos e já com as circunstâncias, que passaria a apresentar. Dizia, então, de uma forma muito sumária, na sua sinopse esse relatório de auditoria, que “o novo Hospital de Braga em regime de PPP, aumentou a oferta de cuidados de saúde à população, quer nas consultas externas, que aumentaram cerca de noventa e nove por cento, entre dois mil e nove e dois mil e quinze, quer na atividade de internamento e cirurgia do ambulatório, mais do que duplicou face às previsões iniciais”. Ou seja, àquilo que se estimava que viesse a ter no contexto da parceria público privada. “A gestão do Hospital de Braga tem sido eficiente na utilização dos recursos. O custo operacional por doente padrão foi de dois mil cento e cinquenta e oito euros. O mais baixo entre todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde e o financiamento atribuído pelo Estado ao Hospital de Braga por doente padrão foi, em dois mil e quinze, o mais baixo entre os hospitais de gestão pública selecionados, para comparação” Curiosamente, dizia, também, aquele Relatório que “a produção de cuidados hospitalares acordados, anualmente, entre o Estado e o parceiro privado, não se tem subordinado às necessidades da população”. Se fosse Deputado da nação, a primeira coisa que faria era interpelar o Ministério de Saúde, para saber por que era que o financiamento alocado ao Hospital de Braga, pegando naquele

Relatório, que era público e que, seguramente, lhe chegou ao conhecimento, não satisfazia as necessidades de saúde da população, conduzindo ao aumento dos tempos de espera e das listas de espera, para consultas e cirurgias. “Tem a Deputada Carla Cruz, a explicação para aqueles números, que aqui apresentou, relativamente, às listas de espera existentes”. E dizia, inclusivamente aquele Relatório, naquela sinopse que “o parceiro público tem subordinado o volume de cuidados hospitalares prestados aos utentes, às restrições orçamentais. E o parceiro privado tem-se acomodado às propostas do parceiro público, investindo numa eventual renovação do contrato de gestão, que lhe permita ressarcir-se das perdas já acumuladas”. Ou seja, até do ponto de vista da análise do Tribunal de Contas fazia, o parceiro privado, ao contrário de grandes lucros, estava a ter um prejuízo para gerir o Hospital de Braga. Era isso que dizia o Tribunal de Contas, não era o interveniente. “Se não vos agrada a opinião do Tribunal de Contas, é ao Tribunal de Contas que têm que pedir esclarecimentos, não ao mensageiro que a está a reproduzir”. E dizia, ainda, esse Relatório “a entidade que gere o Hospital apresenta uma situação económica financeira frágil e a monitorização dos parâmetros de desempenho do Hospital de Braga nos aspetos de qualidade, de segurança dos cuidados prestados é substancialmente mais exaustiva e exigente do que a praticada nas unidades hospitalares de gestão pública do Serviço Nacional de Saúde”. Ou seja, além dos dados que eram conhecidos serem mais positivos para aqueles apresentados para a parceria público privada de Braga, do que para os outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde, ainda dizia o Tribunal de Contas que os dados eram mais rigorosos da parceria do que relativamente aos outros hospitais. E, finalmente, terminava essa sinopse do Tribunal de Contas, a dizer que “o Tribunal formula um conjunto de recomendações dirigidas ao Ministério da Saúde e às entidades auditadas,

*destacando, nomeadamente, a necessidade de se diligenciar pelo ajustamento da produção anual contratada ao Hospital de Braga, às necessidades dos serviços de saúde da população que serve, garantido a satisfação dos interesses dos utentes”. E estava totalmente de acordo com o Tribunal de Contas de que essa deveria ser a preocupação de todos e, sobretudo, do Ministério da Saúde e de todos os Deputados da nação. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às três horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de catorze de dezembro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*